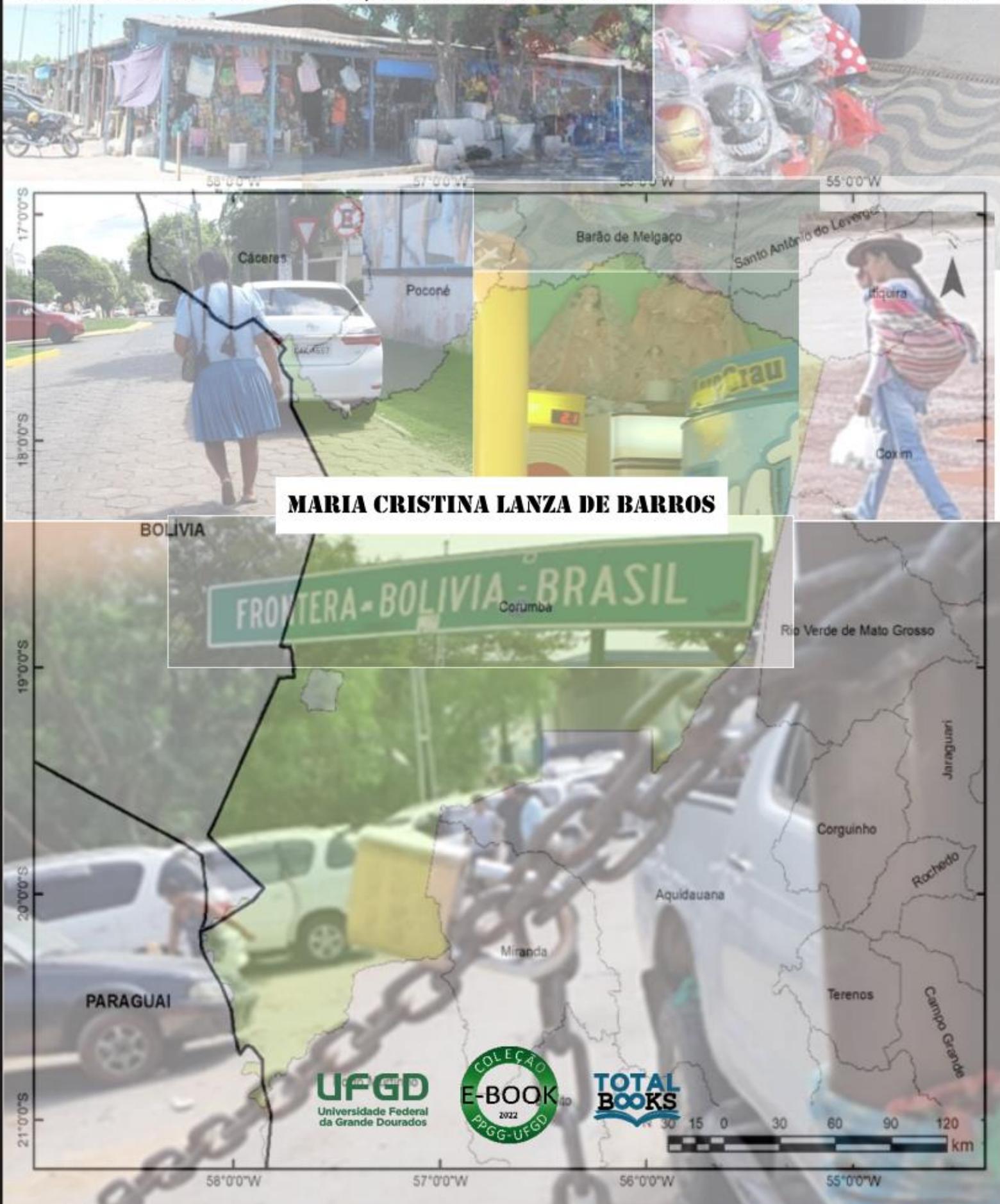


OS BOLIVIANOS DO LADO DE CÁ

ALÉM DO LIMITE, A PRODUÇÃO DE FRONTEIRAS NA CIDADE DE CORUMBÁ-MS



MARIA CRISTINA LANZA DE BARROS

FRONTEIRA - BOLIVIA - BRASIL
Corumbá

UFGD
Universidade Federal
da Grande Dourados

COLEÇÃO
E-BOOK
2022
PPGG-UFGD

TOTAL
BOOKS

0 30 60 90 120 km

OS BOLIVIANOS DO LADO DE CÁ

ALÉM DO LIMITE, A PRODUÇÃO DE FRONTEIRAS NA CIDADE DE CORUMBÁ-MS

MARIA CRISTINA LANZA DE BARROS

**COORDENADOR EDITORIAL DA COLEÇÃO PPGG 2022:
PROF. DR. CHARLEI APARECIDO DA SILVA – COORDENADOR DO PPGG DA UFGD**

EDITORA TOTALBOOKS

CONSELHO EDITORIAL MULTIDISCIPLINAR

Dr. Alfa Oumar Diallo
Dr^a Ana Maria Colling
Dr. Antonio Moreno Jiménez
Dr. Bruno de Souza Lima
Dr. Celso Augusto Nunes da Conceição
Dr. Charlei Aparecido da Silva
Dr^a Cintia Santos Diallo
Dr^a. Cristina Vargas Cademartori
Dr. Eduardo Salinas Chavez
Dr. Edvaldo César Moretti
Dr^a Edvania Gomes de Assis Silva
Dr^a Elisabeth Ritter
Dr. Eliseu José Weber
Dr. Fabio de Oliveira Sanches
Dr^a Gilca Lucena Kortmann
Dr. Gustavo Daniel Buzai
Dr. Henrich Hasenack
Dr. Henri Luiz Fuchs
Dr. Henrique Carlos de Oliveira Castro
Dr^a Irene Santos Garcia
Dr. Javier Garcia López
Dr. Jefferson Cardia Simões
Dr. Jose Luis Gurria Gascón
Dr. Paulo José Moraes Monteiro e Teixeira Germano
Dr. Paulo Roberto Fitz
Dr. Rodrigo Stumpf Gonzáles
Dr. Rogério Gomes da Silva
Dr^a Valéria Silveira Brisolara
Dr. Vinícius Gadis Ribeiro



EDITORA TOTALBOOKS®

Av. Willy Eugênio Fleck, 1500/337 – CEP 91150-180 – Porto Alegre - RS
www.totalbooks.com.br

Copyright © Maria Cristina Lanza de Barros
Fotos da capa: Maria Cristina Lanza de Barros
Arte da capa: TotalBooks
Coordenador editorial da coleção PPGG 2022: Prof. Dr. Charlei Aparecido da Silva –
coordenador do PPGG da UFGD
Editoração: Paulo Roberto Fitz
Revisão: TotalBooks

2022

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Barros, Maria Cristina Lanza de

Os bolivianos do lado de cá [livro eletrônico] : além do limite, a produção
de fronteiras na cidade de Corumbá-MS / Maria Cristina Lanza de Barros. --
Porto Alegre, RS : TotalBooks, 2022. -- (Coleção PPGG-UFGD)

PDF

Bibliografia.

ISBN 978-65-88393-28-4

1. Bolivianos – Brasil 2. Comércio internacional 3. Fronteiras - Aspectos
sociais - Brasil 4. Fronteiras - Aspectos econômicos – Brasil 5. Geografia -
Aspectos sociais 6. Serviços de saúde 7. Territorialidade I. Título. II. Série.

22-99715

CDD-918.171

Índices para catálogo sistemático:

1. Territorialidade : Corumbá : Mato Grosso do Sul :
Estado : Geografia 918.171

Eliete Marques da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9380

Todos os direitos reservados para o autor.

EDITORA TOTALBOOKS® EIRELI

www.totalbooks.com.br

contato@totalbooks.com.br

Não é permitida a reprodução total ou parcial desta obra, por quaisquer meios, sem a prévia
autorização por escrito do autor.

O autor é responsável pelos conteúdos apresentados (textos, figuras, tabelas etc.) e assume total
responsabilidade pública e jurídica sobre os mesmos.

A fronteira é a fronteira da humanidade... Se entendermos que a fronteira tem dois lados e não um lado só, o suposto lado da civilização; se entendermos que ela tem o lado de cá e o lado de lá, fica mais fácil e mais abrangente estudar a fronteira do humano (MARTINS, 1997, p. 162).

APRESENTAÇÃO

O livro OS BOLIVIANOS DO LADO DE CÁ: ALÉM DO LIMITE, A PRODUÇÃO DE FRONTEIRAS NA CIDADE DE CORUMBÁ-MS, da professora Maria Cristina Lanza de Barros, de maneira formal foi escrito no período de 2018 a 2021, resultado de pesquisa de doutorado que derivou em tese defendida e aprovada no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal da Grande Dourados. Mas, esse preâmbulo seria injusto e reduziria o conhecimento adquirido pela Cristina em seus mais de 40 anos de residente em Corumbá no Mato Grosso do Sul. Durante esse tempo, a autora foi professora da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, participou de pesquisas no município de Corumbá, participou formalmente da política local e fez o caminho de cruzar a fronteira, ir e vir, de forma constante e com olhos atentos à situação de fronteira e suas singularidades.

O conhecimento lapidado nas experiências cotidianas, no ato de ensinar, no ato de pesquisar, possibilitou a produção de um livro que retrata a fronteira a partir do olhar de uma pessoa que vivencia o lugar por dentro. Portanto, o objetivo traçado pela autora, de analisar a presença dos bolivianos na cidade de Corumbá-MS e a produção de geografias e de fronteiras na cidade, é uma proposta de ler a realidade a partir dos conflitos e das aproximações possíveis em situação de fronteira. E a reflexão tem início com um desenho, que retrata a mobilidade da fronteira, as ranhuras na fronteira, o ir e vir da fronteira, a produção de uma cidade ímpar, que possui em seu cerne o Pantanal e a fronteira com a Bolívia.

O texto indica que a metodologia de pesquisa tem como princípio a leitura crítica de acontecimentos locais associados a processos globais de produção do mundo moderno com a produção das fronteiras nacionais. O movimento é a base de análise adotada pela autora, o movimento das pessoas na construção de fronteiras em movimento e de geografias produzidas no contexto de um mundo global, fragmentado, contraditório e delineado pelas relações de produção capitalista em suas diferentes formas de acumulação.

A reflexão é apresentada em três capítulos. No primeiro, “A construção de limites: em foco os territórios do Brasil e da Bolívia”, a autora faz análise da produção da situação de fronteira, utilizando o tempo, o ir e vir de marcos na produção do lugar, como ferramenta para compreender a geografia em construção.

No capítulo 2, “As geografias produzidas em Corumbá-MS resultantes da presença do boliviano no comércio, nas feiras, nas ruas...”, a autora apresenta análise da presença dos bolivianos na cidade de Corumbá, e destaca o comércio como prática do cotidiano que produz relações prenes

de conflitos e de aproximações, histórias de vida que são concretizadas no movimento próprio da situação de fronteira. O olhar da pessoa do “lado de cá” e a realidade da vida do “lado de cá e do lado de lá”, produz um capítulo instigante e repleto de movimento.

No capítulo 3, “O atendimento na saúde pública ao boliviano: um sonho, uma realidade que rompe fronteiras e gera conflitos”, a autora aponta de forma atual e necessária como os limites impostos para as pessoas, pela escassez dos serviços públicos de atendimento a saúde, tanto na Bolívia quanto no Brasil, produz o sentimento de separação entre as pessoas tornadas pobres. A valorização do Sistema Único de Saúde brasileiro pelos bolivianos demonstra a importância desse sistema para o acesso à saúde e significa a promoção da solidariedade. Mas, a escassez provoca o conflito, conflito estampado nos números, poucos recursos disponibilizados para a quantidade de pessoas atendidas.

O livro apresenta, através das aproximações construídas socialmente no ir e vir na fronteira, as possibilidades de produção de outras geografias, um lugar produzido com base na solidariedade entre os tornados diferentes.

Por fim, é necessário destacar no livro o riquíssimo material fotográfico que contribui para a compreensão do lugar, possível pelo uso adequado das imagens capturadas pela autora nas suas idas a campo, uma vez que as formas evidenciam as contradições.

Edvaldo Cesar Moretti

Outubro, 2021.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| APRESENTAÇÃO | 6 |
| SUMÁRIO | 8 |
| INTRODUÇÃO | 9 |
| 1. A CONSTRUÇÃO DE LIMITES: EM FOCO OS TERRITÓRIOS DO BRASIL E DA BOLÍVIA | 21 |
| 1.1 Entre as guerras, as estratégias e os tratados, a consolidação dos limites territoriais do Brasil com a Bolívia | 27 |
| 1.2 A construção da ferrovia Brasil – Bolívia: o ápice do movimento de entrada dos bolivianos em Corumbá-MS | 31 |
| 1.3 A feira boliviana: ponto de apoio e acolhida na chegada dos bolivianos a Corumbá | 34 |
| 1.3.1 A feira boliviana: motivo de discórdia e conflitos na cidade | 37 |
| 1.4 Apesar dos limites o boliviano ocupa a cidade de Corumbá-MS | 41 |
| 1.5 O bairro Cristo Redentor: um bairro <i>qualhado</i> de bolivianos? | 46 |
| 1.6 Outros bolivianos chegaram | 57 |
| 2. AS GEOGRAFIAS PRODUZIDAS EM CORUMBÁ-MS RESULTANTES DA PRESENÇA DO BOLIVIANO NO COMÉRCIO, NAS FEIRAS, NAS RUAS... .. | 61 |
| 2.1 O comércio formal dos bolivianos em Corumbá-MS | 62 |
| 2.2 Os ambulantes bolivianos espalhados pela cidade | 74 |
| 2.3 As feiras livres e a presença dos bolivianos | 83 |
| 2.4 A história se repete: outra feira boliviana é banida e os bolivianos se reorganizam..... | 87 |
| 2.5 O Boliviano Consumidor: o “ <i>boliviano bom</i> ” | 96 |
| 3. O ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA AO BOLIVIANO: UM SONHO, UMA REALIDADE QUE ROMPE FRONTEIRAS E GERA CONFLITOS | 109 |
| 3.1 Saúde Pública - Os usuários “estrangeiros” | 112 |
| 3.2 O Sistema Único de Saúde e sua condição de funcionamento em Corumbá-MS | 120 |
| 3.3 O cartão SUS a chave para a entrada do boliviano no sistema de saúde do Município de Corumbá-MS | 126 |
| 3.4 O atendimento do boliviano na Santa Casa e pronto-socorro | 133 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 143 |
| REFERÊNCIAS | 149 |

INTRODUÇÃO

Esse livro é resultado de pesquisa realizada para obtenção do título de doutorado, e tem como objetivo analisar a presença dos bolivianos na cidade de Corumbá-MS, buscando compreender a participação dos mesmos na produção das geografias e de fronteiras na cidade. A temática definida para este estudo tem como base o entendimento desta produção em um lugar de situação fronteiriça, que se reflete em como as fronteiras vão se estabelecendo e se constituindo à medida que as relações vão se consolidando entre os diferentes territórios que se limitam. Tais cenários afloram quando se analisam situações ligadas ao comércio da cidade, ao uso da saúde pública, da educação pública, dentre outras, enfim distintos lugares onde os bolivianos estão presentes do lado de cá.

A fronteira, que além de significar um limite que separa dois Estados-Nação, revela lugar de moradia e de existência de seus habitantes, um lugar de demarcação de diferenças e conflitos, e traz à tona distintas relações onde prevalecem intercâmbios sociais, culturais, políticos e econômicos, tal qual aponta Raffestin (1993). Tal convivência, por sua vez, proporciona a constante construção de identidades. A fronteira é moradia de desigualdades, é arcabouço de complexidade, abrigo de limite, delimitadora de espaço de poder entre os Estados territoriais. Ela abriga o limite, mas dele se diferencia pela expansividade socioeconômico-cultural (AMARAL, 2013).

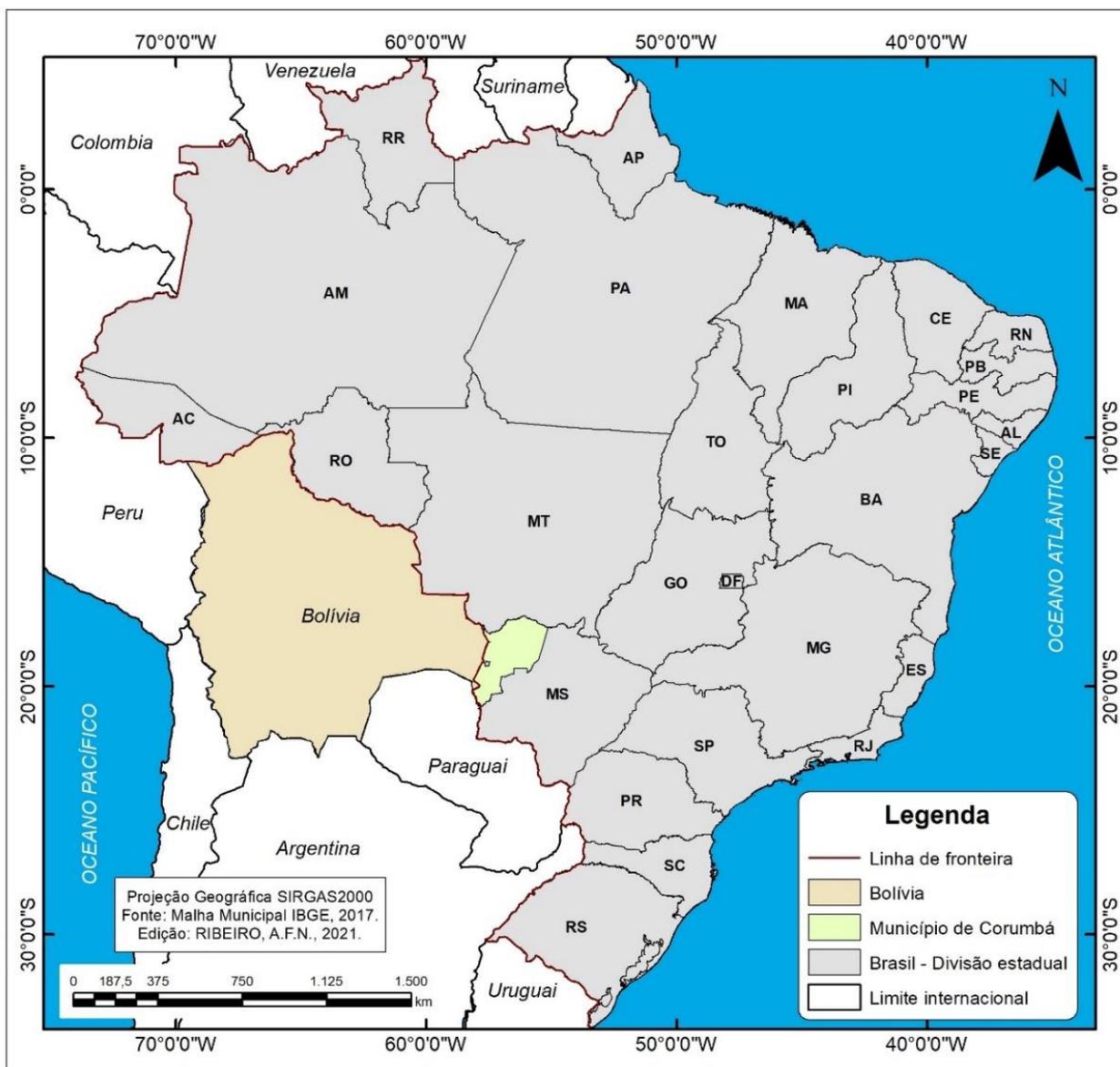
No decurso da realização da tese, em diálogos e levantamento de dados, buscou-se a reflexão no sentido que apresenta Martins (1997), de que a fronteira não é apenas o *limite geográfico*, ela é de muitas e diferentes coisas. Ela não se resume à fronteira geográfica; é a fronteira da civilização, fronteira espacial, fronteira de culturas e visões de mundo, fronteira de etnias, fronteira da história e da historicidade do homem e, sobretudo, a fronteira do humano, na qual o outro é degradado e subjugado para reforçar a existência de quem domina.

A convivência pessoal e a pesquisa de campo corroboram com o destaque indicado por Martins (1997) quanto à humanidade presente na situação de fronteira, ou seja, a construção social do lugar. A cidade de Corumbá é o lugar aqui estudado. Trata-se de uma cidade que se diferencia das demais do estado de Mato Grosso do Sul pelos seus costumes, sua cultura, seu bairrismo¹ e, até mesmo, seu sotaque.

¹ Como apresenta o dicionário Aurélio da Língua Portuguesa *on line*, bairrismo é sinônimo de regionalismo, nativismo e localismo, ou seja, defesa dos interesses do seu bairro, da sua cidade ou da sua terra. Disponível em: www.dicio.com.br/aurelio. Acesso em: 25 jun. 2020. Popularmente acontece uma adoração exagerada pelo lugar de nascimento, chegando até a, excluir ou desprezar os demais lugares. Característica notória nos moradores da cidade de Corumbá-MS, que enaltecem sua cultura, culinária e até seu diferente sotaque no modo de falar.

Corumbá localiza-se a 428 km da capital de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, e a cerca de quatro quilômetros do limite territorial entre Brasil e Bolívia, conforme se vê na Figura 1.

Figura 1 – Localização dos países Brasil e Bolívia na América do Sul.

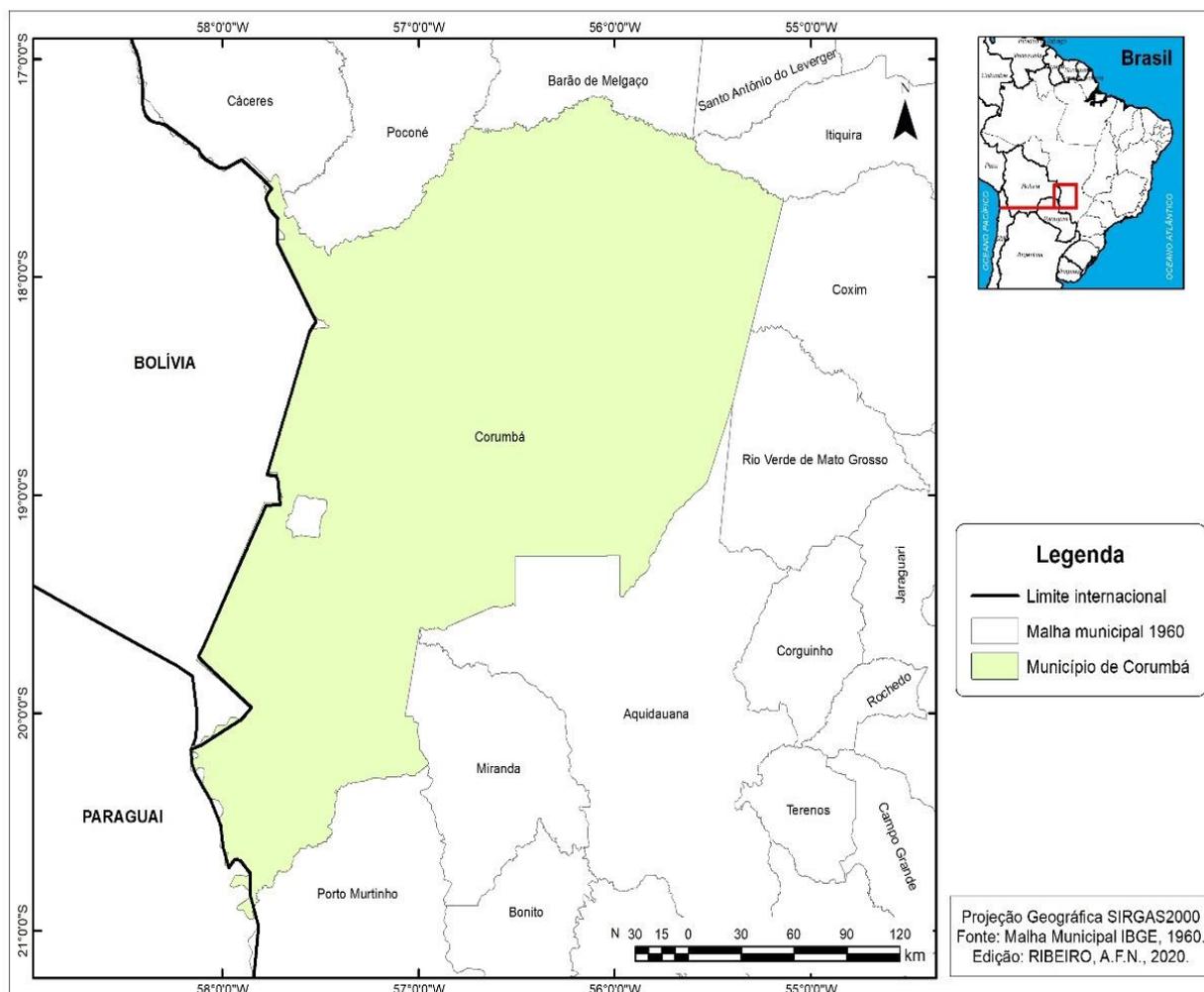


Fonte: Malha Municipal, IBGE, 2017.

À margem direita do Rio Paraguai e com cerca de 112.058 habitantes², com extensão territorial de 64.721, 71 km², Corumbá é o maior município do estado de Mato Grosso do Sul e do Centro-Oeste do Brasil, tendo suas divisas ao norte com os municípios de Poconé (MT) e Barão de Melgaço (MT), ao sul com os municípios de Porto Murtinho (MS), Miranda (MS) e Aquidauana (MS), a leste com os municípios de Sonora (MS), Coxim (MS), Rio Verde de Mato Grosso (MT) e a oeste, a fronteira com a Bolívia e Paraguai, tal qual pode ser observado na Figura 2.

² Estimativa 2020 do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010).

Figura 2 – Localização de Corumbá-MS.



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 1960.

Como resultado da pesquisa buscou-se a explicitação do vivenciado. A identidade de fronteiro não é verbalizada e sentida pelos moradores da cidade de Corumbá; raramente se verbaliza: "eu moro na fronteira". E, quando ocorre, aparece num discurso aludindo a fronteira como limite entre os dois países, distantes do centro da cidade cerca de quatro quilômetros, como se a distância fosse o suficiente para separar, cada qual em seu país.

A identidade nacional prevalece sobre qualquer outra vinculação coletiva, havendo, inclusive, em certos setores sociais (sobretudo a elite corumbaense), a exacerbação de um sentimento de apartamento e repulsa pelo fato da cidade situar-se na fronteira, nutrindo e reproduzindo estigmas e preconceitos a respeito dos bolivianos e da fronteira.

Leituras recentes da situação de fronteiras têm indicado que essa negação vem se espalhando pelos diferentes segmentos sociais, visto que surgem concorrências com os bolivianos para vagas na

escola, no atendimento de saúde, nos espaços das feiras livres, enfim, disputas de espaços e formação de novos territórios (COSTA, 2012, p. 73).

Mas estes fronteirios estão misturados em ambos os lados, circulando e transitando diariamente, produzindo geografias nesta fronteira. O desafio deste trabalho perpassou a reflexão acerca dessa dualidade, da negação, da situação de fronteira e, ao mesmo tempo, da dinâmica estabelecida entre brasileiros e bolivianos no cotidiano, ou seja, nos limites geográficos entre os dois países.

Apesar do papel estratégico das fronteiras para os Estados nacionais, não é possível menosprezar a construção local do espaço social fronteiriço a partir de seus moradores. São eles que constroem o direito de ultrapassar as barreiras nacionais, e o fazem cotidianamente, isto é, indivíduos dos dois lados da linha divisória entre os Estados nacionais fomentam laços que vão além das meras relações comerciais e da manutenção de negócios transfronteirios.

A proposta nesse livro é a de refletir como os bolivianos têm se instalado do lado de cá, no lado brasileiro, ocupando e produzindo a cidade fronteiriça em questão. Historicamente eles se inserem e desenham a geografia da cidade, tanto no comércio quanto na condição de usuários dos serviços públicos oferecidos pelo município. Estas relações geram situações conflituosas, levando a constituição de fronteiras outras, reforçando as dificuldades adjacentes desta convivência que, numa ótica distante, parece ser amistosa, mas sob o prisma local, transborda não o ser.

Eles estão em constante movimento e constituem-se como parte integrante da cidade, produzindo lugares diferenciados, introduzindo costumes e manifestações culturais. Os bolivianos, mesmo com as fronteiras estabelecidas e, apesar delas, participam da produção da cidade de Corumbá.

A metodologia adotada para desenvolver o tema foi híbrida, variando de acordo com o momento da pesquisa: pesquisa qualitativa, coleta de dados, observação da paisagem urbana e anotações do cotidiano, visando compreender e interpretar aqueles sujeitos da pesquisa que, ao longo do tempo, foram culturalmente incorporados ao ambiente da cidade, constituindo culturas de fronteira. À luz das ideias de Bortoni-Ricardo (2008, p. 58) “[...] a pesquisa qualitativa reconhece que o olho do observador já é uma espécie de filtro no processo de interpretação da realidade com a qual se defronta. Este filtro está associado à própria bagagem cultural dos pesquisadores.”

A bagagem adquirida ao longo de uma vida no local da pesquisa e o conhecimento que esta vivência proporcionou à pesquisadora foram fundamentais no desenvolvimento da metodologia empregada para alcançar os objetivos e responder a problemática que ora se apresenta neste trabalho. E, através deste entendimento de seu lugar de fala e pesquisa que outras metodologias foram

elencadas e aplicadas conjuntamente, passando pelo uso de técnicas de história oral, através dos relatos de vida, observação e pesquisa participante, análises documentais e bibliográficas.

Ressalta-se que as entrevistas ocorreram sem preestabelecer a equidade de gêneros; logo, sem a preocupação de denominação de boliviano e/ou boliviana, no texto. Portanto, quando é utilizado o termo “bolivianos”, subtende-se todas as pessoas, de ambos os sexos, que vieram do país vizinho, a Bolívia.

Outro ponto adotado é o uso das iniciais dos nomes dos entrevistados, buscando preservar a natureza anônima dos sujeitos participantes desta pesquisa, mesmo que no ato da documentação eles tenham dado autorização à publicação de sua identidade.

Este livro está organizado em três capítulos: O capítulo I - “Construção de Limites: em foco os territórios do Brasil e da Bolívia” detém-se na história da formação da região investigada, especificamente a da cidade de Corumbá-MS e da formação dos limites entre o Brasil e a Bolívia nesta localidade. Trata-se de uma reflexão elaborada através de levantamentos em teses, dissertações e bibliografias sobre a história da região e sua formação, e entrevistas realizadas que deram conta de relatar os acontecimentos, contribuindo com a construção mais próxima da fidelidade desta história. A construção de seu conteúdo ocorreu via levantamentos bibliográficos e relatos pessoais dos sujeitos que vivenciaram esta história. A escolha dos entrevistados baseou-se em investigações, resultando em um recorte de informantes chave elencados da consulta de dados e documentos pesquisados, diálogos com presidentes e moradores de vários bairros e moradores mais antigos da cidade.

Posteriormente, utilizou-se a técnica de bola de neve³, com uso das informações colhidas nas entrevistas como elementos norteadores para o prosseguimento e direcionamento do caminhar desta pesquisa. Através do método da história oral⁴, tendo a entrevista como técnicas de pesquisa, buscou-se ouvir a história de vida destas pessoas, conforme surgiam as indicações. O emprego deste método foi de suma importância, trazendo em suas narrativas a revelação de informações ainda não documentadas, colaborando na construção da história da Feira Boliviana, seu fechamento e do movimento dos bolivianos pela cidade. O uso da modalidade de histórias de vida, através de

³ A técnica bola de neve é utilizada em pesquisas sociais e se caracteriza pela indicação do entrevistado futuro a partir dos anteriores e assim sucessivamente formando uma espécie de cadeia. De acordo com Neto (2018, p. 42), a “amostragem denominada ‘bola de neve’, consiste na indicação de uma nova amostra, a partir da recomendação do primeiro entrevistado e assim sucessivamente até saturar a questão.”

⁴ [...] a história oral centra-se na memória humana e sua capacidade de rememorar o passado enquanto testemunha do vivido. Podemos entender a memória como a presença do passado, como uma construção psíquica e intelectual de fragmentos representativos desse mesmo passado, nunca em sua totalidade, mas parciais em decorrência dos estímulos para a sua seleção. Não é somente a lembrança de um certo indivíduo, mas de um indivíduo inserido em um contexto familiar ou social, por exemplo, de tal forma que suas lembranças são permeadas por inferências coletivas, moralizantes ou não. (MATO; SENNA, 2011, p. 96).

entrevistas, foi fundamental para apontar fatos importantes que dão conta de auxiliar a construção desta história, pois foram ouvidas pessoas que estiveram presentes e vivenciaram aquele momento.

Nos estudos de migração, a história oral tem se constituído em um valioso instrumento de pesquisa. Trata-se de uma maneira de registrar a experiência e o conhecimento dos participantes diante do fato narrado. Enquanto os estudos de caráter macroestrutural concentram esforços nas políticas migratórias, no mercado de trabalho e nos meios de locomoção, a história oral põe em evidência as trajetórias dos migrantes, a partir de suas próprias narrativas (JESUS, 2020, p. 25).

Neste sentido, buscou-se relatos que pudessem contribuir para o entendimento dos fatos, neste período, na cidade de Corumbá.

Foi da história oral que se construiu, também, parte textual, neste capítulo que versa sobre o deslocamento dos bolivianos, com o fechamento da Feira, para a Comunidade São Francisco. As entrevistas elencadas, transcritas e apresentadas descrevem as situações detalhadamente, com narrativas de três pessoas que vivenciaram esta época e que se emocionaram lembrando e contando sobre o tempo quando ali chegaram. A narrativa destas senhoras bolivianas seguramente dá conta de sustentar a história da formação daquele local; tratam-se de histórias de vida que carregam em si fatos da história dos bolivianos em Corumbá, no Brasil.

A construção deste capítulo contou também com dados obtidos de visitas em outras 46 residências, no bairro Cristo Redentor, com moradores bolivianos ou descendentes diretos destes. Por meio de investigação e indicação de pessoas conhecidas da pesquisadora, que vivem no referido bairro, foi tecida uma rede de informantes, configurando, nesta etapa do trabalho, mais uma vez, a técnica da bola de neve.

Para estas entrevistas um roteiro foi construído. Sua finalidade foi a de contemplar informações sobre a origem do imigrante, suas relações com a Bolívia, a preservação de seus costumes (culinária, hábitos alimentares, maneira de se vestir), sua cultura (língua, religiosidade, festas típicas da Bolívia), e suas impressões e conexões com o outro lado, buscando o lado de cá para viver. Os bolivianos também foram abordados quanto às suas relações com brasileiros, mais especificamente com os corumbaenses, a questão dos preconceitos, os documentos que possuem, como é a frequência dos filhos na escola e se fazem uso dos serviços de saúde pública. Enfim, todas as informações possíveis de trazer, da forma mais autêntica, a vivência destes imigrantes na cidade de Corumbá-MS. As entrevistas foram conduzidas nas residências destes moradores através de ricos diálogos registrados em anotações e gravações.

O material obtido foi transcrito (gravações e anotações) pela pesquisadora, suscitando inúmeras reflexões sobre o objeto de pesquisa que auxiliaram na construção deste livro. A gravação,

a passagem para a forma escrita e a análise são exemplos de procedimentos comuns na metodologia da história oral. Não se trata de uma reescrita literal, mas uma criação a partir dela, uma síntese com correções de erros gramaticais que garantem a coerência do texto. Trata-se de um “ato de recriação para comunicar melhor o sentido e a intenção do que foi registrado.” (MEIHY; HOLANDA, 2018, p. 86).

Os moradores bolivianos do bairro Cristo Redentor, que têm suas entrevistas citadas neste capítulo, forneceram relatos de vida e vivência dos fatos em relação ao seu movimento na cidade de Corumbá. Trata-se da fala de idosos de origem boliviana, que dão conta de mostrar como a história desse lugar se deu via detalhes e riqueza de informações. De maneira geral, as informações colhidas nas entrevistas atuaram como rico aporte para construção acerca da vivência destes indivíduos, pois são informações relevantes sobre fatos ocorridos na história do povo boliviano nesta cidade. As demais entrevistas e diálogos, dos moradores bolivianos deste bairro, que não estão citadas, trouxeram informações que contribuíram para enriquecer a construção e dar sustentação ao texto que ora se apresenta no livro, em relação à vivência dessa gente.

Ao final deste capítulo, a chegada de outros bolivianos à cidade é abordada. O cenário se volta para as relações comerciais acontecidas nas décadas de setenta e oitenta do século XX. A investigação se dá com consulta de publicações correlatas ao assunto, somadas à história oral concedida em entrevistas por comerciantes, representante político da época e moradores antigos da cidade de Corumbá. Utilizou-se, também, análise documental e bibliográfica como complementação às fontes primárias.

O capítulo II - “As geografias produzidas em Corumbá-MS resultantes da presença dos bolivianos no comércio, nas feiras, nas ruas...” aborda as geografias produzidas na cidade: como os espaços foram/são ocupados através da instalação de pontos comerciais, de barracas nas feiras e pelos ambulantes, e, até mesmo, pelos bolivianos consumidores, e como são feitas as articulações de sobrevivência destes bolivianos em Corumbá. Além de entrevistas e investigação da história oral, a coleta de dados se deu por observação e pesquisa participante⁵, na qual o pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica.

O emprego deste método investigativo se fez necessário, pois eles se mostraram arredios e desconfiados, negando-se a responder aos questionamentos inquiridos. Tal comportamento se deu

⁵ “A técnica de observação participante se realiza através do contato direto do pesquisador com o fenômeno observado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. O observador, enquanto parte do contexto de observação, estabelece uma relação face a face com os observados. Nesse processo, ele, ao mesmo tempo, pode modificar e ser modificado pelo contexto. A importância dessa técnica reside no fato de podermos captar uma variedade de situações ou fenômenos que não são obtidos por meio de perguntas, uma vez que, observados diretamente na própria realidade, transmitem o que há de mais imponderável e evasivo na vida real.” (MINAYO, 2001, p. 60).

por confundirem a entrevistadora com algum tipo de fiscal municipal. O fato deste temor da fiscalização chamou atenção, e buscou-se junto aos órgãos fiscalizadores e o dirigente da postura municipal conhecer a situação destes indivíduos e o funcionamento destes comércios.

Ciente da impossibilidade de uma entrevista formal com os bolivianos, donos de pontos comerciais e feirantes, e da importância destas informações para construção deste capítulo, lançou-se mão da observação participante. Ao frequentar os estabelecimentos comerciais dos bolivianos, em diferentes bairros, como cliente que ora comprava feijão, ora verduras, ora refrigerantes, tomavam corpo diálogos que, em sua riqueza, propiciavam levantamento das informações almejadas. Também foram plotados os pontos resultantes na construção do mapa de estabelecimentos comerciais. Durante três meses ininterruptos as feiras livres, mais especificamente as barracas de bolivianos, foram frequentadas, com horas de procura por roupas nos “montes⁶”, compra de verduras, frutas, e conversas com os donos das barracas. Ressalta-se que, devido a naturalidade no trato com a cultura local adquirida em anos como frequentadora destas feiras, como consumidora destes produtos nos anos antecessores, a abertura ao diálogo ocorreu de forma tranquila e harmoniosa. Mas o caminhar pela feira livre foi diferente ao olhá-la como objeto de pesquisa. Os diálogos, recheados de informações, versavam, em suas entrelinhas, sobre o cotidiano, expectativas em relação ao comércio em Corumbá, como se deu a mudança para o lado de cá e qual razão os impulsionavam ao desenvolvimento de comércio no Brasil e não nas cidades fronteiriças da Bolívia. Para esta parte do trabalho, também foram utilizadas entrevistas junto aos dirigentes da associação dos feirantes e levantamentos de dados condizente aos feirantes junto ao órgão responsável na Prefeitura Municipal de Corumbá.

Um misto de história oral e pesquisa participante se deu no levantamento com os bolivianos ambulantes. Muito solícitos e destemidos em responder às questões que lhes eram feitas, muitas vezes o sentimento notado era de que eles estavam clamando para melhorias de suas condições, expondo suas dificuldades e seus medos no trabalho nas ruas. No curso do rico diálogo, notou-se que os ambulantes eram, em sua maioria, mulheres, contabilizando oito entrevistas com vendedores de diversas mercadorias. O recorte escolhido foi da exposição de duas das entrevistas, visto que as respostas obtidas possuíam similaridade.

Ao comprar alguns produtos que estavam sendo vendidos pelas ambulantes, a pesquisadora ganhou a simpatia e conquistou a confiança das mesmas em falar e expor a situação sem medo de

⁶ A feira livre em Corumbá é constituída predominantemente por barracas de bolivianos, sendo que a maioria delas vende roupas usadas e pontas de estoques. São itens de vestuário, cama, mesa e banho recebidos pela Bolívia desde os Estados Unidos. Enfim, encontra-se de tudo. A Bolívia comercializa estas roupas vendendo os fardos grandes para os feirantes bolivianos e nas feiras elas são expostas e separadas em montes, por isto é popularmente conhecida como feira do montão ou do monte.

nada. Ao longo do diálogo estabelecido foi explicado que se tratava de uma pesquisa; assim se deram as entrevistas com as ambulantes.

As bolivianas vendedoras de alho, em sua maioria mulheres, espalham-se por toda a cidade e destas, três foram entrevistadas. As mesmas foram abordadas para comprar alho, e daí começaram os diálogos, um dos quais, está citado no livro. Muito rico em detalhes e expõe a situação de vida das mesmas que, embora sejam diferentes pessoas, as condições expostas são similares.

As lojas do centro comercial de Corumbá também foram visitadas e estabelecidos ricos diálogos com os comerciantes acerca da presença dos bolivianos ambulantes nas ruas centrais. Durante as visitas, alguns deixaram claro que não gostariam de ser identificados, mas quando foi garantido o anonimato e guardado o gravador, a conversa fluiu.

Está presente no capítulo o posicionamento de alguns comerciantes em relação aos bolivianos; chegam a ser discriminatórios. Talvez por isto não tenham permitido a identificação, pois só assim se soltaram para falar o que pensam e a relação exposta nos diálogos deixa transparecer a difícil relação que existe entre os ambulantes bolivianos e a maioria dos comerciantes, principalmente com os que concorrem com produtos semelhantes aos vendidos nas lojas.

Fato curioso que se encontrou durante a pesquisa de campo deveu-se aos comerciantes que dão guarida aos bolivianos, guardando seus carrinhos nos momentos de fiscalização, ou no dia a dia para pernoitar. São os comerciantes que vendem comida aos bolivianos. Assim, enquanto eles incomodam alguns, agradam aqueles dos quais consomem produtos.

Outros comerciantes foram entrevistados: os proprietários de comércios atacadistas que estavam satisfeitos com a presença dos bolivianos, consumidores de seus produtos. A presença dos bolivianos incomoda aos comerciantes quando eles são concorrentes desleais, mas quando são consumidores, são bolivianos “bons” e agradam.

No curso da pesquisa, fatos políticos na Bolívia promoveram o fechamento do ir e vir entre os dois países, impactando diretamente a região fronteira, oportunizando aproximações e diálogos com brasileiros e bolivianos. Tal acontecimento foi então registrado, apontando evidências da importância que a Bolívia tem na vida econômica da cidade de Corumbá. O momento está exposto em imagens feitas na região fronteira e na cidade, em diálogos com pessoas ligadas ao comércio varejista e também de exportação, que, embora não seja objeto desta pesquisa, foi citado apenas para exemplificar os grandes impactos causados na economia da cidade através da exportação, bem como nas feiras e no comércio varejista local. Neste momento pode-se perceber o comportamento das feiras livres, ratificando os depoimentos, em diálogos com bolivianos, quanto à questão dos depósitos de

mercadorias mantidos por eles na cidade. Somente os feirantes bolivianos que comercializam produtos hortifrutigranjeiros estiveram ausentes nas feiras neste período.

Entre a técnica de entrevista, a metodologia de pesquisador participante e os diálogos estabelecidos, construiu-se este capítulo, parte fundamental do livro para o entendimento da situação de fronteira que se consolida na cidade de Corumbá e os conflitos que se apresentam.

Ao longo dos capítulos, procurou-se apontar que as situações conflituosas se fazem em vários momentos do cotidiano de trabalhador desta gente na cidade, mas buscou-se expor as situações em que se evidenciam os conflitos, quando os bolivianos se tornam usuários dos serviços públicos da mesma. Escolheu-se a saúde pública para expor esta situação, visto que nas entrevistas e diálogos realizados com os bolivianos ficou explicitado o desejo de aquisição de documentos brasileiros para, principalmente, tornarem-se usuários do sistema público de saúde brasileiro, adquirindo o cartão SUS (Sistema Único de Saúde).

Desta questão, com o intuito de entender a construção das territorialidades, conflitos e como ocorre o uso da saúde pública na cidade pelos bolivianos, construiu-se o capítulo III – “O Atendimento na Saúde Pública ao Boliviano: um sonho, uma realidade que rompe fronteiras e gera conflitos”. Sua elaboração passou por entrevistas e levantamento documental, elencando dados para situar, neste trabalho, como os usuários bolivianos procedem para se tornarem usuários do sistema de saúde pública no Brasil, os problemas levantados em relação a este atendimento e os possíveis conflitos gerados. Foram revistas leis, acordos e tratados celebrados entre os dois países, além da situação da estrutura de atendimento à saúde na Bolívia e na cidade de Corumbá. Investigou-se, ainda, se os entrevistados eram ou não usuários do SUS, e opiniões de usuários brasileiros (selecionados por conhecimento da pesquisadora e entrevistados em suas casas, nos bairros da borda oeste da cidade). Dos dados levantados sobre os usuários bolivianos que conseguem a emissão do cartão SUS, construiu-se mapa da cidade a partir de seus endereços, subsidiando a discussão da construção das territorialidades na cidade de Corumbá.

Durante as entrevistas, notou-se que dirigentes da Saúde Pública do Município de Corumbá se referem aos bolivianos, a todo o tempo, como estrangeiros. Este trato com o indivíduo fronteiriço externa presença de certo conflito, no qual os bolivianos são tratados como os “outros”, apesar da comprovação de que residam na cidade, pré-requisito necessário para o passaporte ao atendimento público de saúde, o cartão SUS.

Alguns dos comentários e análises tecidos no decorrer do trabalho não foram lançados com intuito denunciativo, mas sim, em tom de crítica e reflexão, cuja finalidade era a de contribuir para a melhoria do atendimento, visando à construção de um panorama que contemple a categorização de

pessoas atendidas, se brasileiros ou se fronteiriços bolivianos. O cartão SUS não é diferenciado entre brasileiros e estrangeiros; os atendimentos aos bolivianos não são computados com distinção, o que impacta nos parâmetros aplicados para repasses dos recursos federais destinados à saúde pública do município, visto que muitos fronteiriços não residem na cidade e apenas utilizam endereço brasileiro fictício para obtenção do passaporte da saúde.

Os repasses de recursos federais deveriam considerar Corumbá como cidade fronteira, aonde o ir e vir constante e as relações que se estabelecem nesta região deveriam ser tomadas como parâmetros diferentes das demais, o que não acontece. Esta situação perdura por anos, sem que as administrações apresentem soluções que viabilizem mais recursos para a cidade melhorar seu sistema de saúde. Os dados expõem que o problema não reside no atendimento dos bolivianos, mas sim, na precariedade do sistema de atendimento que não suporta o aporte populacional desta demanda por atendimentos. Neste jogo de empurra, a culpa ainda recai sobre os pacientes fronteiriços. Muitos entendem que a precariedade do sistema se dá em virtude destes atendimentos. Nesta trama, expõem-se conflituosas situações de fronteira atuantes na construção das territorialidades na cidade de Corumbá-MS.

Através dos levantamentos bibliográficos, documentais, entrevistas, participações no cotidiano, estabelecimento de diálogos com os sujeitos desta pesquisa, dados e informações foram levantados para que a discussão aqui travada trouxesse a realidade da cidade hoje. Para isto, embasou-se em bibliografias, ou relatos de vida, a construção da história desta gente e seus movimentos na cidade até os dias atuais, resgatando acontecimentos que marcaram sua trajetória na cidade de Corumbá. Buscou-se, assim, prover subsídios para que o leitor deste trabalho entenda como historicamente os bolivianos se instalaram nesta cidade, como se deram os seus movimentos, quais foram os conflitos gerados e as fronteiras encontradas na construção destas territorialidades.

Para tanto, foram estabelecidos contatos com aproximadamente 130 pessoas, bolivianos e brasileiros, que direta ou indiretamente contribuíram para a construção desta pesquisa. Desse modo, mediante entrevistas ou diálogos, relataram suas histórias de vida, contando suas experiências e seu cotidiano ou fornecendo informações institucionais. Enfim, a contribuição relatada, ao longo deste livro, traz à baila a história dos bolivianos que vivem na busca por melhores condições de vida e sobrevivência, participando da produção de uma nova geografia na cidade, a qual integram e fazem parte.

As considerações finais trazem os argumentos conclusivos do livro. Debater e dar visibilidade a esta temática promove a abertura de um leque de possibilidades de desenvolvimento de novas pesquisas nesta região fronteira, que, assim como este trabalho, possam colaborar para a compreensão e entendimento da conformação geográfica da cidade.

Este espaço fronteiriço, onde se fundem estas duas nações, entendido como território de fronteira, apresenta misturas culturais, identidades construídas e negociadas. É um lugar de disputa política e econômica entre os dois países desiguais e, por sua vez, este desequilíbrio de poder se reflete nas relações sociais entre os moradores de Corumbá e os fronteiriços bolivianos, que se estabelecem nesta cidade. A presença do Estado-Nação é quase impossível de ser apagada da identidade destes indivíduos. O traço nacional emerge nos momentos de tensões e conflitos, aflorando no corumbaense a visão do outro não como humano, mas como boliviano. Esta diferença se reforça pela hierarquia estabelecida na história da formação dos Estados Nacionais do Brasil e da Bolívia, visto que o poder econômico e situação de prestígio que o Brasil ostenta no cenário internacional sustenta o sentimento local de superioridade dos brasileiros perante os bolivianos. Os vizinhos bolivianos, através de muita resignação e resiliência, agarram-se as suas origens nutrindo um elo, uma comunhão que os fortalece, demonstrando que, apesar das fronteiras nacionais serem finitas, elas são elásticas (ANDERSON, 2008).

Assim, este movimento carregado de tensões produz variadas fronteiras, que extrapolam os limites territoriais. As várias dimensões desse fluxo migratório dos bolivianos podem ser compreendidas a partir da noção de fronteira em movimento, entendendo esta como frente de expansão, lugar de afirmação das identidades nacionais e, ao mesmo tempo, espaço de complexidade cultural e de identidades híbridas e ambíguas (ALBUQUERQUE, 2008). Neste campo, distintos e variados conflitos surgem, impondo fronteiras e frustrando, muitas vezes, as conquistas almejadas por eles do lado de cá. Mas, apesar das frustrações, eles têm demonstrado, persistência e resiliência pela busca de uma vida melhor. A geografia identificada na cidade hoje, pela presença dos bolivianos, só é compreendida através da história. Entender a presença desta gente, desde os primórdios, quando o limite entre os dois países estava a se desenhar, passando pelos fatos ocorridos em Corumbá ao longo de seu desenvolvimento e das relações e laços estabelecidos entre o Brasil e a Bolívia, panorama que será abordado no próximo capítulo deste livro.

Afinal, a história é uma peça fundamental para a compreensão da construção dos limites e das fronteiras que se estabelecem na cidade, bem como dos movimentos peculiares desta gente, que provocam alterações cotidianamente na sua geografia.

1. A CONSTRUÇÃO DE LIMITES: EM FOCO OS TERRITÓRIOS DO BRASIL E DA BOLÍVIA

O recorte apresentado neste capítulo foi feito a partir da história deste lugar e se complementa em seis subitens que auxiliam na busca do entendimento do movimento realizado, ao longo da história, por esta gente que chegou, se instalou e modificou a geografia de Corumbá. Procura-se, assim, compreender como é que o presente se formou, e como certas situações de fronteira foram constituídas, na divisa entre os territórios do Brasil com a Bolívia.

Para entender a presença dos bolivianos em Corumbá, recorreu-se ao entendimento de suas histórias; o porquê de estarem na cidade e como foi a chegada deles. É esta a proposta que se apresenta neste capítulo: a compreensão de que desde os primórdios, quando os limites territoriais foram se desenhando, até os dias atuais, fatos aconteceram que foram construindo esta fronteira.

Desta forma, recorrer à história se fez necessário para que a geografia que se vê hoje, na cidade de Corumbá, seja compreendida. Apenas levantar dados e discuti-los não seria suficiente para compreender como as relações e os laços entre os dois países limítrofes (Brasil e Bolívia) foram se estabelecendo e constituindo a situação de fronteira atual. Buscou-se em estudiosos que pesquisaram fatos, desde os primórdios deste lugar, para então entender as relações entre estes povos e as situações estabelecidas na fronteira Brasil - Bolívia. Para tanto, procura-se fazer uma investigação dos atos históricos (tratados, acordos e outras estratégias), ocorridos neste lugar.

O Mato Grosso surgiu na primeira metade do século XVIII com a extração do ouro e diamantes e, apesar de sua decadência econômica na primeira metade do século XIX, com o decréscimo de exportações, sustentou-se com outra base, a das guarnições militares em Cuiabá e ao longo de suas extensas fronteiras (MAMIGONIAN, 1996).

O Estado brasileiro sempre teve uma preocupação com a questão da soberania sobre a província de Mato Grosso, uma vez que os tratados entre Portugal e Espanha se mostravam frágeis e inconsistentes (Tratado de Tordesilhas, Tratado de Madri e Tratado de Santo Ildefonso). Assim, os limites sul-americanos não se estabeleciam, trazendo à tona as lutas fronteiriças retomadas pelos países à medida que conquistavam sua independência. As primeiras povoações fixadas por Portugal em Mato Grosso foram estabelecimentos militares de guarnições de fronteiras, como o Forte Coimbra e o povoado de Corumbá, pois temia-se a absorção do território de Mato Grosso por algum vizinho poderoso (QUEIROZ, 2004).

Fundado em 1778, o povoado de Corumbá tinha localização militar estratégica (às margens do rio Paraguai, principal rio da Bacia do Prata) e surgiu com o objetivo de assegurar parte dos domínios portugueses na capitania de Mato Grosso. O povoado foi estabelecido neste lugar para defender a região dos ataques espanhóis, pois os problemas de disputas por territórios eram recorrentes na época. Além de fazer o papel de ponto avançado para fornecer suprimentos aos viajantes da região, teve um número reduzido de pessoas até meados do século XIX (QUEIROZ, 2004; SENA, 2012).

Em Queiroz (1997), viu-se que o Tratado da Amizade, Comércio e Navegação entre o Império do Brasil e a República do Paraguai, feito em 06 de abril de 1856, muda a situação de Corumbá. A abertura da navegação internacional nos rios da bacia Platina⁷, mormente do rio Paraguai, após o término da Guerra com o Paraguai (1864-1870)⁸, constitui um marco importante no crescimento econômico de Mato Grosso, dando início ao processo de integração com o mercado nacional e internacional, durante a segunda metade do século XIX. A navegação foi possível por conta de acordos diplomáticos e guerras entre os países que formam a Bacia do Prata (Argentina, Paraguai, Uruguai e Brasil), e não só permitiu escoamento mais rápido e mais barato dos produtos tradicionais (couros e peles), como também tornou possível o acesso a produtos anteriormente inexistentes, como a extração da erva-mate e a preparação do charque. Além disto, o rio Paraguai passou a ser via de comunicação obrigatória de Mato Grosso com a capital do império, Rio de Janeiro, pela qual transitavam mercadorias estrangeiras e nacionais importadas.

Sobre a navegação no rio Paraguai, Queiroz (1997) afirma que: “a abertura das vias platinas vinha, de fato, liberar a circulação de mercadorias da dependência dos penosos e demorados caminhos interiores de ligação com o litoral Atlântico, feitos anteriormente por terra e cortavam Goiás e Minas Gerais.” (QUEIROZ, 1997, p. 40).

Corumbá era o porto limite para navios estrangeiros de grande calado, o que a tornou um lugar promissor, reconhecido na época como o empório do comércio da província pelas autoridades. Este crescimento econômico ocasionou, conseqüentemente, um aumento no número de habitantes, colocando Corumbá como um dos lugares da Província que mais crescia em economia e população (SENA, 2012). Em 1863, o povoado de Corumbá já apresentava número maior de habitantes que em

⁷ Queiroz (2004, p. 113) afirma que a intervenção feita no Prata tem início em 1852, na guerra contra Rosas, que pretendia compor um antigo reinado sob a autoridade da Argentina, Uruguai e Paraguai. Esta intervenção culminou na Guerra contra o Paraguai (1864-1870).

⁸ E em Queiroz (2004, p. 114) encontra-se a informação que, ao final desta guerra até o término do império, o Brasil tinha desavenças com a Argentina e perdurava um clima de desconfianças e desentendimentos entre os dois países. No sentido de proteger o extremo sul de Mato Grosso e a busca de um acesso mais rápido ao litoral brasileiro pela bacia do Prata, o império brasileiro entrou em confronto com o Paraguai. Da guerra com o Paraguai de 1864 a 1870, o império brasileiro conquista o livre acesso fluvial a Mato Grosso e consolida sua soberania sobre o extremo sul da província. Embora persistisse o temor em relação à soberania da Argentina, pois este país dominava o estuário da Bacia do Prata.

relação às décadas anteriores. Diferentes povos formavam este lugar: negros, mestiços, indígenas e brancos, oriundos da Europa, do Oriente e de países da América Latina, dentre eles a Bolívia. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, em maio de 1863, já registrava a presença do boliviano em Corumbá, embora bem discreta em relação aos demais estrangeiros (SENA, 2012).

Os crescimentos, tanto populacionais quanto econômicos, sofreram impactos negativos por conta do confronto com a República do Paraguai, no período de 1864 a 1870. Após o término deste conflito, a região voltou a crescer e receber pessoas de diferentes lugares da província de Mato Grosso, do Brasil e de outros países. Os incentivos, através da isenção de impostos fiscais a produtos importados e exportados por dois anos, impulsionaram a então Vila de Santa Cruz de Corumbá, a recuperar sua economia e crescimento urbano, não tardando reassumir a posição de principal entreposto da província. Segundo o primeiro recenseamento do Brasil, de 1872⁹, totalizou 3.086 habitantes, sendo 2.439 brasileiros e 647 estrangeiros. Não se especifica, neste recenseamento, o número de bolivianos que se encontravam na então Vila, nesta época.

Em Diniz (2014) encontra-se uma análise sobre a população estrangeira no Brasil dizendo que a presença do boliviano não era contabilizada no quadro de movimento geral da imigração segundo a nacionalidade:

Ao examinarmos os dados do IBGE para o período de 1884 a 1939 acerca da população estrangeira no Brasil, observamos que os bolivianos não são contabilizados no quadro Movimento Geral de imigração segundo a nacionalidade. A tabela computou portugueses, italianos, espanhóis, outras comunidades europeias de menor expressão, argentinos, turcos, sírios, japoneses, mas não enumerou os bolivianos, ou outros povos vizinhos, como os paraguaios, pois a referida publicação baseou-se nos dados da entrada de imigrantes obtidos no porto de Santos. (DINIZ, 2014, p. 12).

O autor coloca, ainda, que a ausência de tais dados impede a compreensão do processo imigratório dos bolivianos em Corumbá naquela época. E, como vimos em Sena (2012), esta presença está registrada somente nos relatórios enviados à Assembleia Legislativa Provincial de Mato Grosso, que eram feitos *in loco*.

Entre 1870 a 1880, houve uma entrada grande de paraguaios na então Vila de Santa Cruz de Corumbá, em sua maioria oriundos da Guerra do Paraguai que acompanhavam os soldados brasileiros. Estes estrangeiros recém-chegados constituíram um contingente de mão de obra barata, na maioria dos casos direcionada a trabalhos forçados, e acabavam realizando diferentes atividades na região, tanto nas áreas urbanas (afazeres eventuais, venda ambulante, transporte de cargas, ofícios

⁹ Dados extraídos do Recenseamento do Brasil de 1872, para Mato Grosso. Fornecidos eletronicamente pelo IBGE. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/srh/article/view/16430/9418>. Acesso em: maio de 2019.

mecânicos, costureiras, lavadeiras e até prostitutas) quanto nas propriedades rurais, onde desempenharam com destreza o trabalho do manuseio com os derivados do gado, com a carne e, também utilizados, mais ao sul de Mato Grosso, na extração da erva-mate (SENA, 2012).

Apesar da imigração europeia ter sido cogitada, desejada e incentivada pelos governantes para a província de Mato Grosso, a guerra com o Paraguai foi um obstáculo. Com seu término, mesmo ainda recebendo incentivos, a colonização já não tinha os mesmos resultados. Os imigrantes europeus estavam voltados para o sul do país. Contudo, foi registrada a entrada de pessoas provenientes da Europa em Corumbá, porém em menor escala, dando lugar à presença de paraguaios, bolivianos e argentinos.

Naquele momento, no Brasil, havia a incorporação do discurso eugenista, que, com suas teorias racistas de “embranquecimento” da raça, buscava o branqueamento da população, sendo preciso que o europeu estivesse entre os brasileiros para que a população clareasse. Como consequência direta deste discurso incorporado nas elites brasileiras, ocorreu a depreciação da figura de uma parcela da população brasileira e dos imigrantes paraguaios e bolivianos, principalmente daqueles que ocupavam as funções menos qualificadas e trabalhos informais na Vila de Santa Cruz de Corumbá (SENA, 2012).

Neste cenário, em franco desenvolvimento econômico e com as mudanças nas comunicações e no comércio mato-grossense com o exterior, veio a gênese e expansão de Corumbá, legitimada na condição de cidade em 1878. Neste período, o comércio prosperou e colocou a cidade, com seu movimentado porto, no circuito comercial mundial, tornando-a a cidade mais importante da província de Mato Grosso. O vilarejo da fronteira passa, então, a ser um importante centro comercial (MAMIGONIAN, 1996).

Queiroz também ressalta a mudança pela qual passa Corumbá:

Nas novas condições, a província do oeste passa a receber mercadorias e capitais, provenientes do exterior, em escala antes insuspeitada. O povoado de Corumbá (antes um minúsculo núcleo fronteiriço), em sua nova e importante qualidade de porto terminal da navegação internacional do Rio Paraguai, recebe, em sucessivas levadas, considerável número de comerciantes estrangeiros, importadores e exportadores, que ali se estabelecem como mediadores entre o mercado mundial e o regional. (QUEIROZ, 1997, p. 40).

O crescimento e a importância do porto alteram toda a dinâmica de circulação de mercadorias no Mato Grosso, levando a um declínio da cidade de Cuiabá, até então importante elo entre esta província e a capital do Brasil. A abertura do rio Paraguai para navegação, marcou historicamente a ascensão econômica de Corumbá:

Pela sua condição de principal porto fluvial da região, Corumbá erigiu-se, nessa fase, no centro nervoso do comércio Mato-Grossense. As embarcações de médio calado, provenientes de Buenos Aires, Montevideu e Assunção, despejavam mercadorias nos depósitos das casas comerciais corumbaenses, ou suas cargas eram transferidas para embarcações menores, que se dirigiam para o norte da Província, especialmente Cuiabá. Enquanto principal entreposto comercial de Mato Grosso, não é surpreendente que em pouco tempo Corumbá tenha alcançado um grau de desenvolvimento ímpar na região. (ALVES, 1985, p. 22).

O final do século XIX trouxe a ascensão do Porto de Corumbá, que alcançou o auge como entreposto de mercadorias e centro de redistribuição para todo o norte da província (Figura 3).

Figura 3 – Movimento do Porto de Corumbá em 1879.



Fonte: Acervo particular Tadeu Martinez, 2020.

Do final de século XIX até o início do século XX, a região foi marcada pelo deslocamento da pecuária para o Pantanal, sul da província, e pela instalação de charqueadas por pecuaristas argentinos e uruguaios, que estavam adquirindo terras para pecuária e cultivo da erva-mate, fatos que contribuíram também para sua ascensão econômica. Os laços territoriais e comerciais de Mato Grosso foram se intensificando, desde financiamentos bancários europeus, implantação de novas produções, como erva-mate para o mercado platino, mercado europeu e norte-americano, além do charque voltado ao mercado nacional. Constatase que, no final do século XIX, a pecuária se sobressaiu, tornando-se a principal atividade econômica da região. O Pantanal, devido às suas características e condições naturais, foi ocupado pela pecuária de gado bovino, conformando os novos rumos econômicos e alterando o modo de vida dos seus habitantes, imprimindo ali um caráter essencialmente mercantil à sua economia (MAMIGONIAN, 1996).

A dinâmica econômica brasileira e seus diversos ciclos agroexportadores não tiveram impacto direto na região de Corumbá: cana de açúcar [sic], café, ouro, e até mesmo a borracha e o algodão no norte do país não modificaram a dinâmica local, que se diferenciava do restante do país. (PERES, 2012, p. 50).

A ascensão de Corumbá, como entreposto comercial, foi visível, pois todo o comércio de exportação e importação do Mato Grosso passava por seu porto. Quanto à sua população, mesmo com o incentivo à imigração europeia, ainda era pequeno o número de indivíduos europeus, pois os mesmos se dirigiram para as regiões agroexportadoras da província, ou seja, para as regiões sul e sudeste do Brasil de hoje. Assim, crescia a presença dos paraguaios, argentinos e bolivianos nesta fronteira; imigrantes que muitas vezes entravam sem serem computados pelos movimentos migratórios, facilitados apenas pelo transpor dos limites territoriais em alguns pontos ainda indefinidos.

O censo de 1920 não apresentou a descrição do número de bolivianos na cidade, incluindo-os no cômputo com habitantes de outros países, pois o destaque era para paraguaios, portugueses, turcos, italianos e espanhóis. Em conjunto com a maioria dos paraguaios, os poucos bolivianos que habitavam esta cidade ocupavam funções menos qualificadas, ligadas à informalidade, à venda ambulante e lidas domésticas. Muitos deles ligados às ocorrências policiais, principalmente por consumo de bebidas alcoólicas. Tais situações potencializavam a depreciação da imagem destes estrangeiros, pois a sociedade taxava os que não trabalhavam numa atividade regular e sistemática de vadios, preguiçosos, desordeiros. Como resultado, eram perseguidos pelas autoridades, o que seria até obstáculo para o desenvolvimento da Província de Mato Grosso (SENA, 2012).

Relatos extraídos dos processos do arquivo do fórum de Corumbá, do ano de 1879, mostram o quanto as autoridades reforçavam a origem estrangeira dos envolvidos nos processos, chegando ao ponto de mencionarem sua nacionalidade a frente de seus nomes, reforçando as identidades nacionais presentes na cidade de Corumbá no final do século XIX. Aos estrangeiros, eram atribuídos descréditos nos seus depoimentos (SENA, 2012).

Em um apanhado dos processos-crime que apresenta em seu trabalho, Sena (2012) demonstra como a identidade do cidadão era reforçada no sentido de enaltecer as diferenças:

Nos processos crimes [sic], na grande maioria das vezes, os nomes dos estrangeiros aparecem acompanhados de suas respectivas nacionalidades, por exemplo: “o português [sic] José Bento de Almeida, “a paraguaia Apolonia Palacios”, “Manoel Ignacio (boliviano)” José Thomas de Franda Paraguaio”, “o boliviano Miguel Velarde”...etc. Em algumas passagens era suprimido até mesmo o nome da pessoa, aparecendo apenas sua nacionalidade. Tal situação não era aplicada aos nacionais, já que quando seus nomes eram citados não aparecia menção de que eram brasileiros e nem referência às suas naturalidades. Essas informações eram apresentadas apenas no ato da identificação deles como réus, testemunhas ou vítimas. (SENA, 2012, p. 92).

Os fatos ocorridos naquela época demonstram os mecanismos de reforço das identidades em ação, através do enaltecimento das diferenças:

[...] a diferença é aquilo que o outro é, [...] a diferença é nesta perspectiva, concebida como autorreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença como a identidade, simplesmente existe [...] a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis. (SILVA, 2014, p. 74-75).

Apesar dos limites territoriais entre Brasil e Bolívia ainda não estarem totalmente definidos, percebe-se que os bolivianos já enfrentavam ali o comportamento de enaltecimento das diferenças.. Mesmo sendo uma pequena parcela da população, encontravam naquele momento, as suas fronteiras. A sua condição de pobreza os colocava à margem da sociedade e eram desacreditados principalmente pelas autoridades da época. Fato também constatado por escritos nos processos-crime encontrados em Sena (2012, p. 92), quando “alguns trabalhadores bolivianos afirmaram que o indivíduo Olympio Nunes Garcia estava alcoolizado. E o mesmo retrucou dizendo que eles eram bolivianos e não sabiam de nada”.

Neste contexto, havia uma preocupação do Brasil com a província de Mato Grosso, principalmente pelo isolamento no qual se encontrava, no interior do continente, e pela anarquia política reinante nesta província.

1.1 Entre as guerras, as estratégias e os tratados, a consolidação dos limites territoriais do Brasil com a Bolívia

Desde os primórdios da época das conquistas por territórios, diversos tratados entre Portugal e Espanha (Tratado de Tordesilhas¹⁰, Tratados de Madri¹¹ e de Santo Ildefonso¹²) foram feitos a fim de estabelecer os limites no continente sul-americano. Um anulava o outro e os limites não foram, de

¹⁰ “O Tratado de Tordesilhas, assim denominado por ter sido assinado no burgo espanhol homônimo, foi um acordo firmado entre os soberanos de Portugal e Espanha, em 7 de junho de 1494, para definir a partilha do chamado Novo Mundo, descoberto por Cristóvão Colombo, em 1492, entre as respectivas coroas, por uma raia distante trezentas e setenta léguas a oeste de uma ilha do arquipélago de Cabo Verde.” (AMARAL, 2013, p. 20).

¹¹ “A tradição era nomear os acordos com o nome do lugar sede do ato solene de ratificação. No caso em pauta, o assunto considerado foi ‘Tratado de Limites entre Portugal e Espanha na América do Sul’, com o título de ‘TRATADO DE LIMITES DAS CONQUISTAS ENTRE D. JOÃO V, REY DE PORTUGAL E D. FERNANDO VI, REI DE ESPANHA [...]’. Este Tratado consagrou-se como ‘O TRATADO DE MADRID’ por ter sido ratificado na capital espanhola, Madrid, no dia 13 de janeiro de 1750.” (AMARAL, 2013, p. 38).

¹² “Tratado de Santo Ildefonso assinado em 1º de outubro de 1777. Não foi de todo favorável a Portugal, que teve de ceder à Espanha a Colônia do Sacramento, grande parte do Rio Grande e as possessões da Ásia, porém restabeleceu os princípios básicos acordados em Madri. O tratado de Santo Ildefonso, apesar de ter nascido e existido em período de governança familiar nos dois reinos, não produziu os resultados esperados atinentes a transmutação, para a Espanha, das fronteiras já ratificadas para Portugal, pelo acordo diplomático de 1750. Foi apenas um Pergaminho Diplomático de curta duração e de estrutura jurídica insegura, por ser indeterminada, conforme reza já em seu preâmbulo: ‘Tratado Preliminar’, que servirá de base e fundamento ao Definitivo de Limites, que se há de entender a seu tempo com a individuação, exação e notícias necessárias.” (AMARAL, 2013, p. 60).

fato, estabelecidos. Assim, desde o século XIX entraram em cena os tratados de limites¹³, entre Brasil e Bolívia, figurando a definição dos territórios destes dois países, e estabelecendo uma política de acordos que visavam dar acesso da Bolívia ao Rio Paraguai, através das baías dispostas na margem direita do rio Paraguai, das quais, coube à Bolívia apenas as metades ocidentais das baías de Cáceres, Mandioré, Gaíva e Uberaba, que eram navegáveis e davam acesso ao rio Paraguai por canais naturais. A baía de Cáceres era a mais próxima de Corumbá, ligada ao rio Paraguai pelo canal do Tamengo. Visando utilizar este acesso, embora problemático, em 1880, o governo boliviano autoriza a construção de Puerto Suarez às margens desta baía.

Dentre vários acordos¹⁴, em 1903 o acesso ao Rio Paraguai volta a ser discutido entre Brasil e Bolívia, e se tornou objeto de um novo compromisso, o Tratado de Petrópolis¹⁵, pondo fim à disputa pelo território do Acre entre estes dois países. Em contrapartida, o Brasil cedeu uma estreita faixa sobre as lagoas de Cáceres, Mandioré, Guaíba e também uma área sobre o rio Paraguai entre o Forte Coimbra e a Baía Negra. A Bolívia ainda concentrava em Puerto Suarez seu tímido movimento comercial e, em 1910, algumas *trading houses* alemãs estabeleceram escritórios lá, importando produtos que vinham da rota do Prata, passavam por Corumbá, e iam a Santa Cruz de La Sierra. Mas, o Brasil já cogitava a ideia de oferecer à Bolívia acesso ao Atlântico por meio de linhas férreas.

À época, os olhos das elites dirigentes do Brasil se voltavam temerosos para a república da Argentina, com rumores, inclusive, de um estado de guerra entre estas duas nações. Foi neste cenário que surgiu a construção da ferrovia Noroeste. Tendo seu trajeto modificado, e diretamente dirigido para a fronteira com a Bolívia, a mesma assumiu um caráter estratégico, no sentido de prevenir um possível bloqueio pela Argentina quanto a navegação no rio Paraguai, bem como fortaleceu as relações com os países vizinhos: Paraguai e Bolívia. A ferrovia assumiu o papel de atrair as atenções

¹³ “A concordância do Imperador do Brasil e da República da Bolívia de adotarem o conceito básico do *uti possidetis* (por ele as terras ocupadas por nacionais de cada parte teriam a pertença respeitada). Este princípio para definição das fronteiras de seus territórios, ensejou o início da formação da fronteira Brasil-Bolívia com o: ‘Tratado de Amizade, Limite, Navegação, Comércio e Extradicação Entre o Império do Brasil e a República da Bolívia’, assinado em La Paz em 17 de março de 1867. Conhecido também como ‘Tratado de Ayacucho’ e ‘Muñoz-Neto’ foi ratificado e concluído a extensa fronteira de 3125 km”. (AMARAL, 2013, p. 86).

¹⁴ “O primeiro Instrumento Diplomático firmado entre Brasil e Bolívia, tratando da fronteira, foi o Tratado de Amizade, Limites, Navegação, Comércio e Extradicação assinado na cidade de La Paz de Ayacucho no dia 27 de março de 1867; nele o Brasil fez importantes concessões (Art. 7º. e 9º.) à Bolívia, com respeito a comércio e navegação. O Tratado de Petrópolis, assinado em 17 de novembro de 1903, encerrou a questão de limites do território do Acre entre o Brasil e a Bolívia. O Tratado de Natal, assinado no Rio de Janeiro, em 25 de dezembro de 1928, ficou nomeado como o ‘Tratado de limites e comunicação ferroviária entre o Brasil e Bolívia’. O Brasil e a Bolívia assinaram, em 25 de fevereiro de 1938, no Itamaraty, dois tratados: um sobre vinculação ferroviária e outro sobre saída e aproveitamento do petróleo boliviano.” (AMARAL, 2013, p. 133).

¹⁵ “Tratado de permuta de território e outras compensações, firmado em Petrópolis, a 17 de novembro de 1903. O Tratado de Petrópolis, contendo dez artigos, estipulou que o Brasil, para conseguir da Bolívia a desistência do alegado direito sobre a área considerada litigiosa ao norte do paralelo 10º20’ (Território do Acre) avaliada em 148.900 quilômetros quadrados, bem como a cessão de parte de seu território ao sul desta latitude, com área aproximada de 42.108 quilômetros quadrados, totalizando 191.000 quilômetros quadrados, obrigava-se a permutar territórios, em vários trechos da fronteira mato-grossense, e retribuições compensatórias à Bolívia.” (AMARAL, 2013, p. 109).

da Bolívia e consolidar a interligação, em Corumbá, das redes ferroviárias dos dois países (QUEIRÓZ, 2007).

A construção desta ferrovia, estrategicamente modificada, além de interligar Brasil e Bolívia consolidou entre estes países, através de acordos e relações políticas, um relacionamento fortalecido política e economicamente.

No contexto político do país havia uma preocupação com os riscos de sua territorialização que, na gestão do ministro Rio Branco (1902-1912), se destacou por evitar o domínio do Brasil, por qualquer potência industrial.

A política colocada em prática na época ia ao encontro dos interesses das elites conservadoras que dirigiam o país, pois preservavam as boas relações com os Estados Unidos da América e também tentavam não se afastar da Europa. Com este jogo, procurava preservar a liberdade de ação do país na política sul-americana. Delineava-se, com a República dos Conselheiros, instaurada na política de Rio Branco, um projeto nacional que buscava integrar o Brasil à modernidade, mas que também incorporava os símbolos de progresso da época. Era o projeto das elites dominantes, baseado na modernização conservadora que mantinha os padrões de dominação das classes subalternas e salvaguardava o controle sobre o território. Quanto aos países platinos, esta política, que preservava a soberania, a honra e a dignidade, buscava impedir que surgissem hegemonias que pudessem se fortalecer e se constituir em ameaças políticas e, conseqüentemente, territoriais. Mesmo com o fim do Império e instauração da República, o Brasil mantinha a preocupação de sustentar a hegemonia e constituía-se, assim, um bloco junto com os países mais fortes (Brasil, Argentina e Chile); e os países menores (Uruguai, Paraguai e Bolívia) apareciam como peças de um jogo de poder onde a atração destes se dava mediante diversos tratados (QUEIROZ, 2004).

Porém, o cenário de guerra entre o Brasil e a Argentina perdurava e envolvia o Paraguai e a Bolívia. Quando, na década de 30, as relações argentino-brasileiras foram colocadas à prova pela Guerra do Chaco entre Paraguai e Bolívia (1932-1935), a Argentina cedeu apoio logístico e voluntário ao Paraguai. O Brasil, por sua vez, de modo mais discreto favoreceu a Bolívia (QUEIRÓZ, 2004). O governo de Vargas (1930-1945) teve uma aproximação estratégica com a Bolívia, visando a aquisição dos recursos energéticos deste país (DINIZ, 2014).

Em 1935 encerraram-se os combates através de um protocolo. No final de julho de 1938, foi redigido um tratado de paz e limites dando vitória ao Paraguai, concedendo-lhe quase toda a região do Chaco Boreal. Para Queiróz (2004), a Guerra do Chaco foi um momento importante para a definição das relações com a Bolívia e o Paraguai, principalmente no tocante ao projeto ferroviário do Noroeste do Brasil. As relações com o Brasil, tanto da Bolívia quanto do Paraguai, foram marcadas

pelas discussões sobre as vias de acesso ao oceano Atlântico que deveriam se materializar em vias fluviais e ferrovias.

As discussões para a construção da ferrovia que ligaria Corumbá a Santa Cruz de La Sierra já se encontravam bem avançadas quando terminou este conflito, pois, em 1924, o congresso boliviano já havia aprovado um plano ferroviário que previa uma ligação ao Rio Paraguai, e, em 1925, os dois países, através de um novo acordo¹⁶ a respeito do tema, decidiram que o Brasil empregaria os recursos oriundos do Tratado de Petrópolis (tratado que tinha como objeto o binômio ferrovia-petróleo) na construção de uma ferrovia ligando Santa Cruz de La Sierra a Mato Grosso. Porém, toda a discussão só seria definitivamente acordada e resolvida quando, de fato, findassem os combates da Guerra do Chaco.

A discussão travada sobre a construção da ferrovia passou também pelo tema do petróleo, ou seja, o abastecimento do Brasil com petróleo boliviano e, em outubro de 1936, o então ministro da Bolívia, Ostria Gutiérrez, chegou ao Rio de Janeiro para discutir o protocolo que incluía a construção de uma ferrovia. Em novembro de 1936, os entendimentos se consolidaram em dois protocolos que criaram duas comissões: uma para tratar do petróleo; e a outra para a construção da malha ferroviária e rodoviária, chamada de Comissão Mista brasileiro-boliviana, que se fundiu em uma só. E em setembro de 1937, foi definida a construção de uma estrada de ferro que, prolongando a Noroeste, chegaria até Santa Cruz de La Sierra. Também fora recomendada a construção da estrada de ferro Porto Esperança-Corumbá. Os aportes financeiros do Brasil que cobririam os gastos da construção da ferrovia até Santa Cruz seriam reembolsados em dinheiro ou em petróleo pela Bolívia. Como resultado destes entendimentos dois novos tratados foram realizados entre Brasil e Bolívia. E em 1939, no segundo semestre, começaram as obras da construção da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, ao mesmo tempo em que se iniciou a construção do prolongamento de Porto Esperança a Corumbá.

Em 1958 surgiu a ideia de um acordo diplomático com o objetivo de resolver todos os assuntos entre o Brasil e a Bolívia, pendentes durante todos os acordos anteriormente feitos, de modo a apagar

¹⁶ Em Amaral (2013, p. 111-116) encontra-se explicação dos referidos tratados: “Tratado de Natal de 1928: Tratado de Limites e Comunicação Ferroviária entre o Brasil e a Bolívia, que surge com novas ideias às configurações do Tratado de Petrópolis. Em 1916, José Carrasco, que assume a representação diplomática da Bolívia, no Rio de Janeiro, adepto das comunicações ferroviárias, conduziu as negociações da Bacia Amazônica para Bacia Platina, convencendo assim o governo brasileiro a transformar o compromisso da ponte do Rio Mamoré (firmado no Tratado de Petrópolis), calculada em um milhão de libras esterlinas, em ajuda econômica para construir uma ferrovia que ligasse o Rio Paraguai a Santa Cruz de La Sierra, para explorar as riquezas e o potencial do oriente boliviano que até então era esquecido. Em 1919 a Companhia de Minas e Comunicação de Mato Grosso comunicava que o governo brasileiro aceitava a proposta de construir a ferrovia que ligaria Corumbá a Santa Cruz de La Sierra. Que se constitui mais tarde no Tratado de Vinculação Ferroviária e de Saída e Aproveitamento do Petróleo Boliviano de 1938.”

ressentimentos e suspeitas, com especial atenção à dinamização da fronteira, resultando no Tratado de Roboré¹⁷.

1.2 A construção da ferrovia Brasil – Bolívia: o ápice do movimento de entrada dos bolivianos em Corumbá-MS

A região de Corumbá sofreu transformações em sua dinâmica econômica na primeira metade do século XX. Além da inserção nas intensas atividades comerciais locais e da extensão da criação de gado no pantanal, a estrada de ferro ligaria esta região a centros mais distantes e dinâmicos, bem como ao país vizinho, a Bolívia. O governo de Vargas, desde a década de 1930 até meados da década de 1950, proporcionou medidas que favoreciam a ocupação efetiva da fronteira oeste do Brasil. As políticas eram implementadas no momento em que o país precisava ser repensado, pois, apesar de experimentar um processo de consolidação política e econômica, ainda enfrentava as consequências da crise de 1929. O Estado se firmou no discurso do nacionalismo, tendência acentuada em diversas ações do governo Vargas, tal qual a proibição do ensino de qualquer outra língua nas escolas¹⁸, que não a portuguesa, por exemplo. Foi um governo marcado por manifestações patrióticas e de extrema valorização aos bens nacionais.

Corumbá, vista como um espaço migratório relevante naquele momento, comportava-se como terra de ninguém e de todos, pois o ir e vir provocado pela construção da ferrovia tornava difícil quantificar a presença dos bolivianos na região. Em 1940, o censo demográfico apontou que, dentre os estrangeiros em Mato Grosso, os maiores grupos de migrantes registrados eram os paraguaios e os bolivianos. A entrada de bolivianos no Brasil, mais especificamente nesta região, intensifica-se com o contexto da construção da estrada de ferro.

Com a formação da comissão mista integrada por engenheiros e funcionários de ambos países, Brasil e Bolívia, com o objetivo de desenhar e discutir o projeto da ferrovia, deu-se início a este ir e

¹⁷ Segundo Amaral (2013), “os Ministros das Relações Exteriores do Brasil e da Bolívia, Senhores José Carlos de Macedo Soares e Manuel Barrau Pelaez, nas convenções que mantiveram em sua Entrevista Especial nas cidades de Corumbá e Roboré, nos dias 24, 25, 26 e 27 de janeiro de 1958, consideraram diversos assuntos pendentes de solução entre ambos os países e relativos a: (I) Exploração do petróleo boliviano e o fornecimento de hidrocarbonetos ao Brasil, (II) Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz de La Sierra, (III) limites, (IV) relações econômicas e comerciais e (V) intercâmbio cultural; resolveram subscrever a presente Ata, que consigna os acordos adotados a respeito dos referidos assuntos, acordos estes que deverão ser postos em prática pelos dois países. [...] Roboré, 28 de janeiro de 1958.”

¹⁸ Em Barros (2000) constata-se que um dos grandes investimentos que o Governo de Getúlio Vargas fez no Brasil, em seu governo nacionalista, é a construção de escolas. Acreditava-se que pela multiplicação das instituições escolares e pela disseminação da educação escolar seria possível incorporar grandes camadas da população na senda do progresso nacional e colocar o Brasil nos caminhos das grandes nações do mundo, onde determinadas formulações doutrinárias sobre a escolarização indicariam o caminho para a verdadeira formação do homem brasileiro. A escola foi então a grande disseminadora da ideologia nacionalista do governo de Vargas. Em 1932, eram 391 unidades de educação secundária que até 1947 chegariam a 1344 unidades. A grade curricular da época contemplava com maior número de horas aulas as disciplinas de Geografia e História.

vir, marcando um processo migratório sem medidas nesta fronteira. A comissão tinha como função realizar o desenho do projeto e, nos trabalhos de campo, definir as direções, vigilância e fiscalização da construção da ferrovia. Sua sede de operações foi instalada em Corumbá. Em 09 de setembro de 1939, iniciaram os trabalhos para construção da primeira das quatro sessões planejadas da ferrovia ligando a fronteira a El Carmem. O oriente boliviano e a fronteira com o Brasil ganhavam vida e se desenhava a história do povo boliviano na região, redimensionando a história de Corumbá ao sul de Mato Grosso.

A primeira estação ferroviária construída no oriente boliviano foi a Estação de Quijarro. Desse modo, as relações da Bolívia com o Brasil se intensificaram, e a região do oriente boliviano, que antes possuía uma baixa densidade populacional, passou a atrair mão de obra para esta fronteira, em virtude da construção da ferrovia, e fez com que o governo boliviano repensasse a ocupação. A estação de trem logo daria vida a um dos povoados mais importantes da região fronteira, Puerto Quijarro, fundado em 18 de junho de 1940. Este povoado boliviano se instalou bem próximo a Corumbá. Para Suarez Riglos (2011), a fundação de Puerto Quijarro está associada com o desenvolvimento das obras da ferrovia Corumbá-Santa Cruz de La Sierra.

A construção da estrada de ferro gerou uma grande mobilização de pessoas na Bolívia. Os trabalhadores contratados para fabricação dos dormentes eram levados de vários povoados chiquitanos para extração da madeira tendo sido somados a muitas outras pessoas que eram levadas para os mais diferentes trabalhos na construção da ferrovia. De certo modo, estas pessoas foram se fixando e formando novas comunidades e, na maioria dos casos, estes povoados nasciam ao redor das estações ferroviárias que foram sendo construídas na região do oriente boliviano.

A passagem da estrada de ferro Santa Cruz de La Sierra - Corumbá pela Chiquitania¹⁹ gerou impactos nas populações indígenas e não indígenas desta região. Silva (2011) coloca que muitos habitantes se deslocaram em direção à fronteira da Bolívia com o Brasil, pois segundo os relatórios da CMFBB (Comissão Mista Ferroviária Bolívia e Brasil), dos anos de 1940 a 1954, o número de trabalhadores bolivianos era maior que o de brasileiros empregados na construção da ferrovia e, dentre estes, tiveram os que ingressaram para o Brasil de forma irregular, na clandestinidade. Os camba²⁰ ingressaram por conta do trabalho na obra, e os indígenas que se deslocaram viram neste trabalho uma das maneiras de não mais se submeterem ao trabalho servil nas estâncias. Já outros, vieram por chamados de parentes que já estavam em Corumbá:

¹⁹ A Bolívia encontra-se dividida em duas grandes regiões: a região andina ou altiplano e a região de “terras baixas”. As “terras baixas” cobrem toda a parte norte e leste da Bolívia e dividem-se em quatro regiões: Yungas, Amazônia, Chaco e Chiquitania. A Chiquitania, no noroeste do país, é a região da Bolívia que compreende as cinco províncias dos territórios indígenas chiquitano, são elas: German Bush, Angel Sandoval, Chiquitos, Ñuflo de Chavez e Velasco.

²⁰ Os indígenas Chiquitano são identificados e identificam-se como Camba. (SILVA, 2012).

Desde que chegaram, os camba foram se estabelecendo em áreas periféricas de Corumbá, realizando ofícios que exigiam pouca ou nenhuma especialização e voltados, na maioria das vezes, para a informalidade... “e todos os indígenas que vieram foram atraídos pelo trabalho que sobrava em Corumbá e que, para obtê-lo, assumiam a nacionalidade brasileira em detrimento da boliviana.” (SILVA, 2011, p. 161).

Em pesquisa de campo entrevistou-se a Senhora E., 72 anos, que chegou em Corumbá ainda criança e hoje é moradora do bairro Cristo Redentor. Oriunda da cidade de Mairana²¹, no ocidente da Bolívia, veio na companhia de sua irmã, pois não tinha mãe. Sua irmã, na época, veio para trabalhar em casas de famílias, como doméstica, lavando e passando roupas. A Senhora E. relatou que as duas vieram de trem:

Tomamos o trem em Pailon²², pois o trem não chegava até Santa Cruz de La Sierra, atravessamos o Rio Grande de barquinho e embarcamos no trem rumo a Corumbá. Eu era criança tinha como uns doze anos, mas minha irmã já tinha quase vinte anos, a nossa mãe já era falecida. Chegamos em Corumbá e fomos morar na feira boliviana, ali alugamos um barraquinho e eu acompanhava minha irmã no serviço dela, que lavava e passava roupas em várias casas e trabalhava mais dias na casa do dono do armazém que tinha na cidade na época. (Informação verbal)²³.

Acrescentou ainda que:

Quando chegamos, moramos as duas na feira Boliviana, próxima à Estação do trem, ali minha irmã alugou um barraquinho, que eram de madeira, onde éramos todos moradores e chamavam de feira porque eram bastante barraquinhas mas eram todos moradores, os que trabalhavam fora saíam e chegavam ali, porque ali eram suas casas; muita gente tinha pensão, outros vendiam comida. (Informação verbal)²⁴.

Ao continuar, ela afirmou se lembrar de que, quando chegou, já havia muitos bolivianos em Corumbá. Este fato se dá no final da década de 50, quando a feira já estava consolidada, sendo um ponto de apoio e moradia aos bolivianos que chegavam. A Senhora E. informou ter vivido e morado nesta feira até seus 23 anos de idade, quando engravidou, vindo a ser mãe solteira. Nesse período, já havia rumores de que a prefeitura tiraria a feira daquele local. Por essa razão, foi morar com sua irmã, no Bairro Cristo Redentor, no qual já moravam muitos bolivianos e haviam terrenos que eram vendidos a boas ofertas.

²¹ Mairana é uma pequena cidade da Bolívia, próximo a Santa Cruz de La Sierra, que fica na estrada em sentido a Cochabamba, na região dos Altiplanos. Atualmente é produtora de frutas cítricas, vários tipos de batatas e conhecida na região pelas suas feiras e seu promissor comércio (*conhecimento in loco*).

²² Região próxima a Santa Cruz de La Sierra, um povoado pequeno que fica na estrada sentido a Puerto Suarez, fronteira Brasil-Bolívia (*conhecimento in loco*).

²³ Entrevista concedida pela senhora E. [setembro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

²⁴ Entrevista concedida pela senhora E. [setembro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

1.3 A feira boliviana: ponto de apoio e acolhida na chegada dos bolivianos a Corumbá

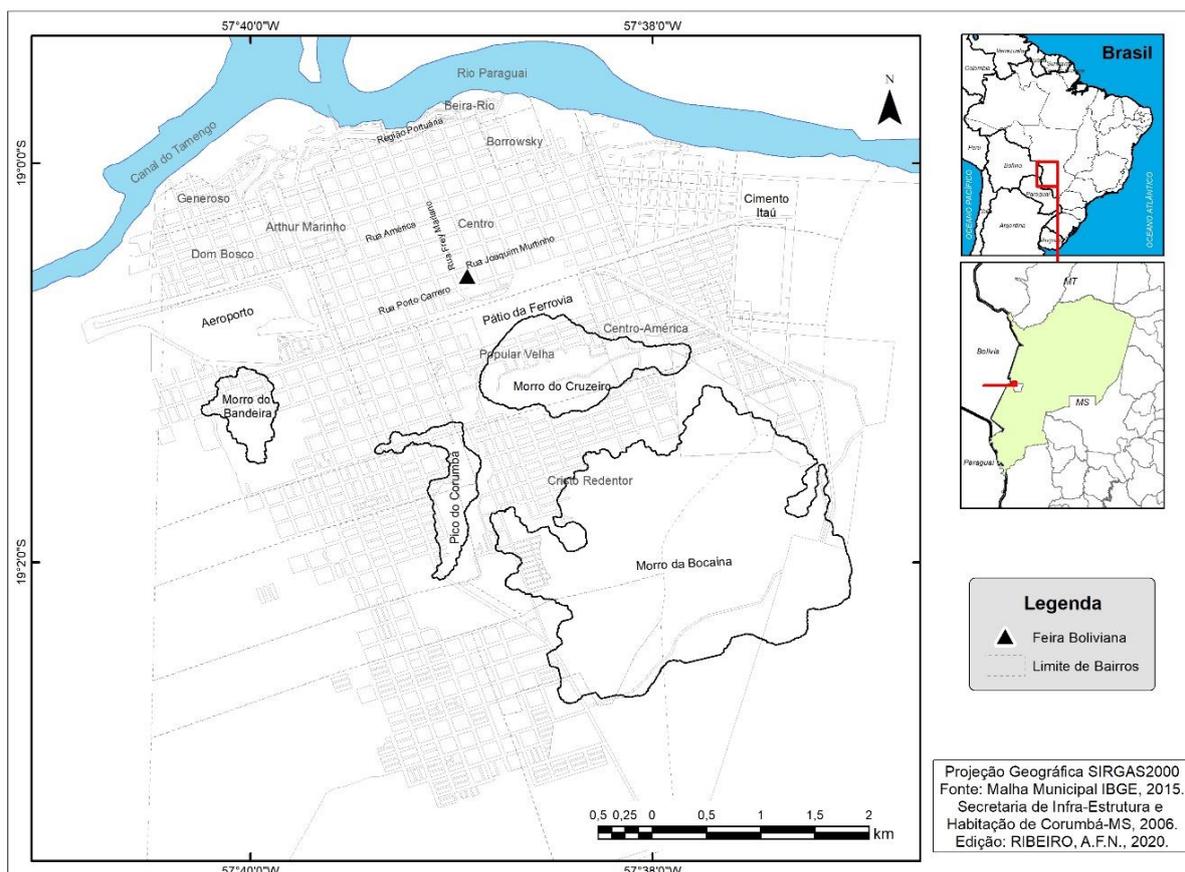
A feira boliviana, segundo Diniz (2014), a primeira da região, começa a ser formada no final da década de 1940. Era um espaço no qual aglomeravam-se os bolivianos recém-chegados²⁵ a Corumbá, atraídos pelo início das obras da ferrovia Brasil-Bolívia. Situada na rua Frey Mariano, entre as ruas Joaquim Murtinho e Porto Carrero, ficava próxima à Estação Ferroviária de Corumbá, (Figura 4), e concentrava a maior parte dos imigrantes bolivianos da época. Ali, construía seus casebres em terrenos alugados ou simplesmente ocupados, faziam um comércio na frente e moravam neste local. Vinham procurando novas oportunidades de empregos e negócios, tanto homens quanto mulheres. O aspecto local era de favelização, que, associado à falta de saneamento e sujeira, gerava uma imagem bem desagradável aos olhos dos demais habitantes de Corumbá, assim como aos dos visitantes que chegavam à cidade através da ferrovia, uma vez que a mesma era o principal elo deste lugar com o resto do mundo. Esta situação gerava um incômodo nos dirigentes locais que tinham preocupação com a imagem da cidade.

A condição de pobreza local, os aspectos de sujeira, falta de higiene, aglomeração de pessoas e prostituição, faziam desta feira um lugar mal visto pelos demais moradores da cidade. Esta condição transtornava o município e, na década de 1960, este local passou a ser tratado de maneira política na cidade, sendo tema de debates na câmara municipal e na imprensa local, como podemos ver neste artigo da Folha da Tarde de Corumbá citado por DINIZ (2014, p. 341):

O Vereador Geraldino Martins de Barros após colher informações junto ao Senhor Médico Chefe do 8º Distrito Sanitário de Corumbá tomou ciência de que existem na chamada Feira Boliviana, 201 barracos, onde residem 201 famílias com 645 habitantes que fazem uso somente de 29 privadas, existindo ainda 29 focos de mosquitos. O Vereador acima requereu em regime de urgência, o que foi aprovado, por unanimidade, seja encaminhado expediente ao Sr. Prefeito Municipal, solicitando informações a respeito de vários itens constantes no ofício do Sr. Médico do Distrito Sanitário, propondo ainda que sejam convidados os proprietários de terrenos daquele bairro, a fim de tomarem providências para o caso. (Folha da Tarde, Corumbá-MT, 31/12/1963).

²⁵ O sentimento de nacionalismo é um dos pontos mais característicos de um Estado-Nação. Este sentimento está atrelado a um conjunto de símbolos e convicções vistos como traços representativos de uma identidade nacional. Caracteriza-se como o princípio da unificação e mobilização entre povos; assim, a língua, a religiosidade e os símbolos que representam uma nacionalidade são usados como pontos de aglomeração entre os sujeitos. Nota-se a presença desta união promovida pelo sentimento nacional entre os bolivianos na cidade de Corumbá, pois, desde o momento que intensificam sua chegada na cidade, verificam-se formações de grupo, uma necessidade intrínseca de ajuntamento, da moradia próxima uns dos outros no mesmo bairro, mantendo uma proximidade que, aparentemente, os fortalece. A própria feira boliviana que se formou quando chegaram na cidade, deixa claro que esta aglomeração atua como um fortalecimento das identidades e do encorajamento para enfrentamento do novo, do porvir apresentado em um outro território.

Figura 4 – Localização da Feira Boliviana – 1963.



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 2015.

Para a elite corumbaense, os produtores rurais e os comerciantes da feira eram associados à disseminação de doenças, lugar feio e de degradação dos seus moradores. Davam ao local um significado de não trabalho, vadiagem e prostituição caracterizando-o sempre como um espaço que precisava ser extinto. Este posicionamento seguramente foi responsável pela pressão que o poder público municipal recebeu para extinguir a feira, contando com apoio de vereadores da época e da imprensa local.

A entrevista concedida pelo Senhor R. S., 86 anos, vereador corumbaense e líder do prefeito na década de 1960, relata fatos que corroboram com os lidos sobre esta feira:

No local era uma prática de comércio sem fixação, era uma exploração comercial desordenada, não havia nada de normatização, fixação nada. Toda aquela região da cidade era considerada esplanada da NOB (Ferrovia Noroeste do Brasil), ficava muito próximo à estrada de ferro e automaticamente concentrou pessoas que faziam comércio. Esta esplanada era concentração de bolivianos, tinham muitos bolivianos ali. Era grande o movimento deles, não havia nada fixado para a exploração, mas eles exerciam atividades comerciais da forma deles, traziam suas mercadorias, o trem chegava até aqui com os bolivianos; a maioria eram famílias carentes e vinham exercer o comércio de mercadorias que traziam, eram mais verduras e comidas que vendiam, não tinham roupas, brinquedos, nada, eram comidas. Havia um certo comprometimento com a higiene. Chegavam e construíam seus barracos que cresciam dia após dia. Não tinham uma grande expressão econômica, até porque a

economia do município, na época, estava no porto geral, que através da navegação fomentava a economia da cidade, o porto era a concentração econômica. Os imóveis naquela região eram desvalorizados por causa desta feira. Mas a manifestação contrária àquela feira pela população de Corumbá e pelos políticos estava cada dia mais apertando o prefeito no sentido de tomar providências. (Informação verbal)²⁶.

Durante as décadas de 1940 e 1950, a feira abrigou os bolivianos que chegavam a Corumbá. A grande maioria trabalhava e morava neste local. Como desbravadores de novas oportunidades de emprego e vida, chegavam diariamente e engrossavam as filas da favelização e do comércio informal na cidade.

A Senhora M. D. S., entrevistada (na época com 63 anos), passou sua infância no local da feira boliviana. Moradora antiga da região, filha de comerciante de secos e molhados da Rua Frey Mariano, esquina com Joaquim Murtinho, no coração da chamada deste local, diz:

Eu me lembro que eram muitas casinhas em volta da minha casa; ia até em frente à estação, era tudo barraquinho um atrás do outro, era um quarto emendado no outro, você saía da casa de um já entrava na casa de outro, dos dois lados da rua, eram barracos e barracos, todos os bolivianos que vinham ficavam por ali. Nossa como tinha!!! Eles eram muitos: o local foi ficando com um aspecto ruim por conta da sujeira que eles faziam. Eles não tomavam banho, e a água era escassa e o pouco que tinha era dividida entre eles, pois me lembro que tinha uma caixa d'água que eles compartilhavam a água de lá. A água que eles lavavam as vasilhas e roupas, água servida, corria a céu aberto e isto dava um aspecto de sujeira no local. Mas eles eram pessoas boas, não tinham roubos nem ladroagem feitas por eles, não existia bandidagem. Do lado da minha casa se formou um prostíbulo da Maria Mulata. Nós éramos criança e íamos lá espiar os homens e mulheres dançarem. Os bolivianos vendiam de tudo um pouco, a maioria eram verduras que eles traziam da Bolívia. Me lembro que eram quartinhos que eles viviam e, às vezes, em cada quartinho moravam até dez pessoas, porque eles iam trazendo a família e os amigos. Era muita gente que tinha no local desta feira. (Informação verbal)²⁷.

Os depoimentos de brasileiros e bolivianos, que vivenciaram a realidade desta feira na época, auxiliaram no traçado da realidade local; eram relatos de histórias de vida. Através da história oral destes entrevistados, identificou-se que a feira era um local de aglomeração, com muitos bolivianos que viviam com a escassez de água e em condições sanitárias e de higiene precárias.

Nos relatos das entrevistas foi esclarecido que no local também ocorria a prática de prostituição. Durante vários anos, esta população foi invisível aos olhos do poder público municipal, não recebendo qualquer tipo de assistência ou atendimento aos serviços públicos essenciais; era um descaso total, pois se tratava de uma ocupação de terrenos particulares por moradores estrangeiros. Estes sujeitos passaram a ser observados somente quando incomodaram a elite local diante das suas condições de sobrevivência e ameaça de expansão em direção às ruas de moradias nobres da cidade.

²⁶ Entrevista concedida pelo senhor R. S. [agosto 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

²⁷ Entrevista concedida pela Senhora M. D. S. [fevereiro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

1.3.1 A feira boliviana: motivo de discórdia e conflitos na cidade

Na década de 1960, o poder público Municipal foi pressionado a tomar providências quanto ao local que já abrigava mais de 600 pessoas em condições precárias de higiene e sanitárias, como está demonstrado em citação anterior, neste capítulo. Este fato foi constatado em documento do então Vereador Geraldino Martins de Barros, que, ao mesmo tempo que lembrava que eram pessoas pobres que ali viviam, pedia providências para sua remoção da área próxima ao centro da cidade, pois, como representante das elites locais, por mais que este vereador reconhecesse as condições de pobreza daqueles moradores, não poderia contrariar os interesses da classe dominante da época, conforme nos mostra Diniz, 2014:

[...] Exmo. Sr. Prefeito Municipal e aquela imundície continua resistindo a tudo, talvez devido aos seus poderosos proprietários que cobram absurdos de aluguéis da pobre gente que ali vive. É necessário que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal faça cumprir o Código de obras pelos proprietários daqueles terrenos. (DINIZ, 2014, p. 341).

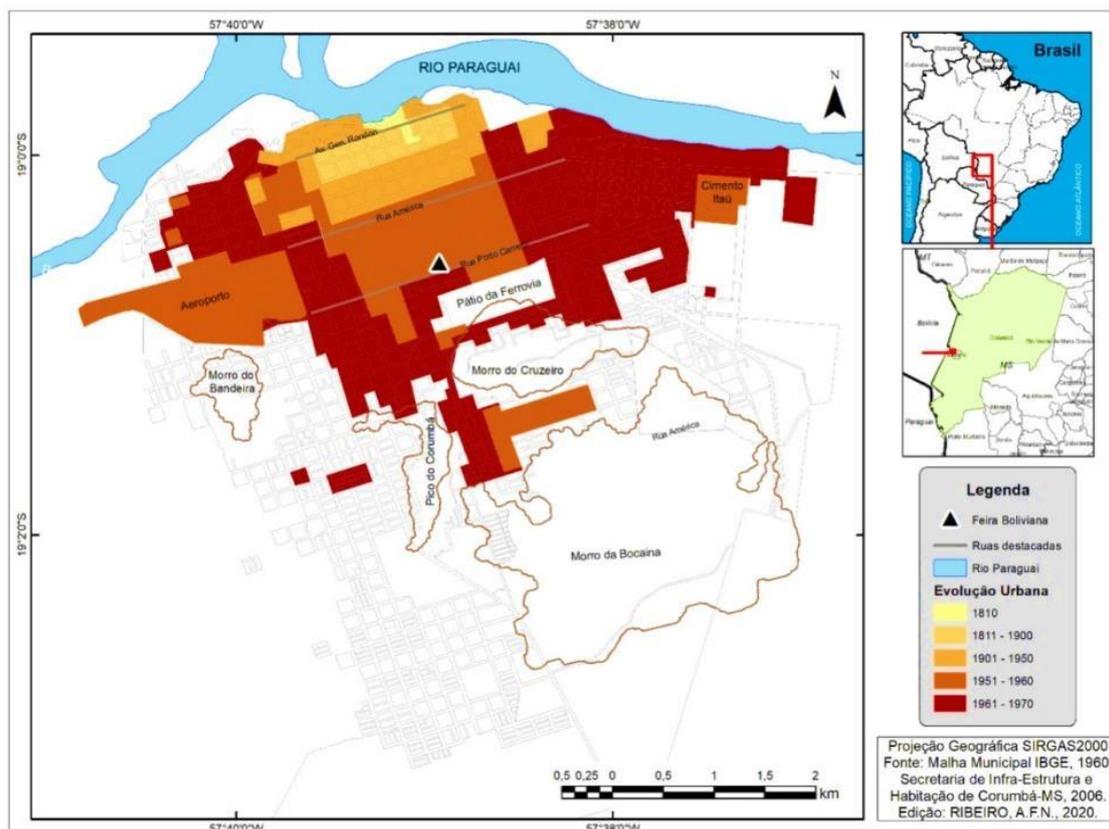
Continuadamente, através da imprensa, a elite local passou a cobrar providências do poder público municipal, retratando os temores desta classe pantaneira à época, pois receavam que este aglomerado de bolivianos se estendesse em direção ao centro da cidade, mais especificamente até a Rua América, onde havia concentração de casarões dos então pecuaristas. Provavelmente, a pobreza e os costumes peculiares deste povo incomodavam e amedrontavam os habitantes da “nobreza” da cidade que viam o local desta feira e seus moradores como depreciativos para a cidade e temiam sua expansão e possível aproximação com estes estrangeiros.

A Figura 5 mostra o quão próximo era a feira da rua América, local de residência da elite pecuarista da cidade, bem como da avenida General Rondon, ambos locais de destaque dos casarões das famílias abastadas que detinham o poder econômico na cidade na época. A Figura 5 também traz o mapa da evolução urbana da cidade, até a década de 70 do século XX. As cores variam em tonalidades, das mais claras às mais escuras, conforme as leis municipais e o crescimento da cidade ao longo dos anos, que organizam a sua expansão. Verifica-se o porquê do temor das elites da época em relação ao avanço da feira boliviana, que surgiu num determinado momento em que se encontrava fora dos limites da malha urbana, mas que, no decorrer dos anos, passou a integrá-la, tornando-se muito próxima e envolvida com o cotidiano da cidade.

Em resposta às pressões da sociedade local, a câmara municipal convocou, em maio de 1963, o então Secretário de Obras Públicas, sr. José Sebastião Candia, e assim voltou a debater o problema da feira boliviana. Quando questionado sobre este local, o secretário justificou-se dizendo que aquele amontoado de casebres e barracões continuava ali porque os proprietários dos terrenos, homens de

recursos financeiros, faziam negócio com os aluguéis das áreas não beneficiadas e nem muradas, e se negavam a cumprir o Código de Postura do Município. Mediante esta colocação, questionaram o porquê da Prefeitura não obrigar estes proprietários a cumprir as leis vigentes e terminaram dizendo que já era tempo de acabar com esta situação (DINIZ, 2014, p. 345).

Figura 5 – Localização da feira boliviana em relação ao centro da cidade e às ruas principais da cidade na década de 60, do século XX.



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 1960.

Percebe-se que o imigrante boliviano, ao mesmo tempo que se constituía em um problema para a cidade, servia à exploração e à especulação imobiliária por parte de proprietários de terrenos na área urbana. Apesar de todos os transtornos e condições péssimas que a feira boliviana impunha para a cidade, havia uma parcela da população que ganhava com os aluguéis praticados ali e, talvez, esta tenha sido a causa, durante muitos anos, desta situação ter perdurado naquele local.

Em 1963, na administração do prefeito Edmir Moreira Rodrigues, foi extinta a feira boliviana, e a Senhora M. D. S., na sua entrevista, relatou o que presenciou na época:

Não me lembro bem como foi a retirada dos bolivianos de lá, mas me recorde que derrubaram tudo, igual fazem com essas favelas; eles tiraram os bolivianos e deixaram tudo limpo, derrubaram todos os barracões, eu não me lembro quem foi, mas derrubaram tudo. Durante muitos anos aqueles terrenos ficaram limpos.

Ficaram alguns bolivianos morando por ali, mas bem poucos; a maioria, eles sumiram, não sei exatamente para onde eles foram... Aquilo ficou abandonado por muitos anos, aí foram aparecendo a construção de uma exportadora, um hotel; o prostíbulo da Maria Mulata continuou lá. (Informação verbal)²⁸.

Tanto Silva (2011) como Baeninger (2012) afirmam que o então prefeito municipal de Corumbá, na década de 1960, fechou a feira boliviana. Contudo, na pesquisa documental realizada nos arquivos da prefeitura e da câmara municipal de Corumbá, neste período, não foram encontrados documentos (decretos ou leis) mencionando a existência desta feira ou sua retirada do local. Tal fato foi confirmado em entrevista pelo ex-vereador da época, Senhor R. S., que negou a ação da prefeitura em expulsar os bolivianos da feira.

Acredita-se, então, que a extinção da feira, por conta da pressão da câmara municipal e da sociedade local da época, deva ter ocorrido por exigências do poder público aos proprietários dos terrenos locados. Eles foram impelidos a tomarem providências quanto ao local e agiram para a remoção dos bolivianos daquele lugar.

Concomitantemente ao período de extinção da feira boliviana, a prefeitura empreendeu o lançamento do mercado municipal, o qual unificava e dava vazão aos produtos bolivianos, além de concentrar todo comércio de hortifrutigranjeiros na cidade. Inúmeros bolivianos foram trabalhar no mercado municipal. O Senhor R. S. relata que ali ocorria uma integração entre os produtores das hortas de Corumbá e os bolivianos que traziam frutas e verduras da Bolívia.

No entanto, os relatos apresentados por Silva (2011) deixam claras as intenções da prefeitura no sentido de acabar com a aglomeração dos bolivianos na região das ruas Frey Mariano e Joaquim Murtinho. Na entrevista com a Senhora E., ela disse que, junto com sua irmã, saiu da feira boliviana porque a prefeitura havia prometido tirar todos de lá.

Documentos da câmara e prefeitura municipal da época apontam constante preocupação nas discussões políticas com o processo de favelização na cidade e o ordenamento urbano nos anos de 1962 e 1963, com sucessivas alterações nas leis de zoneamento urbano da cidade neste período. A Lei 396 de dezembro de 1962, que dispunha sobre o Código de Obras e Postura do Município de Corumbá, mostrava uma preocupação acentuada com o tipo de construção nas áreas residenciais. Já na Lei 408 de janeiro de 1963, dispondo sobre o zoneamento da cidade, verificou-se que a região onde estava implantada a feira boliviana, imediações da ferrovia, figurava como zona residencial média, e o código de obras citado anteriormente determinava o tipo de construção desta área que não condizia com as descrições deste local, conforme detalhado nas entrevistas realizadas. A mesma lei,

²⁸ Entrevista concedida pela Senhora M. D. S. [fevereiro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

que determinava a zona urbana do município, apontava os trilhos da Noroeste do Brasil como os limites da então reconhecida área urbana.

Em maio de 1963, através do decreto nº 84, mais uma vez foi alterado o perímetro urbano da cidade de Corumbá, ampliando-se os limites da área urbana da cidade. Esta alteração feita no código de obras foi peça fundamental para que os vereadores cobrassem, do secretário de obras, o cumprimento por parte dos proprietários dos terrenos no local da feira boliviana. Mais uma vez, o poder público municipal se via pressionado quanto à tomada de providências em relação à aglomeração de bolivianos naquele local.

Mas, mesmo com a extinção da feira, o local teve, por anos, circulação intensa de viajantes que chegavam na cidade e que por ali se hospedavam, frequentavam os bares e prostíbulos que resistiram naquele lugar. Tais fatos fizeram esta região da cidade, durante anos, ser vista com preconceitos e desvalorização por uma parcela da população corumbaense.

Por muito tempo a região da antiga *Feira Boliviana* abrigou uma quantidade ainda não mensurada de bares/casas de prostituição que se beneficiavam do intenso trânsito de viajantes e trabalhadores locais que passavam por ali não apenas em busca da companhia feminina, mas também para fazer refeições, jogar e consumir bebidas alcoólicas em grupos de amigos. De fato, o local era ponto de encontro de trabalhadores braçais envolvidos com carga e descarga na ferrovia, carroceiros que realizavam pequenos fretes, vendedores ambulantes diversos, entre eles muitas crianças e adolescentes. (DINIZ, 2014, p. 348).

Corroborar-se este panorama com a fala da Senhora M. D. S. que em sua entrevista relata o vazio que ficou aquele local sem os casebres dos bolivianos, e confirma a fama de prostíbulo do local:

[...] mas o bar da Maria Mulata permaneceu lá ao lado da loja de meu pai; eu era criança e subia na sacaria para espiar dentro do bar e aí descobriram e me davam guaraná para descer e não espiar mais..... Mas todos os dias eu estava lá, espiando para ganhar guaraná. (Informação verbal)²⁹.

A Senhora M. D. S. relatou também que se formou um enorme ponto de carroceiros naquele local, que atendia toda a cidade com o transporte em charretes, e a ocorrência de dois assassinatos, fatos que também contribuíram para a depreciação da localidade. Até meados de 1980, ainda existia o ponto de charretes e carroças nas proximidades da estação do trem, mas o fluxo daqueles que circulavam por aquele local era o de viajantes que chegavam e saíam de trem em Corumbá, tanto rumo à Bolívia quanto ao Brasil.

Mesmo com a saída dos bolivianos do local e findada a feira boliviana, o lugar estereotipado e carregado de preconceitos permanecia perante à cidade.

²⁹ Entrevista concedida pela Senhora M. D. S. [fevereiro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

1.4 Apesar dos limites o boliviano ocupa a cidade de Corumbá-MS

A localização e a falta de condições sanitárias existentes na feira boliviana foram os principais motivos dos conflitos ocasionados na cidade, e da pressão política sobre o poder público municipal para que se providenciasse a remoção dos moradores daquele local. A posição de proximidade do centro da cidade, entre a rua Porto Carrero e a avenida General Rondon, bem como das casas dos grandes comerciantes e pecuaristas da época, localizadas na rua América (Figura 4), motivou a pressão para que fossem tomadas atitudes em relação aos mais de seiscentos bolivianos que ali se instalavam.

Não se sabe ao certo o que aconteceu e como aconteceu, pois não existem documentos que oficializem esta ação, tão pouco se obteve entrevista de algum residente da época que fornecesse precisa informação sobre a retirada destes imigrantes de lá. Sabe-se, apenas, que o poder público tinha interesse nestas ações, pois sofria pressões da câmara municipal, da imprensa e da sociedade local. Por meio de relatos, é sabido que os casebres foram todos demolidos de uma vez no ano de 1963; uma verdadeira “limpeza” no local, uma ação de grande porte, com tratores que tudo demoliam, levando ao entendimento de que foi uma ação coordenada para a retirada dos moradores daquela localização.

A maioria desta população, advinda da feira boliviana, se espalhou pela cidade de Corumbá. Mas constatou-se em pesquisas, tanto bibliográfica quanto em entrevistas, que grande parte dos bolivianos³⁰ instalou-se no Bairro Cristo Redentor, ocupando, inicialmente, uma área de lixão com possível anuência de algum integrante da administração pública municipal. Entraram nesta área, localizada no meio do lixo, e foram desbravando, de modo que construíram um *pueblito*³¹, refazendo e recompondo o que haviam perdido e deixado para trás. A existência de um *pueblito* talvez tenha ocorrido como resgate e reafirmação neste momento de adversidade, evidenciando o quanto foram fortes, devido a esta forma de construção reforçar as suas origens no meio do nada, no meio do lixo, sendo possível se reerguerem num traçado de ruas abertas que expressavam sua identidade³².

³⁰ As conformações destes imigrantes nos bairros se deram mediante os seus deslocamentos, sempre em grupos, para estabelecimento de moradia próxima a de conterrâneos já previamente instalados. A prática do incentivo à imigração de parentes e amigos para que trabalhem juntos e vivam perto é uma maneira de fortalecimento das raízes nacionais, fundamentando a identidade desta gente. Hall (2006, p. 51) afirma que: “as culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a nação, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades”. São identificações que estabelecem demarcações rígidas entre “nós” e “eles”, como a língua, por exemplo, uma das características nacionais marcantes que reforçam este vínculo com o Estado-Nação.

³¹ *Pueblitos* são vilarejos da região de Chiquitania, na Bolívia, construídos pelos camba, com uma área maior no centro, semelhante a uma praça central, para onde as ruelas se convergem.

³² A identidade não se define pelo que o indivíduo é, mas pelo que ele não quer deixar de ser, ela está no seu cerne, mas não é uma essência porque ela é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação. (SILVA, 2014). O “não querer deixar de ser” (grifo nosso) se define no legado que este indivíduo traz consigo nas recordações que unem

Aqui se pretende fazer um relato da situação da ocupação dos bairros de Corumbá pelos bolivianos, revelando a dinâmica deste processo na cidade, onde produzem territórios que visivelmente se apresentam, que crescem e se espalham a cada dia. Durante o trabalho de campo, foram feitos questionamentos que auxiliaram no entendimento da dinâmica desta apropriação dos locais da cidade. Os vizinhos bolivianos têm ocupado o lado de cá, onde ele é o outro, o estrangeiro. A compreensão do que os leva a se instalarem, morarem fora de seu país e porque estão aqui, também foi alvo da investigação proposta neste trabalho.

Entrevistas realizadas com moradores bolivianos da cidade de Corumbá fomentaram uma análise da ocupação dos bairros. Um relato chamou a atenção, o da Senhora C., moradora do bairro Cristo Redentor, que declarou ter vindo com seu marido, trabalhador da Companhia Mista da Estrada de Ferro de Santa Ana de Velasco³³, próximo a San Inácio³⁴:

Meu marido adoeceu de tanto trabalhar na época e foi mandado de volta a Santa Cruz de La Sierra. Ele trabalhava em Motacusito³⁵, na primeira sessão da construção da ferrovia. Quando ele melhorou voltamos para Matacusito em busca de serviço, não encontrando, ele resolveu então vir para Corumbá procurar serviço, e eu permaneci lá e só depois de um mês que ele voltou para me buscar. Meu marido conseguiu emprego na fábrica de cimento Itaú, onde trabalhou até aposentar. Chegamos a nos instalar em uma casinha no bairro Cidade Jardim, que hoje é o bairro Dom Bosco; lá, eram somente casinhas. Eu conheci a feira boliviana. Lá tinha comida, coisas para comprar; eu gostava muito de ir na feira boliviana, lá encontrava meus amigos e conhecidos. Depois eu me mudei para o bairro Popular Velha, era um vazio, não tinha nada; fomos cuidar de uma área de um senhor, e anos depois começamos a procurar terreno para comprar no bairro Cristo Redentor, onde moravam muitos conhecidos bolivianos. E me mudei para a comunidade São Francisco, no bairro Cristo Redentor. Lá tinha bastante moradores, todos bolivianos. (Informação verbal).³⁶

Ela descreve o local como uma concentração de moradores bolivianos, corroborando com o que Silva diz:

Uma vez em terras brasileiras, na camba chiquitano recriaram uma espécie de *pueblito* no bairro Cristo Redentor (localizado na periferia de Corumbá), buscando reproduzir, parcialmente, em termos de práticas culturais, um pouco da paisagem deixada para trás, nos tempos antigos. (SILVA, 2011, p. 63).

peças: “[...] A nação “uma alma, um princípio espiritual” se assentaria em uma dupla plataforma: uma proveniente do passado que proporciona um legado de recordações em comum; e outra do presente que se reafirma o consentimento de um agrupamento de homens para viver juntos e conseqüentemente o desejo de manter a união. [...] esta união renuncia ao individualismo e uma memória em comum vai ser importante para compreender o nacional que a raça, a língua, a religião e a geografia, critérios cuja insuficiência se demonstra através de exemplos e observações históricas.” (MELLADO, 2008, p. 36-39). O autor reforça a importância das identidades nacionais na união dos indivíduos, destacando as recordações e a memória comum como pontos importantes na compreensão do nacional.

³³ Pequeno povoado na região da Chiquitania, no oeste Boliviano, província de Velasco.

³⁴ Localidade do interior da Bolívia, fundada em 1748, capital da província de Velasco, pertencente ao Departamento ou Estado de Santa Cruz.

³⁵ Comunidade localizada a oito quilômetros da cidade Puerto Suarez, sentido Santa Cruz de La Sierra.

³⁶ Entrevista concedida pela Senhora C. [novembro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

A Senhora E. V., hoje com 71 anos de idade, moradora deste local desde os 17 anos, lembrou quando ocorreu a retirada do pessoal da feira boliviana, afirmando que:

Aqui era um lixão. Aí cada um foi pegando uma parte de terreno e se instalando. As casinhas eram feitas de pau a pique, não tinha água, não tinha luz e aqui só morava bolivianos, os que fundaram já se foram, faleceram, só sobrou eu e dona Alice. Aqui hoje só tem filhos de bolivianos morando, os descendentes e brasileiros. Quando saímos da feira boliviana, cada um foi procurando seu canto; a maioria veio prá cá. As irmãs de caridade brasileiras vinham visitar e faziam reuniões conosco e elas traziam doações para nós; elas que deram o nome de Comunidade São Francisco e nos diziam que poderíamos ficar aqui que ninguém iria nos tirar. E nunca nos tiraram. Não pago IPTU da minha casa até hoje. Este local foi fundado pelos cambas, os índios, que já se foram. Na praça central, ali onde estão aqueles pilares, era a caixa d'água que era para todos os moradores. Durante muito tempo nós pegávamos água ali. Aqui sempre moraram só bolivianos, agora vivem alguns descendentes e outros brasileiros. (Informação verbal)³⁷.

A Comunidade São Francisco, localizada na alameda São Francisco, no bairro Cristo Redentor (Figura 6), tem semelhança com um *pueblito*, referência aos *pueblos* de onde vieram, localizados na região de Chiquitania na Bolívia, construído com uma área semelhante a uma praça central e ruelas que convergem para a mesma (figuras 7, 8 e 9). As relações que ali se estabelecem, com moradores compartilhando terrenos, não mais para o plantio, mas sim para abrigar amigos e parentes, tornou o lugar parecido com um *pueblo* da região de Chiquitania. Segundo informações dos moradores, descendentes dos bolivianos que moraram na área central, neste local ficava um abastecimento de água comunitário que por muitos anos atendeu aos moradores daquela região, e esta caixa d'água era abastecida por caminhão da prefeitura.

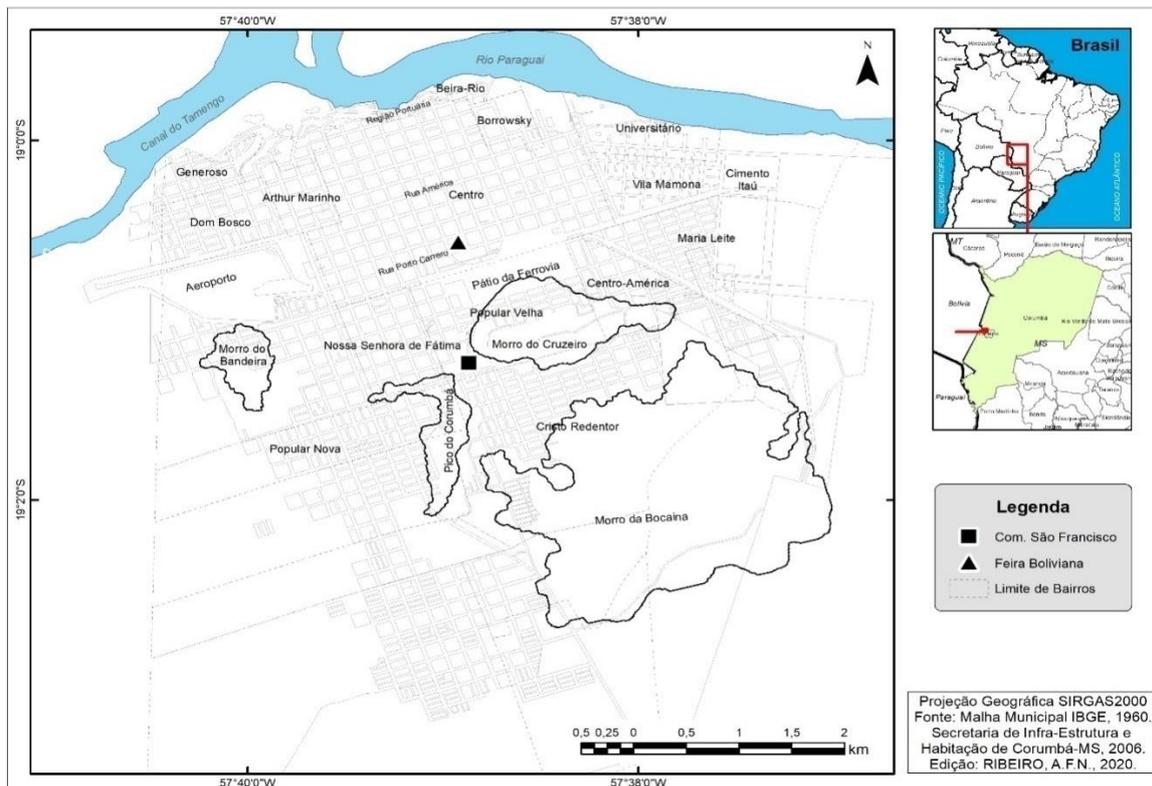
Pelos relatos e leituras dos autores que estão sendo utilizados nesta pesquisa, acredita-se que o destino de um grande número de moradores da feira boliviana foi o bairro Cristo Redentor e alguns, em menor número, para o então bairro Cidade Jardim, na atualidade denominado Dom Bosco, onde construíram suas casas.

As feiras livres³⁸, que já existiam na cidade, podem ter sido também o destino de vários comerciantes bolivianos que saíram da feira boliviana, pois existem relatos da presença deles, nesta época, nas feiras livres da cidade.

Figura 6 – Localização da Comunidade São Francisco – bairro Cristo Redentor.

³⁷ Entrevista concedida pela Senhora E. V. [janeiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

³⁸ Em Espírito Santo (2015, p. 67) viu-se que as feiras foram criadas por decreto em 1952 pela Lei Municipal nº 58, de 05 de maio de 1952, mas só iniciaram em 03 de maio de 1959. As feiras funcionavam em três pontos da cidade: a praça Uruguais, o largo da caixa d'água e a rua Sete de Setembro entre a rua Delamare e a avenida General Rondon.



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 1960.

Figura 7 – Entrada da alameda São Francisco – Comunidade São Francisco.



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 8 – Área Central da Comunidade.



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 9 – Viela que converge para o centro.



Fonte: Trabalho de campo em setembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Com o passar do tempo, e a convivência em Corumbá, os camba foram percebendo que a própria linha do trem, que os trouxe até aqui, era um limite que dividia os espaços sociais, ou seja, quanto mais afastados do rio Paraguai, e “acima da ferrovia”, menor era o prestígio social do morador.

Atualmente, no local da Comunidade São Francisco, a estrutura das alamedas permaneceu a mesma. As vielas foram revestidas com lajotas e a infraestrutura de água e luz já faz parte do local. Por lá ainda vivem senhoras bolivianas, como a Senhora E. e a Senhora R., moradoras da época da fundação do local, com suas respectivas famílias brasileiras. As demais casas são ocupadas por descendentes bolivianos que chegaram na década de 50 e 60 do século XX, mas são todos brasileiros, com documentação brasileira. Algumas famílias ainda cultuam os costumes que herdaram de seus pais e avós, como comida, devoção à Nossa Senhora de Urcupiña, e as vestes. O local é hoje denominado como bugreiro³⁹, uma maneira pejorativa e preconceituosa de se referir à região, marcada pela presença dos bolivianos.

1.5 O bairro Cristo Redentor: um bairro *qualhado*⁴⁰ de bolivianos?

O decreto nº 84, de maio de 1963, que alterou o perímetro urbano da cidade de Corumbá, ampliou os limites da área urbana, incluindo áreas que até então se enquadravam como rurais. Com esta nova lei, algumas áreas começaram a ser loteadas. Em agosto de 1963, o então proprietário das terras que hoje compõem o bairro Cristo Redentor, o senhor Edmundo Roque Lopes loteou sua propriedade, colocando à venda, a princípio, 85 lotes e entregando outra metade do terreno à prefeitura municipal como parte de pagamento dos impostos atrasados (informações obtidas pelas escrituras da cadeia dominial desta propriedade no Cartório do 1º Ofício de Corumbá-MS).

Esta oferta de terrenos, em uma área ainda desconhecida e distante do centro, dentro do perímetro urbano, provavelmente tenha sido um fator de prática de preços mais baixos, e um fator determinante para atrair um número significativo de bolivianos para este bairro, aliado ao fato de já haver bolivianos morando nas imediações. Nos relatos apresentados por Silva (2011), a informação de que o então prefeito assentou os bolivianos na área da Comunidade São Francisco, um lixão na época, parece ser procedente, uma vez que esta área foi entregue como forma de pagamento à prefeitura pelo então proprietário⁴¹ e, nos relatos da Senhora E., citados anteriormente, as informações se confirmam.

³⁹ O local outrora conhecido como Comunidade São Francisco, hoje é popularmente conhecido como bugreiro, termo oriundo da palavra bugre, forma pejorativa atribuída aos indígenas bolivianos que ali habitaram.

⁴⁰ A expressão “qualhado” é usual nesta região para se referir a lugares cheios de pessoas, de coisas, de animais. Expressa quantidade.

⁴¹ Informações coletadas junto à Secretaria de Infraestrutura do Município de Corumbá.

Surge, então, o bairro Cristo Redentor, que carrega até os dias atuais, na cidade de Corumbá, a fama de concentrar população de bolivianos como moradores. Tal imagem foi construída por conta deste movimento e da confluência de bolivianos que se deslocaram para a região, na Comunidade São Francisco ou em outras localidades próximas, nas décadas de 60 e 70. Durante a pesquisa realizada, foram encontrados altos índices de descendentes de bolivianos, filhos e netos, além de algumas senhoras de mesma nacionalidade, já de idade bastante avançada. Até pouco tempo atrás era comum, ao andar pela cidade, ouvir a expressão “o bairro Cristo é *qualhado* de bolivianos” ou “os bolivianos moram todos lá no Cristo”. Contudo, com o passar dos anos, tal indicativo não procede mais, pois a paisagem mudou, remetendo a um boato antigo. Hoje é possível encontrar bolivianos nos diversos bairros da cidade.

No curso das entrevistas realizadas, muitos moradores, que foram indicados como bolivianos no bairro Cristo Redentor, são brasileiros, mas descendem diretamente de bolivianos que, no passado, ocupavam este bairro. No caso da Comunidade São Francisco, os moradores atuais se dividem entre brasileiros sem relações com a história do local e com descendentes dos bolivianos que fundaram o local. Embora o mesmo ainda tenha as características de um “*pueblito*”, os ocupantes da maioria das casas atualmente têm pouca ligação com o passado e com a história daquele lugar.

Foram realizadas 46 entrevistas com residentes bolivianos ou seus descendentes no bairro Cristo Redentor. Destes, cerca de 70% são nascidos no Brasil. Os entrevistados de nacionalidade boliviana são os 30% restantes que estão neste universo em número bem menor, mostrando uma expressão da realidade, já que hoje são uma parcela menor que no passado. Os comentários sobre muitos moradores desta nacionalidade no bairro, se dão por conta da grande quantidade de descendentes de bolivianos (filhos e netos destes) que, além de cultivar os costumes dos antepassados, trazem em suas características físicas os traços da descendência indígena das pessoas do país vizinho, que outrora povoaram o bairro.

Os bolivianos, em geral, valorizam muito a posse de documentos brasileiros e entre os entrevistados não foi diferente. Logo no início da conversa, declararam ser brasileiros afirmando que possuem todos os documentos do Brasil, reforçando a importância que dão à posse destes documentos, principalmente para acesso à saúde pública. Oficializar a nacionalidade brasileira, sejam eles natos ou descendentes, é um trunfo para amenizar o preconceito ou discriminação que, por vezes, ocorre validando aos bolivianos natos o direito de viver no Brasil e, aos descendentes, a igualdade de cidadão corumbaense.

O Senhor A., que veio há 40 anos de Roboré, na Bolívia, à procura de emprego, afirma ter saído aos 16 anos de idade da sua cidade, deixando para trás os pais e nunca retornou. Trabalhou mais de 30 anos como cozinheiro em restaurantes em Corumbá e em Puerto Quijarro (Bolívia). Quando

indagado se gostava de viver em Corumbá, ele respondeu: “viver na fronteira é bom, você pode transitar dos dois lados por serviços; só é ruim por causa da violência”. Quando questionado sobre os seus costumes, ele diz que não come comida boliviana, que só a cozinha a trabalho em restaurante boliviano, mas na sua casa não come e não sente falta. Nega sua própria identidade, e esta negação é uma forma de se solidificar no outro país. Por fim, quando perguntado sobre o que mais sentia falta em relação à Bolívia ele responde:

Lá na Bolívia é bom porque onde você vai é bem acolhido, aqui no Brasil as amizades são diferentes, você não pode chegar em qualquer lugar. Tenho todos os documentos brasileiros. Aqui sou brasileiro, mas, se me perguntam, falo que sou boliviano, me sinto feliz que falem que eu sou boliviano, mas não tenho vontade de voltar para Bolívia. A Bolívia existe mais no meu coração e no meu pensamento. (Informação verbal)⁴².

O Senhor A. construiu o que Giddens (1991) denomina de autoidentidade, pois ele se denomina brasileiro, mas é boliviano, gosta de ser chamado de boliviano e não tem saudades da Bolívia. Esta relação dialética que estabelece sobre sua identidade, o autor assim explica:

Quanto mais a tradição perde terreno, e quanto mais reconstitui-se a vida cotidiana em termos de interação dialética entre o local e o global, mais os indivíduos veem-se forçados a negociar opções por estilo de vida em meio a uma série de possibilidades [...] O planejamento da vida organizada reflexivamente [...] torna-se característica fundamental da estruturação da autoidentidade. (GIDDENS, 1991, p. 1-5).

Albuquerque (2010), também discute esta relação dialética e a negociação da identidade em seu trabalho sobre a dinâmica nas fronteiras paraguaias. Na discussão que trava sobre esta região fronteiriça, aborda situações onde as identificações, às vezes, são explicitadas e outras ocultadas, até negadas. Estes comportamentos se dão de acordo com as relações que se estabelecem com o *outro*, que podem ser harmoniosas ou não. Denomina estes casos de identificações ambíguas, situacionais e negociadas que se dão de acordo com os interesses que precisam ser evidenciados ou ocultados.

Para Hall (2006) são identidades que atravessam e intersectam as fronteiras naturais compostas por pessoas que foram dispersadas para sempre de sua terra natal, mas continuam retendo fortes vínculos com seus lugares de origem e suas tradições, mas sem a ilusão de um retorno ao passado. São obrigadas a negociar com as novas culturas, sem necessariamente serem assimiladas por elas, ou perderem completamente suas identidades. Carregam os traços das culturas, das tradições, das linguagens e das histórias particulares pelas quais foram marcadas e, sendo assim, agora pertencem a uma e, ao mesmo tempo, a várias casas.

Embora alguns descendentes de bolivianos preservem a cultura deixada pelos seus antepassados, é notório que as tradições vão se diluindo no mesclar de estilos de vida que impõem outros costumes. Nas entrevistas realizadas, detectou-se laços familiares entre eles, ou seja, ligações

⁴² Entrevista concedida pelo Senhor A. [outubro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

de parentesco com os bolivianos que vieram para o bairro Cristo Redentor na década de 1950 e 1960. Muitos não são os descendentes diretos, mas retêm elos familiares. Dentre os entrevistados declarados bolivianos natos, 19 vieram morar no Brasil recentemente e se instalaram no bairro Cristo Redentor, devido aos amigos e parentes que ali residem, e, em geral, estão ligados ao comércio local de ambulante ou de feiras. Muitas informações que compõem este capítulo foram extraídas de diálogos com os moradores do bairro Cristo Redentor.

Estas pessoas se sentem pertencentes a esta comunidade e se identificam com o local. O ambiente que encontram faz parte da vida, da sua realidade; é como se fosse uma continuação do que deixaram para trás. O pertencimento diz respeito aos laços familiares, a ser membro de uma dada sociedade, dentre outras relações que vão se estendendo com o estabelecimento de vínculos, referências e valores. Pertencer significa partilhar características, vivências e experiências com outros membros das comunidades de pertencimento, desenvolvendo sentimento de pertença (BERGER e LUCKMANN, 1985).

Em entrevista, a Senhora B. se declarou do lar e moradora do bairro há sete anos. Disse ter vindo morar em Corumbá por causa do emprego do marido, que é brasileiro; disse que voltaria para a Bolívia se tivesse emprego. Quando perguntada sobre seus documentos, disse que todos os quatro filhos têm documentos brasileiros, já os dela são de permanência. Sobre seus costumes e sua identidade, disse o seguinte, respondendo sempre em espanhol:

Aquí en mi casa solo comemos comida boliviana, hago la primera (sopa) y la segunda (majadito, pollo picante). Todos hablamos español, yo y mis hijos y mi esposo también. En la escuela mis hijos hablan portugués porque tienen que aprender. Quiero que siempre te sientas boliviano a pesar de que tienes todos los documentos brasileños. (Informação verbal)⁴³.

Nota-se que, embora a senhora B. deseje que seus filhos aprendam o português, pois acredita se tratar de uma questão de interação e sobrevivência em outro país, ela também reforça as raízes da identidade deles enquanto bolivianos, através da manutenção dos costumes culinários e da língua, reiterando, assim, o sentimento de pertencimento a outro local, a Bolívia.

Já a Senhora C., boliviana, casada com boliviano e com dois filhos também bolivianos, que está em Corumbá há 16 anos por conta de emprego, afirmou que, se hoje lhe oferecessem casa e emprego na Bolívia, não voltaria. Contudo, declarou que cozinha suas comidas com gás de cozinha

⁴³ Entrevista concedida pela Senhora B. [outubro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019. “Aqui em minha casa comemos somente comidas bolivianas, faço o primeiro (sopa) e o segundo (*majadito*, *pollo* picante). Todos falamos espanhol, eu meus filhos e meu marido também. Na escola, meus filhos falam português porque têm que aprender. Quero que sempre se sintam bolivianos, mesmo tendo todos os documentos brasileiros.” (tradução da autora).

comprado na Bolívia⁴⁴ por ser mais barato. Ao ter sido interrogada sobre idas e vindas à fronteira, respondeu que costuma cruzar os limites entre os países quase todos os dias por ser vendedora ambulante de produtos que busca na feira da fronteira. Quanto ao sentimento nutrido pelo traslado no limiar dos dois países, respondeu:

Vou na feira boliviana todos os dias, mas, quando volto da Bolívia, quando atravesso a ponte da fronteira, tenho a sensação de que estou voltando para minha casa, e quando entro na Bolívia, sei que vou fazer minhas compras de mercadorias e só. (Informação verbal)⁴⁵.

Destaca-se que a Senhora C. declarou comer e cozinhar comidas bolivianas todos os dias, e que, quando lhe perguntam se é boliviana ou brasileira, ela responde que é boliviana, porque tem que respeitar a memória de seus pais falecidos.

Dos bolivianos entrevistados, 90% declararam posse de documentação brasileira, mas, apesar disto, o bairro Cristo Redentor carrega consigo as marcas dos migrantes bolivianos e de seus descendentes, influenciando o modo de viver do local com as manifestações culturais, diferentes costumes e a presença de seus moradores perpetuando manifestações de uma identidade herdada ou do país de origem, a Bolívia, ou dos seus antepassados bolivianos, tudo mesclado aos costumes e modo de vida dos brasileiros⁴⁶. Como afirma Costa (2012, p. 18), “[...] se tornaram fronteiriços de seus próprios patrícios e embora exista uma proximidade geográfica, a cultura dos bolivianos foi modificada substancialmente, tornando-se híbrida, fronteiriça”.

Este hibridismo se manifesta, por exemplo, nos costumes culinários que, embora alguns entrevistados tenham declarado cozinhar comidas bolivianas, não o fazem todos os dias, mas estas figuram em suas mesas por algumas vezes na semana ou em dias de festas. Mesmo aqueles que declararam falar espanhol somente dentro de casa, entre os pares, já admitem que mesclam o português e o espanhol. Estas manifestações reforçam as origens nacionais e identitárias que esta gente carrega, e, ainda que muitas delas se declarem brasileiras, seus costumes deixam transparecer as raízes imigratórias, com sua cultura e seus hábitos mesclados e definidos pela sociedade na qual vivem. E como coloca Cuche, (1999):

⁴⁴ Em Puerto Quijarro foi constatado que o preço do botijão de gás de 10 kg - custava Bs 28 (vinte e oito bolivianos), que, no câmbio da época, equivaleria a R\$ 18,00 (dezoito reais); enquanto se pagava R\$ 80,00 (oitenta reais) por um botijão 13 kg de gás no Brasil (levantamento realizado *in loco* em janeiro de 2019). Esta compra é ilegal e sempre é feita burlando a fiscalização que não permite comercialização deste produto com o Brasil.

⁴⁵ Entrevista concedida pela Senhora C. [outubro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

⁴⁶ Hall (2006) traz que as identidades nacionais não são coisas com as quais nós nascemos, mas são formadas e transformadas no interior da representação. Uma nação não é apenas uma entidade política mas algo que produz, um sistema de representação cultural. As pessoas participam da ideia da nação representada em sua cultura. As identidades nacionais representam o resultado da reunião da equação nacional, oferecendo tanto a condição de membro do Estado-Nação político, quanto uma identificação com a cultura nacional. Assim, não importa quão diferentes seus membros possam ser em termos de classe, gênero ou raça. A cultura nacional busca unificá-los numa identidade cultural da grande família nacional. A nação é o simbólico construído através de sua história, a partir das delimitações e da identificação de um território, onde os limites garantem não só a unidade da nação bem como a integridade da sua identidade.

A cultura chamada “dos imigrantes” é na verdade uma cultura definida pelos outros, em função dos interesses dos outros, a partir de critérios etnocêntricos. A cultura dos imigrantes é tudo que os faz parecerem diferentes, e apenas isto. Ser imigrante é por si só ser diferente, ser estrangeiro (ser estranho). Quanto mais um indivíduo for encarado como diferente, mais ele será considerado como “imigrante”. [...] “A cultura dos imigrantes” é definida a partir de toda uma série de sinais exteriores (práticas alimentares, religiosas, sociais, etc...) cujo significado profundo ou coerência não são compreendidos, mas que permitem situar o imigrante enquanto imigrante, lembrar suas origens; e “lembrá-lo de suas origens”, o que é uma maneira de “colocá-lo no seu lugar”. (CUCHE, 1999, p. 229-230).

Outro aspecto que reforça a cultura dos bolivianos residentes neste bairro e seus descendentes é a festa de Nossa Senhora de Urcupiña⁴⁷, santa cultuada entre os católicos na Bolívia, como na casa do Senhor C. F., que todos os anos realiza a comemoração. O culto a esta Santa foi herdado dos costumes do país vizinho, onde a mesma é celebrada nacionalmente (Figura 10).

O mês de agosto é marcado por diversas festas celebradas em várias casas e atraindo moradores de vários bairros de Corumbá e de localidades da fronteira do lado boliviano. Nestas festas pode-se presenciar a manifestação do hibridismo ao qual se refere Costa (2012) e, embora seja uma festa religiosa boliviana, as comidas oferecidas nestas festividades já não são somente as típicas bolivianas como o *majadito*⁴⁸, pollo com picante⁴⁹, o *mocochinchi*⁵⁰, dentre outras. Nas festas observadas, foram oferecidos, além da culinária típica, o churrasco, o cachorro-quente, o arroz carreteiro, o bobó de galinha e outras comidas brasileiras, acompanhadas de refrigerantes e cervejas, consumidas em grande quantidade⁵¹ pelos participantes que, durante a festa costumam ficar visivelmente embriagados. As danças apresentadas são da cultura boliviana (figuras 11 e 12).

Figura 10 – Altar de Nossa Senhora de Urcupiña – festa na residência do Senhor C. F.

⁴⁷ O dia da Virgem de Urcupiña celebra a aparição da Virgem Maria Asunta durante o século XVIII, filha de uma família indígena pobre na Bolívia, da região de Cota, município do sudoeste de Quillacollo, na região de Cochabamba. A menina levava seu rebanho de ovelhas para pastar pelas colinas baixas. Um dia encontrou uma bela Mamita e seu filho. Desde então, toda vez que ia ao pasto, a mamãe e a criança desciam para brincar com ela no pequeno rio que emanava das pedras. Os pais atônitos não conseguiam acreditar na história. Mas depois de acompanhá-la várias vezes até a colina, a pequena exclamou Urcupiña! Urcupiña! E eles experimentaram a manifestação da virgem: uma imagem foi desaparecendo no céu. A partir deste momento tornou-se conhecida como a Virgem de Urcupiña. Muitos devotos testemunham seus milagres. A festa é comemorada todos os anos em 15 de agosto por toda Bolívia. Urcupiña, em Quechua (língua indígena do Andes sul-americanos), significa “já está na colina”, frase que a menina exclamou durante a aparição para sinalizar a presença da virgem. Os festejos dedicados a esta santa perduram toda a segunda semana de agosto. Disponível em: wincalendar.com/pt/Virgem-de-Urcupinha. Acesso em: 27 nov. 2019.

⁴⁸ Típico prato boliviano feito de arroz com carne seca desfiada, acompanhado de batatas fritas, banana frita e ovo frito.

⁴⁹ Frango ensopado com molho de tomate e colorante com pimenta.

⁵⁰ Refresco feito à base de pêssegos descascados e desidratados, com açúcar, canela e cravo-da-índia.

⁵¹ Em conversa com um dos festeiros de Nossa Senhora de Urcupiña foi dito que, com um bom volume de participantes, as festas chegam a consumir de 20 a 30 caixas de cervejas.



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 11 – Danças coreografadas apresentadas por um grupo de dança boliviano.



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 12 – Convidados dançando e tomando cerveja.



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Entrevistamos o Senhor C. F., descendente de bolivianos, morador do bairro Cristo Redentor, que promove a festa há 21 anos e declarou ser devoto de Nossa Senhora de Urcupiña, a santa dos bolivianos. Ele revelou que passou a realizar a festa por conta de uma graça alcançada. Quando teve essa graça alcançada, “pagou” a sua promessa com cem caixas de cerveja, em uma festa da santa.

Nesta festividade, de fato, o consumo de cerveja é marcante. Durante seu desenrolar, um dos pontos altos da mesma é o batismo dos indivíduos. Os que ainda não foram batizados pela Santa de Urcupiña, com cerveja, submetem-se ao ritual do banho de cerveja. Este ato acontece com pessoas de todas as idades, crianças, jovens e adultos, onde o indivíduo é colocado em frente ao altar, de joelhos e banhado com a bebida que é jogada na cabeça. Abre-se a garrafa e despeja-se o líquido, sendo que a função de realizar este batismo pertencente ao festeiro. Nas festas frequentadas durante a construção deste trabalho, observou-se que, além do consumo excessivo de cerveja durante o festejo, cumpre-se este costume boliviano do batismo bem como o oferecimento desta bebida no altar (figuras 13 e 14).

Figura 13 – Batismo de uma criança com cerveja aos pés de Nossa Senhora de Urcupiña.



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 14 – Batismo de uma jovem com cerveja em frente a imagem da Santa.



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

As festas têm duração de um dia, fechando um ciclo de nove dias de rezas, uma novena. Estas manifestações religiosas acontecem nas cidades vizinhas da Bolívia e em Corumbá, onde a maior concentração, em número de festas, se dá no bairro Cristo Redentor. Durante a pesquisa de campo, visitamos 6 (seis) festas, manifestações que trazem à tona a ligação deste local com os bolivianos. Outro local visitado neste mesmo bairro, que cultua sua devoção por Nossa Senhora de Urcupiña, e a festa acontece ali mesmo, é a loja de conveniência chamada Bar do Boliviano, onde a santa está exposta em cima dos freezers de cerveja (Figura 15).

Figura 15 – Nossa Senhora de Urcupiña exposta em uma conveniência no bairro Cristo Redentor onde é festejada.



Fonte: Trabalho de Campo agosto de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Para compreensão de quem são os moradores bolivianos do bairro Cristo Redentor e seus descendentes, buscou-se, através de entrevistas, algumas informações necessárias para formulação deste livro. Foram visitadas e entrevistadas 46 residências em diversos pontos do bairro e destas, 86% dos entrevistados declararam que ainda falam o espanhol (língua oficial na Bolívia) em suas casas e

também mantêm costumes bolivianos, como cozinhar as comidas tradicionais e comer sopa antes das refeições, costume que na Bolívia é chamado de primeiro (sopa) e segundo (prato principal).

Quando indagados se voltariam a viver ou morar na Bolívia, a resposta foi unânime em dizer que não, por diversos motivos, como falta de condições de vida, de higiene, presença de água salobra, aluguéis caros, extrema pobreza do povo na fronteira. Enfim, diversas causas foram colocadas para que os mesmos justifiquem sua permanência em Corumbá.

Este posicionamento dos moradores reforça o sentimento de pertencimento que os mesmos têm. Romper os laços culturais é muito mais difícil do que as ligações territoriais e, embora tenham motivos de sobra para abandonar a Bolívia, percebe-se que o processo de mudança ainda é doloroso, pois abandonam tudo o que tem e conhecem, para se aventurar em um outro país sem a certeza do acolhimento, e negociando, por diversas vezes, suas identidades na integração com a população local. A distância do seu território de origem e a integração com a população local resultam em uma espécie de hibridismo cultural (COSTA, 2012), onde o imigrante assimila ou substitui alguns valores da sua cultura original como forma de se adaptar à nova realidade, mas mantém vivo parte daquilo que lhe confere o sentimento de pertença, como os símbolos nacionais de seu país.

Manifestações na língua, na comida e nas festividades fazem do bairro Cristo Redentor um local diferente na cidade. Embora não seja o único bairro a abrigar bolivianos e seus descendentes, carrega, através de seus moradores e costumes, o peso da história de ser o bairro onde se iniciou a aglomeração dos moradores daquele país em Corumbá, dando-lhe a fama de ser “*qualhado* de bolivianos”. O que de fato se percebe no bairro é que, apesar da existência de moradores bolivianos natos, em maior número aparecem seus descendentes, e muitos deles são reconhecidos pela comunidade como bolivianos⁵², quando na verdade são brasileiros. Lá existem muitos brasileiros descendentes de antepassados bolivianos que ali chegaram e que, além de cultuar os costumes e a cultura boliviana, trazem os traços físicos desta gente que outrora desbravou aquela região da cidade.

Acredita-se que logo após o fechamento da feira boliviana, que era constituída por uma aglomeração de bolivianos, estes, em sua maioria, foram morar no bairro Cristo Redentor, mas não se sabe ao certo o paradeiro de todos. Existem relatos de que alguns começaram a trabalhar no mercadão municipal, inaugurado na época, e outros tantos nas feiras livres, que já funcionavam na cidade. Mas, não se sabe o local de suas moradias, a sorte e o destino de cada um. Acredita-se que, naquela época, uma grande maioria se estabeleceu em moradias no bairro Cristo Redentor, mas outros

⁵² Muitos moradores são reconhecidos pela comunidade local como bolivianos ou até mesmo são apelidados de bolivianos por conta de seus traços físicos, quando na verdade são brasileiros que descendem de bolivianos. Chamar um morador de boliviano pode ter um tom discriminatório, uma vez que esta denominação é dada às pessoas pelas suas características indígenas, etnia que compõem majoritariamente os bolivianos que estão em Corumbá.

bairros receberam, naquele tempo, alguns moradores, como o bairro Cidade Jardim, hoje Dom Bosco, e alguns voltaram a viver nas cidades bolivianas da fronteira. Estas informações foram relatadas durante as entrevistas por bolivianos e seus descendentes que residem na cidade hoje. O que se consegue entender perante as entrevistas é que todos que permaneceram em Corumbá estavam ligados ao comércio das feiras, aos serviços braçais e algumas mulheres se dedicaram ao trabalho como domésticas. Durante alguns anos, este local da feira ficou abandonado e, na década de 1970, começaram a surgir casas exportadoras na rua Joaquim Murtinho e no centro da cidade. Assim, aos poucos, os bolivianos vão entrando novamente na cidade, agora ligados diretamente ao comércio de exportação.

1.6 Outros bolivianos chegaram

Existe um hiato de informações sobre os bolivianos da feira nos jornais da década de 70 do século XX, conforme aponta Diniz (2014, p. 330): “Há uma grande lacuna durante as décadas de 70 e 80 sobre o pequeno comércio boliviano nos jornais de Corumbá, as fontes silenciaram sobre estes trabalhadores...” No entanto, de maneira alguma eles deixaram de estar na cidade, apenas não mais se aglomeravam em grande quantidade como faziam na feira boliviana; agora se encontram espalhados e muitos trabalhando no mercadão municipal e nas feiras livres.

Outro momento econômico se apresentou em Corumbá com a chegada dos trilhos e das rodovias em Mato Grosso. Nesse contexto, a cidade perdeu importância na economia desenvolvida pelo seu porto. A expansão da ferrovia de Bauru (SP) para Campo Grande (MS) até Porto Esperança, bem como a construção da rodovia ligando a Cuiabá (MT), tiraram da navegação do rio Paraguai a importância de rota de abastecimento e escoamento da produção de todo este estado, incorporada pela economia paulista, o que afetou profundamente a cidade. A chegada dos trilhos a Corumbá tornou a cidade o ponto final da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB) e redefiniu o papel deste centro urbano no contexto político e econômico da região (ITO, 2000).

A presença dos bolivianos, pelo que se percebe a princípio, incomodava e bagunçava o espaço urbano com sua instalação desordenada na feira boliviana, causando alguns traumas. Mas, com a decadência do comércio portuário, o mercado consumidor boliviano passou a ser o foco para o escoamento dos produtos brasileiros; uma opção para expandir o comércio atacadista e de exportação, fomentando, inclusive, o papel geopolítico de Corumbá em relação à Bolívia.

A cidade perdeu a posição do maior porto importador e exportador da região, mas transformou-se em um entreposto comercial exportador para Bolívia. Nesse contexto, surgiram centenas de casas exportadoras pelas ruas centrais da cidade e muitas na região da antiga feira

boliviana. Assim, mais uma vez, entraram em cena os bolivianos que passaram a ter uma importância muito grande na ascensão do comércio de exportação desenvolvido no final dos anos 60 e nas décadas de 70, 80 e 90, do século XX.

Na área da antiga feira boliviana muitos comerciantes instalaram suas exportadoras e transportadoras no centro comercial. Mas, no final das décadas de 1970, 1980 e 1990, há uma explosão do comércio de exportação em Corumbá:

[...] o ponto vital do comércio varejista de Corumbá passa a ser o consumidor boliviano, principalmente após 1972, quando foi assinada a “Nota Conjunta” entre os presidentes Hugo Banzer, da Bolívia e Garrastazu Médici, do Brasil, segundo a qual havia o comprometimento dos dois países com projetos que viessem beneficiar as zonas vizinhas à Estrada de Ferro Corumbá-Santa Cruz, sobretudo, com a ascensão de facilidades para a importação de mercadorias. (ITO, 2000, p. 35).

O Senhor J. K., hoje com 94 anos, um dos comerciantes de exportação mais antigos de Corumbá, quando entrevistado, diz sobre os bolivianos:

O boliviano é importantíssimo para o comércio de Corumbá. Desde que me conheço como comerciante, é cada vez mais importante; se temos empresas atacadistas se instalando na cidade não é por causa do consumo dos corumbaenses e sim do consumo dos bolivianos. Nós fomos campeões de venda da 3M do Brasil por causa dos bolivianos que atendíamos na exportação. Corumbá economicamente depende dos bolivianos. Eles são muito importantes para o comércio de Corumbá e falta ter mais integração por parte das entidades sociais para reforçar o comércio. O boliviano é valioso para Corumbá, precisamos ter mais contatos com as autoridades bolivianas, eles nos ajudam a ter progresso nesta região. É muito importante este relacionamento para Corumbá. (Informação verbal)⁵³.

Este depoimento traz à tona o que foi a ascendência das exportações no final das décadas de 70, 80 e 90, no século XX até o princípio do século XXI. Em Corumbá, a ascensão do comércio é marcada pelas exportações e pelas relações estabelecidas com os bolivianos e, nesse período, entra em cena o boliviano que alguns comerciantes de Corumbá classificam como os “bolivianos bons”⁵⁴.

Ito (2000) diz que as transações comerciais entre Brasil e Bolívia foram impulsionadas desde março de 1958, com a assinatura do Convênio de Comércio Inter-Regional, que tornavam isentos de pagamentos de impostos e taxas aduaneiras alguns produtos de exportação do Brasil para Bolívia. Outra característica abordada pela autora em sua obra é sobre o comércio “formiga” que, embora seja uma característica de todas as cidades fronteiriças, em Corumbá este tipo de transação recebeu apoio, nos anos de 1970 e 1980, a partir de uma medida protecionista baixada pela Receita Federal, na qual o limite para produtos adquiridos na praça local era de US\$ 2,000 (dois mil dólares), enquanto que para produtos de qualquer outra origem, o teto máximo era US\$ 1,000 (mil dólares). Isto resultou em

⁵³ Entrevista concedida pelo Senhor J. K. [janeiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

⁵⁴ Termo utilizado por um comerciante da cidade, em diálogos que foram feitos no comércio durante a pesquisa, deixando claro que eles veem os bolivianos que consomem no comércio como o “boliviano bom”, e os ambulantes que estão nas calçadas competindo com eles como os “bolivianos ruins”.

uma movimentação grande no comércio local, onde a venda a varejo para os bolivianos representava na época aproximadamente 60% das vendas (ITO, 2000).

Em entrevista com o Senhor A. L., que foi chefe de gabinete da Prefeitura Municipal de Corumbá na década de 80 do século XX, e morador há mais de 50 anos em Corumbá, a respeito deste movimento de exportação, ele nos disse:⁵⁵

O que eu me lembro especificamente sobre o comércio na década de 70 e 80 foi a explosão das exportadoras. Em Corumbá, tinha os atacados que eram pouquíssimos, eram 5 ou 6; estes eram as exportadoras que trabalhavam com a Bolívia. Aí houve uma explosão de exportadoras, chegou num ponto que começou um boom de exportação. Passou a ter o boliviano comprador, eu me lembro do boom dos calçados, foi a época que o comércio de Corumbá se consolida com a venda de calçados, que saíam daqui em sacos e não podiam sair em caixas porque a Bolívia não permitia a entrada. Os bolivianos tinham uma estrutura de distribuição para Argentina, canal do Panamá. Num certo ponto começou um movimento que este calçado tinha que sair por exportadoras legais. Começou um movimento que esta mercadoria tinha que ser exportada, com guias e com toda documentação, a partir disto houve a explosão das exportadoras. Imagina, de seis atacados passamos a ter, na época que eu estava na Prefeitura, centenas de exportadoras, qualquer porta de comércio virava exportadora, começou a entrar comerciantes de fora, e com a ligação por rodovia começaram a vir as transportadoras. Os produtos já não vinham para o comerciante vender, e o boliviano tinha que adquirir por meios de exportação. Aí provavelmente evoluiu para o que é hoje. Permanecem algumas exportadoras até hoje, mas muitas fecharam. Esta explosão de comércio se deve a capacidade de comércio que os colhas tem como característica nata. Até os anos 90, a associação dos exportadores era uma entidade mais forte do que a própria associação comercial.

O prefeito Dr. Fadah Gattas organizou o comércio ambulante na Praça da República, que era o ponto tradicional perto do ponto de ônibus urbano. O ambulante, quando acaba a feira boliviana, se esparrama para as feiras tradicionais diárias e sai de cena por um tempo. Mas na década de 80 ele volta e volta com força porque, na verdade, ele nunca deixou de existir. Esse ambulante era um levador de mercadoria, ele deu muita vida ao comércio formal da cidade. Eu citei o boom dos sapatos, mas tinham outras mercadorias que eles compravam e levavam para vender e traziam mercadorias para serem vendidas aqui. Nesta época, se deslanchou o comércio formiga, que tem uma origem formal no tratado de Roboré, mas é um comércio informal, ele continua informal até os dias atuais. Nos anos 70, 80, antes da explosão das exportações, o grande aliado do comércio era o boliviano, como é hoje, porque tem a atratividade por conta do dólar, dos produtos. O câmbio é que constrói e destrói esta relação entre o comércio dos dois países. O governo controlava o câmbio, e tornou caro o câmbio ao mesmo tempo que deu facilidades aos exportadores e dá a solução: o exportador sem imposto, culminando na fase da explosão destas exportadoras. O exportador brasileiro entregava o produto lá. E os ambulantes que eram distribuidores de produtos brasileiros passaram a trazer coisas de Santa Cruz; o que previa o Tratado de Roboré, que os produtos de Santa Cruz entrariam aqui e os produtos daqui entrariam lá. Ele cria um comércio livre entre os estados fronteiriços Mato Grosso e Santa Cruz de La Sierra. Aí entram em cena os governos nacionais manipulando o câmbio.

⁵⁵ Esta citação transcreve a entrevista realizada com um morador nascido em Corumbá, hoje com 60 anos de idade, que participou ativamente da política na cidade e traz informações consideradas importantes para o entendimento dos acontecimentos em Corumbá nos anos 80 e 90 do século XX. Por este motivo ela é transcrita na íntegra sem cortes, o que a tornou longa.

É uma relação de amor e ódio, somos “hermanos”, mas é um *hermano* que não são *hermanos*... tem problemas, tanto aqui como lá, mas já mudou muito; eu diria que já há uma conurbação entre as cidades da fronteira, pela quantidade de bolivianos que entraram aqui no Brasil. A Bolívia expandiu-se muito, principalmente estas cidades aqui da fronteira. O Tratado de Roboré vale mais pra eles do que para nós.

Corumbá hoje sobrevive por conta do boliviano. Existe um certo temor do boliviano, que no meu ponto de vista não é justificado, e acho que vai ser superado. O boliviano de classe média alta está vindo para Corumbá; hoje é irreversível a convivência do corumbaense com o boliviano. Qualquer lugar que você vai em Corumbá, o boliviano está lá. O boliviano vem pra cá: ele quer saúde, educação, asfalto, querem estrutura. (Informação verbal)⁵⁶.

Os elos entre corumbaenses e bolivianos cresceram e se fortaleceram por conta do comércio que se desenvolveu nas décadas de 1970, 1980 e 1990, e adentra o século XXI e permanece até os dias atuais. As ligações dos bolivianos com os moradores da cidade de Corumbá se estabeleceram e se fortaleceram basicamente por conta das relações comerciais, sempre regidas pela variação cambial entre os dois países, que funciona como uma espécie de pêndulo, sendo que, quando favorece uma das localidades, desfavorece a outra e, conseqüentemente, sempre existirá os que ganham e os que perdem com esta movimentação.

As situações de fronteira que foram surgindo ao longo deste capítulo foram fundamentais para entendermos a produção de geografias na cidade e se constituem em parâmetros para entender os conflitos que vão aflorando nas relações estabelecidas.

A história desta gente boliviana, e a sua trajetória de ocupação em Corumbá, expõe as peculiaridades de um lugar onde diferentes nações se encontram. Neste encontro/confronto afloram as fragilidades das diferenças identitárias e da hierarquia nacional entre os dois países e vão surgindo as dificuldades e os estranhamentos que constituem as fronteiras deste processo. Mas, apesar delas, os espaços vão sendo produzidos do lado de cá, onde os bolivianos tomados de muita resignação, coragem e ousadia vão se inserindo na cidade, se organizando e se reorganizando quando necessário, na construção e produção do que lhes é peculiar, desenhando a geografia do lugar com sua presença, e continuando a construção de sua história, sempre recheada de movimentos e deslocamentos.

⁵⁶ Entrevista concedida pelo Senhor A. L. [janeiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

2. AS GEOGRAFIAS PRODUZIDAS EM CORUMBÁ-MS RESULTANTES DA PRESENÇA DO BOLIVIANO NO COMÉRCIO, NAS FEIRAS, NAS RUAS...

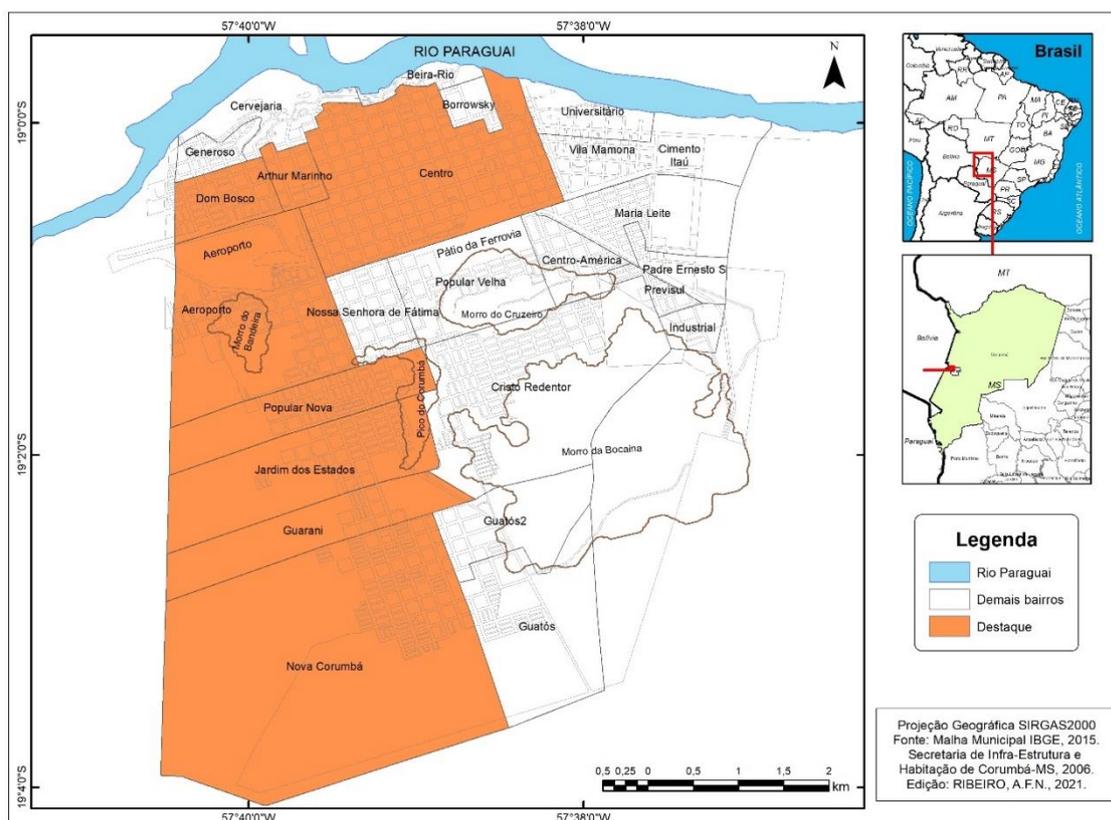
Ao longo da formação econômica da cidade de Corumbá, principalmente depois da queda da economia portuária, o boliviano foi presença marcante das relações estabelecidas no comércio entre os dois países, figurando como feirante, ambulante, comerciante, comprador e consumidor. É notória que, ao longo da história da formação econômica desta região, a presença dos bolivianos foi uma constante, estando estreitamente ligada aos negócios de compra e venda de mercadorias, sejam elas do tipo que for. Comercializa-se uma grande variedade de mercadorias nesta região fronteira com as relações estabelecidas e atreladas às variações cambiais do dólar. A presença dos mesmos se intensifica desde os tempos da construção da ferrovia Brasil-Bolívia, quando a imigração boliviana cresceu na cidade. A falta da produção industrial na economia boliviana talvez seja o que leve seus comerciantes a buscarem outros países para terem suas mercadorias.

Atualmente os bolivianos não só buscam mercadorias em Corumbá, como também se instalam, vivenciando e produzindo a cidade, num movimento diferente do de outrora. Hoje, eles chegam e se instalam como comerciantes, alugam e/ou adquirem imóveis e constroem seu comércio e suas casas. A maioria deles chega provida de recursos para investir. A cidade tem sua configuração de comércio modificada por conta das instalações dos bolivianos, e a hegemonia do centro comercial, com suas lojas instaladas nas ruas tidas como comerciais, encontra-se contraposta aos espaços produzidos e dominados por lojas de propriedade de bolivianos, espalhados por diversos bairros. Um comércio promissor e atraente que altera a geografia da cidade.

Outro espaço ocupado por comerciantes de origem do país vizinho são as feiras livres da cidade. Segundo o presidente da associação dos feirantes, atualmente existem em torno de 110 barracas em cada feira livre, das quais cerca de 99% são de bolivianos. E aqueles que não conseguem se inserir como proprietários de lojas ou feirantes se dedicam a vender mercadorias como ambulantes.

Os bolivianos estão presentes em quase todos os bairros da cidade de Corumbá, mas detectou-se, durante a pesquisa, que a maior concentração está na borda oeste da cidade, nos bairros Dom Bosco, Arthur Marinho, Centro, Aeroporto, Popular Nova, Jardim dos Estados, Guarani, chegando até o bairro Nova Corumbá e já, embora timidamente, adentrando o bairro Guatós, conforme Figura 16. Em geral, eles alugam casas que possam servir tanto ao estoque de suas mercadorias, seu comércio quanto, por vezes, de moradia.

Figura 16 – Maior ocorrência de bolivianos atualmente na cidade de Corumbá-MS.



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 2015.

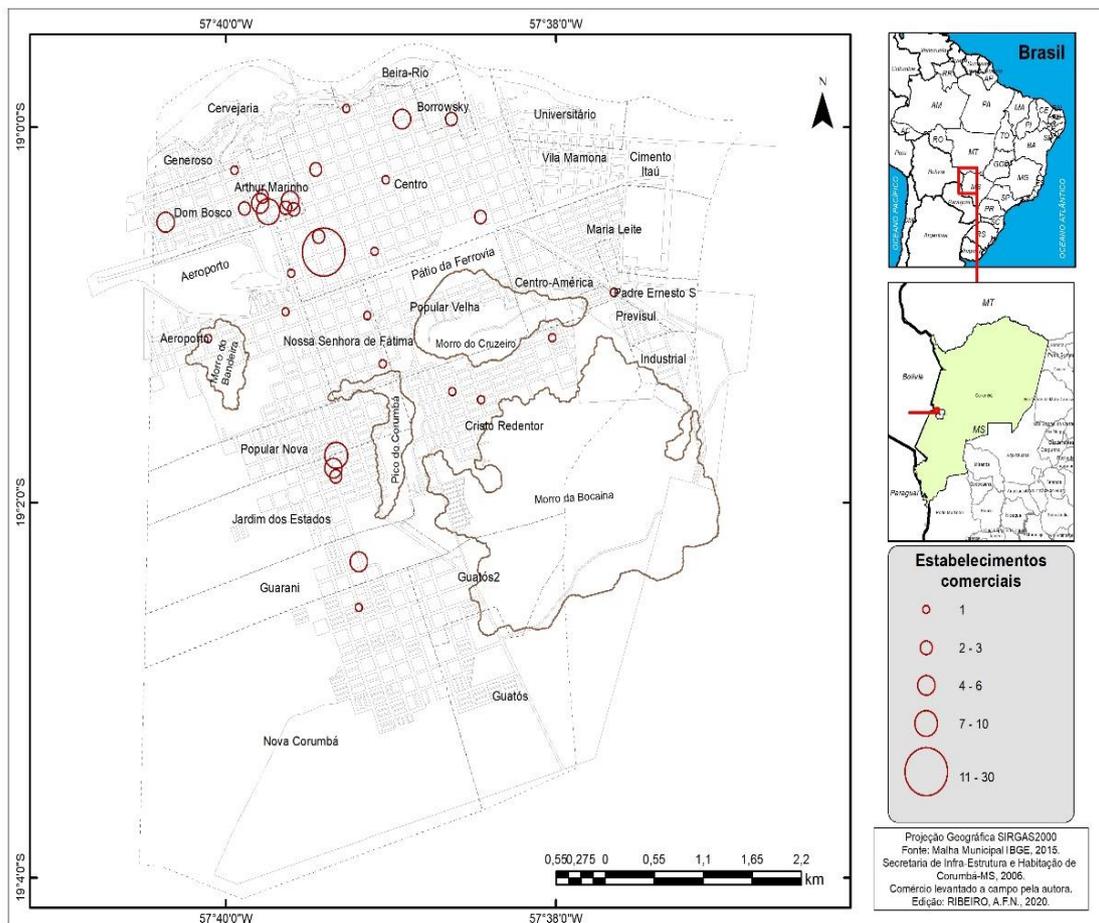
É notório que a presença destas lojas e edificações está mudando a conformação destes bairros, criando novos espaços, os quais recebem denominações populares, como no bairro Popular Nova, em que a rua do comércio hoje é denominada popularmente por “rua dos bolivianos”. As lojas surgem com uma rapidez espantosa; a cada dia uma nova porta de comércio gerido por um boliviano se abre alterando o local e produzindo espaços e relações nos bairros onde vão se instalando. Costuma-se dizer na cidade que eles, assim como plantas, “brotam”.

2.1 O comércio formal dos bolivianos em Corumbá-MS

O comércio boliviano se apresenta com suas peculiaridades por toda a cidade. As mercadorias são expostas nas calçadas das lojas e comercializadas ali mesmo, como se fosse uma extensão do local. Comercializam bebidas, principalmente cerveja e refrigerantes, mas também são encontrados itens como rações para pets, hortifrutigranjeiros, mercadorias alimentícias, entre outras.

A Figura 17 traz os pontos plotados por bairros, resultado do trabalho de pesquisa de campo, feito pelas ruas da cidade, orientado por observações e conversas com moradores de diferentes bairros sobre a existência de comércios de bolivianos nos mesmos e pelo conhecimento de vivência local.

Figura 17 – Localização dos estabelecimentos comerciais.



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 2015.

O mapa contabiliza os estabelecimentos encontrados em cada bairro. Este universo comercial passa por lojas de produtos alimentícios, bebidas, rações e variados materiais. Existem lojas de celular, roupas e prestação de serviços (salão de beleza e barbearia), que se espalham por praticamente toda a cidade. Nota-se que em certos pontos há uma concentração do comércio de bolivianos, deixando claro o companheirismo e a proteção de uns com os outros. O número de lojas mapeadas em cada local está representado por variados círculos. Quanto maior o círculo, maior concentração de estabelecimentos comerciais bolivianos. É possível afirmar que, passados alguns meses, este mapa sofrerá modificação notória, visto que cotidianamente novos empreendimentos geridos por bolivianos são abertos na cidade. Observa-se, também, na borda oeste da cidade, um maior número destes estabelecimentos.

Nos bairros Dom Bosco, Arthur Marinho e Aeroporto há um número maior de lojas, e o movimento de pessoas comprando é significativo. Os estabelecimentos são grandes, assemelhando-se ao conceito de minimercado. Há, ali, acirrada competição por preços entre os comerciantes bolivianos e brasileiros, quando os bolivianos garantem quase que exclusivamente as transações comerciais destes bairros.

No Centro, os estabelecimentos bolivianos concentram-se em determinados locais e sua presença é notada devido às características marcantes dos empreendimentos. No bairro Popular Nova, ocupam quase que toda a extensão do centrinho comercial, e é neste bairro que está crescendo diariamente a quantidade de empreendimentos, estendendo-se pelo Jardim dos Estados, chegando à parte alta da cidade, no bairro Guarani, próximo ao maior supermercado atacadista da cidade, e na rua Paraíba centro comercial do bairro Nova Corumbá, um local de intenso movimento.

Um recorte analítico foi feito e, com isso, selecionou-se alguns pontos do mapa para verticalizar a análise. Foram escolhidos os locais de aglomerações comerciais bolivianas, os mais expressivos na cidade. No centro de Corumbá, existe um aglomerado de lojas na rua 13 de junho, entre as ruas Antônio João e Tiradentes, próximo a um dos maiores supermercados da cidade e ao local da maior feira livre, que acontece aos domingos (figuras 18 e 19). Ali, dispõem-se lado a lado, seis lojas, que se dedicam à venda de roupas, utensílios de cozinha, fraldas, ração para *pets*, bebidas em geral, dentre outras mercadorias.

Figura 18 – Lojas de comerciantes bolivianos na rua Treze de Junho – Centro.



Fonte: Trabalho de Campo em fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

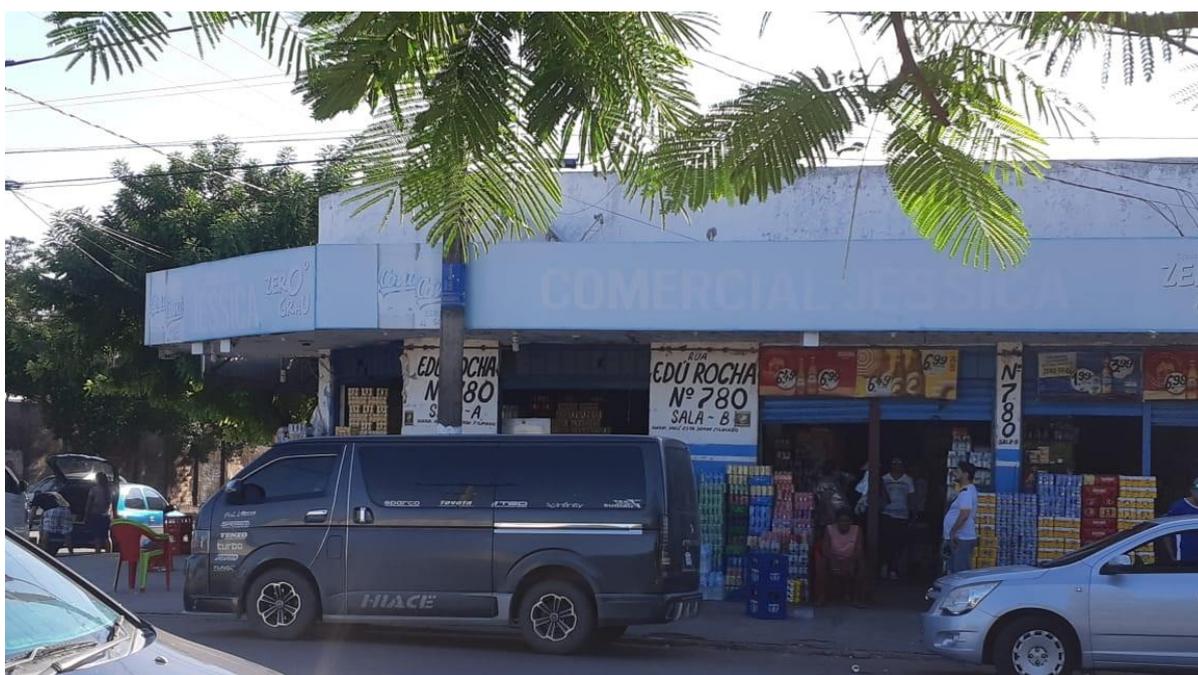
Figura 19 – Lojas de comerciantes bolivianos na rua Treze de Junho – Centro.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de: Maria Cristina Lanza de Barros.

A situação se repete nos bairros Dom Bosco, Arthur Marinho e Aeroporto. Nestes locais há uma concentração considerável de casas de comércio de propriedade de bolivianos (figuras 20 a 24) que estão nas ruas Edu Rocha, Cuiabá e na alameda Joaquim Alcides Pereira, nas proximidades da praça Nossa Senhora de Urcupiña, antiga feira Braspol.

Figura 20 – Esquina da rua Edu Rocha com rua Cuiabá, bairro Arthur Marinho.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 21 – Comércio na rua Edu Rocha, bairro Aeroporto.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 22 – Comércio na rua Cuiabá, bairro Dom Bosco.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

As mercadorias encontram-se expostas nas portas das lojas, principalmente bebidas, cerveja de várias marcas e refrigerantes, dando uma característica que é peculiar às casas comerciais dos bolivianos (figuras 23 e 24).

Figura 23 – Interior de uma das lojas da rua Edu Rocha, bairro Aeroporto.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 24 – Vista da rua Edu Rocha esquina com rua Cuiabá – bairro Dom Bosco.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

No bairro Popular Nova, há ruas repletas de lojas que comercializam de tudo um pouco, como as ruas Dom Pedro I e Ciríaco Félix de Toledo, conforme descrito na Figura 17, e registrado nas figuras 25, 26 e 27, a seguir:

Figura 25 – Comércio de bolivianos na rua Dom Pedro I – bairro Popular Nova.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 26 – Comércio boliviano na rua Dom Pedro I - bairro Popular Nova.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Estes comércios localizados no bairro Popular Nova situam-se na frente de um supermercado local (Figura 27) e neles são comercializados produtos similares aos do supermercado, porém a preços mais baixos, chegando até a uma diferença de 50% nos valores, principalmente nos de bebidas em geral.

Figura 27 – Comércio boliviano em frente ao supermercado – bairro Popular Nova.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

No período de elaboração deste trabalho, notou-se concentração de comércios bolivianos na rua Ciríaco de Toledo, no bairro Popular Nova, com estabelecimentos chegando no Jardim dos Estados e Bairro Guarani, onde também existe um conjunto de lojas. Nos bairros Guarani e Nova Corumbá verifica-se a existência de estabelecimentos de propriedade de bolivianos instalados no coração do comércio da parte alta da cidade. As lojas recentemente abertas conseguem operar preços mais acessíveis do que o comércio formal do referido bairro, pois as mesmas estão instaladas próximas ao Atacadista Pantaneiro, o maior supermercado da cidade.

Enfim, observa-se que as lojas, de propriedade dos bolivianos, se proliferam em alguns locais de bairros, como: Dom Bosco, Arthur Marinho, Aeroporto, Centro e Popular Nova, mas estão instalando-se em outros bairros, que antes não eram ocupados pelo comércio formal de propriedade destes vizinhos. Nota-se, visivelmente, uma expansão destes comércios pela cidade, que surgem com rapidez. Sem dúvida, caso continue esta mesma dinâmica, e o preço do dólar se mantenha alto em relação ao real, o mapa da Figura 17 provavelmente se configurará diferente, e aparecerão mais e maiores círculos.

Em diálogos engajados com cinco empresários do setor dos transportes, obteve-se informações de que os comerciantes bolivianos estão articulados em rede de compra de mercadorias dentro do território brasileiro e, por isso, conseguem, em conjunto, através de um comerciante atacadista, brasileiro ou boliviano, instalado no Brasil, comprar produtos em carretas fechadas (cerveja, refrigerante, ração para animais, açúcar, arroz etc.), barateando o custo, assegurando o abastecimento dos seus empreendimentos e, assim, justificando os baixos preços praticados. Uma das razões que os tornam competitivos é porque conseguem vender dentro do mercado brasileiro produtos nacionais a preços mais baixos. A legalidade das transações assenta-se na inscrição como Micro Empreendedor Individual (MEI), que lhes atribui tributação específica, e autoriza emissão de notas fiscais, tanto de compra quanto de venda.

Recentemente se instalou na cidade, no bairro Popular Velha, uma rede de atacados, “Mega Atacadista” (Figura 28). Representado por um de seus gerentes, o Senhor R., obteve-se algumas informações em entrevista para esta pesquisa. Na mesma, foi informado que a rede se instalou em Corumbá porque viu na região um potencial de clientela para o comércio de atacado e varejo, mas que o cliente boliviano foi uma surpresa positiva muito grande para eles. Ele confirmou que cerca de 60% do faturamento de atacado da loja, em Corumbá, vem dos clientes bolivianos que atendem e que os mesmos garantem hoje, cerca de 50% do faturamento das vendas do varejo⁵⁷. Informou também que atendem a vários comerciantes bolivianos da cidade e que eles não operam com uma margem de lucro exorbitante, e, por isto, atraem sua clientela. Estas informações ratificam as de outros comerciantes atacadistas. Desta forma, e com um sistema familiar de trabalho, se inserem no mercado corumbaense e atraem clientela que colabora com o crescimento dos mesmos.

Figura 28 – Mercadorias expostas no Atacado Mega – bairro Popular Velha.



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Verificou-se, espalhados pela cidade, expressivo número destes comércios atacadistas dirigidos por brasileiros ou bolivianos. Nos bairros Dom Bosco e Aeroporto contabilizaram-se doze⁵⁸ estabelecimentos atacadistas, instalados exclusivamente para atender aos comerciantes bolivianos que operam tanto aqui no Brasil quanto na Bolívia.

⁵⁷ Reflexo da cotação alta do dólar que nos dias atuais estão sendo cambiados a R\$ 5,70 (cinco reais e setenta centavos) e com este câmbio alto o real se desvaloriza, e a moeda boliviana e o dólar aumentam o poder de compras dos vizinhos bolivianos.

⁵⁸ Esta informação foi obtida em trabalho de campo e observação no local. O número não é exato, mas foram computados como sendo os que trabalham exclusivamente com comércio de bolivianos. Na Junta Comercial de Corumbá-MS encontraram-se muitos comércios com inscrição como atacadistas, mas que não tinham esta característica de trabalho. Assim, optou-se por levantar em campo o número aproximado de locais que atendem aos comerciantes bolivianos.

No bairro Dom Bosco (Figura 29), em um dos pontos comerciais desta natureza, instalado na rua Dom Aquino, principal acesso ao país vizinho, suas mercadorias encontram-se expostas na calçada do estabelecimento. Este tipo de comércio é abastecido pela produção das indústrias brasileiras que é, posteriormente, comercializada com atacadistas ou comerciantes varejistas bolivianos.

Figura 29 – Atacado Fronteira localizado no bairro Dom Bosco.



Fonte: Trabalho de campo em Janeiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

A Figura 30 mostra um dos estabelecimentos de propriedade de bolivianos, situado no bairro Aeroporto.

Figura 30 – Atacado Safira Suzan de propriedade de bolivianos no Bairro Aeroporto.



Fonte: Trabalho de campo em janeiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

Esta dinâmica de comercialização espalha-se pela cidade, abastecendo os comerciantes bolivianos. As informações obtidas sobre esta modalidade comercial vieram através de comerciantes atacadistas brasileiros.

Os comerciantes bolivianos, sempre são desconfiados quando se chega para entrevistar ou conversar, pois temem a fiscalização, o que torna difícil colher informações. As informações foram colhidas de incursões aos comércios na figura de cliente, estabelecendo-se diálogos na informalidade. Assim foi feito com vários estabelecimentos de propriedade de bolivianos, de modo que se tornaram mais amigáveis e esclareceram muitos pontos que, em entrevistas formais, não seriam revelados.

Para melhor entendimento do mecanismo empregado na abertura de pontos comerciais por bolivianos e a fiscalização dos mesmos, procurou-se o Chefe da Coordenadoria de Postura do Município de Corumbá, Senhor L. C., responsável pelo setor que fiscaliza os estabelecimentos comerciais. Ele disse que:

A atribuição deste setor é verificar se os bolivianos possuem alvará de funcionamento. No que diz respeito a mercadorias é de atribuição da Receita Federal. Na grande maioria, os bolivianos são MEI – Micro Empreendedor Individual. Eles conseguem, através do portal do empreendedor, site do Governo Federal, tirar uma licença provisória; posterior a isto, eles procuram a prefeitura municipal e conseguem o alvará de localização para exercer sua atividade. E, para o boliviano conseguir ser um micro empreendedor no município de Corumbá, basta ele ter CPF e um endereço na cidade, dar entrada nos papéis e, em questão de três dias, consegue o alvará de localização. Eles contribuem com 5% do valor que eles pagam ao governo federal (R\$ 60,00 (sessenta reais) por mês), já vem direto ao ISS do Município repassado pelo Governo Federal. (Informação verbal)⁵⁹.

Quanto à questão da legalidade e a fiscalização dos empreendimentos, afirmou que:

Na verdade, eles temem a fiscalização por desconhecimento da própria legislação, porque eles têm condições de estarem plenamente legais e exercerem a atividade sem ter problema nenhum. Na verdade, é um equívoco deles fugir da fiscalização porque a fiscalização da prefeitura não é de cunho coercitivo mas de cunho preventivo e educativo; a gente vai lá e orienta o indivíduo como fazer para exercer a atividade sem ter problemas. (Informação verbal)⁶⁰.

Os comércios dirigidos por bolivianos funcionam em horários que não obedecem aos rigores de horários do comércio local da cidade. Funcionam até mais tarde, além das 18 horas, horário previsto para o encerramento de expediente do comércio local. Também abrem suas portas aos domingos e feriados e, muitas vezes, começam, no dia a dia, seu funcionamento bem mais tarde que o horário habitual de abertura do comércio local, às 8 horas da manhã. É muito comum andar pela cidade e ver o comércio dos bolivianos aberto até dez horas da noite, em domingos e feriados. É uma situação que chama atenção por quem anda pela cidade. Acerca desta diferenciação dos horários de funcionamento, o dirigente municipal informou que o estabelecimento:

⁵⁹ Entrevista concedida pelo Sr. L. C. [fevereiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

⁶⁰ Entrevista concedida pelo Sr. L. C. [fevereiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

Ele tem o funcionamento liberado, geralmente vem no alvará de localização dependendo do tipo de atividade exercida; quem exerce atividade com bebidas alcoólicas existe um alvará especial para poder trabalhar após as 22 horas, aqueles que não vendem bebidas alcoólicas, eles não têm este tipo de restrição, então por muitas vezes não vem no alvará dele descrevendo um horário, então ele pode trabalhar ininterruptamente na atividade. O que dificulta para os brasileiros trabalharem ininterruptamente na atividade é a questão trabalhista, porque os empregados têm um limite de horário diário e isto geraria um ônus. Geralmente os bolivianos não têm empregados; eles trabalham com a própria família, então isto faz com que se diminua muito valor em relação a mercadoria por questão dos próprios encargos trabalhistas. Isto já foi objeto de discussão em reunião com a Receita Federal, com a Receita Tributária do Estado. Eles têm esta possibilidade de não estar no sistema trabalhista e, por não estar neste sistema, eles acabam não tendo este ônus de gasto, e aí o funcionamento deles fica mais barato do que o comerciante que contrata cinco empregados com carteira registrada pagando todos os impostos. A estrutura familiar deles é que facilita, talvez seja o fator mais forte para o comércio deles ter um preço mais vantajoso. (Informação verbal)⁶¹.

E quando se refere aos bolivianos em relação ao comércio o define de uma maneira peculiar:

Os Bolivianos são singulares, são diferenciados, e não se misturam com o restante, porém são primordiais para a manutenção e equilíbrio do comércio hoje, em Corumbá. Eles entram para comercializar, mas também entram para consumir; isto é uma cadeia conexas, não é uma via de mão única onde só se dá, também se recebe. Existe uma conexão onde eles precisam da gente e nós precisamos deles. O boliviano salvou o comércio na situação da crise econômica, o fluxo de receita no município foi sustentado pelo consumo do boliviano. A gente acaba agregando a problemática que eles trazem, que é atendimento de saúde, educação, assistência social, mas também eles agregam na parte econômica com este fluxo de pessoas, extremamente necessário e, em momentos emergenciais, são precisos, são nossa reserva em uma situação de extrema necessidade econômica. (Informação verbal)⁶².

Por fim, quando questionado sobre qual momento o boliviano se apresentaria como um problema no comércio, ele diz:

Ele acaba sendo um problema quando a gente identifica que por eles abrirem várias atividades comerciais aqui, eles conseguem fazer isto com valor mínimo com relação à parte trabalhista, Eles não geram empregos na cidade, embora tenham várias lojas na cidade comandadas por bolivianos, nenhuma delas emprega na formalidade alguém. Se tivéssemos pelo menos cada loja aberta empregando um cidadão (brasileiro) corumbaense teríamos um certo número de empregos gerado por eles, mas a estrutura do comércio deles é familiar, é da cultura deles e, quando muito, gera algum emprego passageiro na informalidade. O maior problema deles na atividade comercial é o fato de não gerarem empregos, ou seja, eles geram receita para o município, mas não emprego. Na economia do município hoje ele contribui vendendo, oferecendo produtos, consumindo e ofertando poucos empregos informais. O gargalo problemático é a não oferta de emprego formal. Porque mesmo que eles sejam MEI, nesta modalidade eles podem ter um empregado formal com carteira assinada. Se cada MEI de boliviano tivesse um empregado formal, cada boliviano estaria empregando um brasileiro. E seriam bastante. (Informação verbal)⁶³.

⁶¹ Entrevista concedida pelo Sr. L. C. [fevereiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

⁶² Entrevista concedida pelo Sr. L. C. [fevereiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

⁶³ Entrevista concedida pelo Sr. L. C. [fevereiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

Assim, os bolivianos estão com seus pontos comerciais nas ruas da cidade de Corumbá-MS, vendendo diversos produtos, concorrendo com o comércio de brasileiros. Enquadrados na categoria de Micro Empreendedor Individual (MEI), conseguem pagar uma menor carga tributária, não contratam funcionários, pois optam por um sistema familiar de trabalho, que os livra dos encargos trabalhistas. Estes fatores incidem diretamente nos preços das mercadorias, dando, às vezes, a impressão de concorrência desleal com o mercado brasileiro. Estão crescendo em número de estabelecimentos, dia a dia, e percebe-se que todos têm um bom fluxo de clientela. Durante as visitas a esses comércios, observou-se que uma parcela da população, que se apresenta como clientela ativa destes estabelecimentos, são os beneficiários dos programas sociais dos governos estadual e federal, como o Bolsa Família, por exemplo. A partir de diálogos travados com oito senhoras beneficiárias destes programas, houve unanimidade das respostas em declarar preferência de compras nos empreendimentos bolivianos do que nos supermercados, devido aos melhores preços praticados.

Mediante tais informações, é possível entender a estratégia comercial dos bolivianos. Ao se instalarem próximos aos supermercados da cidade, eles têm condições de concorrer com os preços operados nestes estabelecimentos, pois possuem menos despesas trabalhistas e menor carga tributária, além de operar com uma margem de lucro que não é excessiva, tampouco abusiva, porque, se eles não fossem competitivos, não sobreviveriam nas portas dos supermercados.

2.2 Os ambulantes bolivianos espalhados pela cidade

Outra situação que ocorre na cidade de Corumbá são os ambulantes bolivianos que se apresentam de vários tipos: os que ficam parados na região central da cidade, os que perambulam pelos bairros vendendo somente alho e aqueles que fazem comércio de várias mercadorias e andam de porta em porta, visitando sua fiel clientela nos bairros.

Espalham-se pelas principais ruas do centro comercial da cidade, vendendo vários produtos em carrinhos. Segundo alguns entrevistados, essa é a forma mais fácil para correr, caso a fiscalização apareça. Relataram que já tiveram casos em que perderam todas as mercadorias.

Segundo o chefe da Postura do Município de Corumbá, estes são fiscalizados periodicamente e não é possível combatê-los; quando começa a fiscalização sempre se pega um ou outro, mas os demais fogem e escondem seus carrinhos, muitas vezes com anuência de alguns comerciantes estabelecidos na área central, que os protegem, contradizendo o que a maioria dos comerciantes dizem sobre estes ambulantes.

Em entrevista, a ambulante Senhora D. declarou morar em Corumbá, afirmando que ficou morando na cidade porque está acostumada a viver na mesma. Seus pais são bolivianos e vivem

do “lado de lá”, em Arroyo Concepción, mas trabalham em Corumbá também como ambulantes pela cidade. A mesma se denomina como trabalhadora autônoma e diz trabalhar todos os dias, das sete da manhã às cinco da tarde, sempre nas ruas de Corumbá, na região central. Diz que faz renda o suficiente para sobreviver, mas fala das dificuldades que existem em ser ambulante:

A maior barreira que encontramos é a fiscalização; se a prefeitura pegar, leva tudo mesmo. Por isto já trabalhamos com carrinhos que, quando percebo o movimento, fecho meu carrinho e saio. Outro problema que encontramos é a falta de respeito de alguns brasileiros que às vezes falam alto conosco e até faltam com respeito, me chamam de “choca”, eu não sou “choca”. (Informação verbal)⁶⁴.

Esta fala reforça e reafirma as fronteiras humanas expostas pelas diferenças que o Estado-Nação impõem historicamente aos bolivianos em Corumbá.

Outra situação retratada é a da vendedora ambulante Senhora C. (Figura 31). Boliviana, vive do outro lado da fronteira, em Arroyo Concepción, vem e volta todos os dias e há sete anos trabalha no centro de Corumbá. Ela se diz acostumada com este serviço. Tem dois filhos de 12 e 14 anos que ficam com o pai, pois ele não possui emprego fixo lá na Bolívia, então cuida das crianças. Seu turno de trabalho nas ruas de Corumbá é de oito horas por dia, durando até as cinco horas da tarde, todos os dias. Guarda suas mercadorias na loja de um amigo, não declarando onde, e vai para o outro lado. Chegando à fronteira anda quase uma hora a pé até chegar em sua casa; diariamente faz este trajeto. Dentre os vários produtos que vende, o alho é o carro-chefe. Ela afirma que lá na Bolívia vende o alho a cinco bolivianos, meio quilo⁶⁵, e aqui, a cinco reais. No câmbio atual a diferença do preço entre as moedas é mais que o dobro do valor, pois o real é mais valorizado. O câmbio é determinante.

A fiscalização a amedronta:

Eles pedem a nota e não tem nota; aí perdemos tudo por isto. Eu já perdi minha mercadoria umas duas vezes nestes anos que estou aqui; é triste, mas não tenho outra opção de trabalho. Lá na Bolívia ninguém olha para meu carrinho porque é pequeno. Aqui eu vendo bem. Mesmo pagando passagem de ida e volta compensa eu vir trabalhar aqui todos os dias.

Além da fiscalização que sofremos aqui na cidade, também fico com medo quando passo na Receita Federal lá na fronteira por causa das revistas que, às vezes, são feitas nas nossas mercadorias. Mas eu já sei quando posso passar, e o dia que não consigo passar de manhã, passo à tarde, porque tenho que repor minhas mercadorias. E eu venho trabalhar porque tenho que pagar minhas contas. (Informação verbal)⁶⁶.

Figura 31 – Vendedora ambulante - Senhora C.

⁶⁴ Entrevista concedida pelo Sr. L. C. [fevereiro 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

⁶⁵ Refere-se a este peso por ser o tamanho das embalagens de alho que colocam à venda, em saquinhos de meio quilo.

⁶⁶ Entrevista concedida por (pela) Senhora D. [julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, julho de 2019. Foto de Isabela Lanza de Barros.

Na entrevista com a vendedora ambulante, transpareceu seu conhecimento de que, ao atravessar os limites entre os dois países, ela entra no território do outro, buscando seu sustento, temendo as fronteiras que precisa ultrapassar todos os dias, ou viver na espreita delas; neste caso, a fiscalização. Sua fala deixa claro que, ao atravessar o limite entre os dois países todos os dias criou-se uma rotina de observação do movimento, e vai se adequando às condições estabelecidas para que possa ultrapassar esta barreira sem que nada lhe aconteça. Esta é a arte de contornar os obstáculos impostos na vivência do limiar entre dois países, necessária na busca da sobrevivência no território vizinho.

Mesmo durante a entrevista, a Senhora C. continuou suas vendas, e uma situação que presenciamos chamou à atenção: um casal de brasileiros se aproximou, e a mulher perguntou o preço de uma determinada mercadoria e pediu desconto. Mediante a negativa da Senhora C., respondeu em tom intimidador: “*Você está em nosso país, tem que fazer descontos.*” (grifo nosso). Ela, por sua vez, não se deixou abater. A cena explicitou a relação que muitos brasileiros estabelecem com o outro na cidade: a relação de alteridade/diferença, que é notória em relação ao boliviano, tratado como o outro e inferior, como se o fato dela estar do lado de cá, em outro país, a obrigasse a fazer o que a consumidora exigia. Expõe-se, assim, um conflito ocasionado pela tentativa do Estado-Nação impor uma identidade nacional, de forma hierárquica. O fato dela ser boliviana e estar trabalhando no Brasil

a obrigaria fazer desconto, como se isto fosse uma forma de pagar por estar usando o território do outro. Aí está a fronteira do humano, segundo aponta a advogada Martins (1997).

Além das mercadorias que são oferecidas cotidianamente, outros produtos são sazonais e oferecidos de acordo com o momento, em razão das condições climáticas e das festividades nacionais e locais. Na entrevista da Figura 31, realizada no mês de julho, a vendedora estava com várias peças de lã, por conta do inverno, como luvas, meias e toucas. Já quanto aos ambulantes encontrados no mês de fevereiro de 2020, época do carnaval brasileiro, foi identificada uma troca no perfil das mercadorias, pois eram ofertados adornos e adereços carnavalescos idênticos aos vendidos em várias lojas estabelecidas no comércio das proximidades (figuras 32 e 33).

Figura 32 – Ambulante vendendo adornos de carnaval.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 33 – Ambulante vendendo adornos de carnaval próximo a lojas do centro da cidade.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Por: Maria Cristina Lanza de Barros.

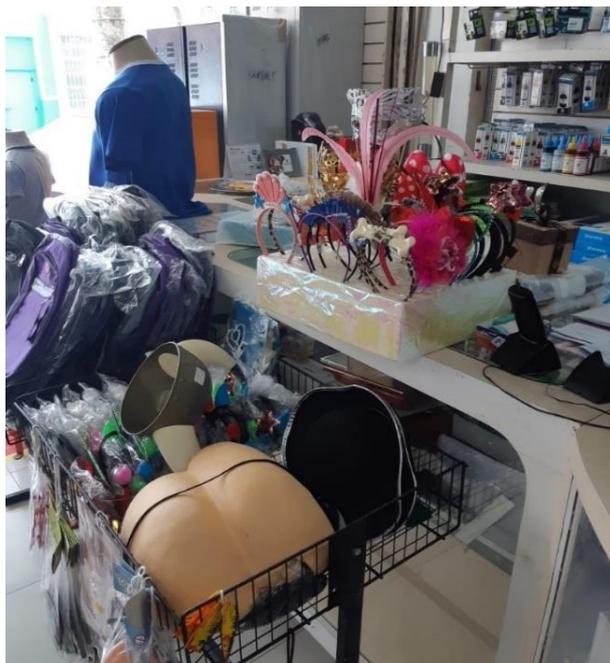
Estes ambulantes estavam na rua Delamare, no centro comercial de Corumbá, e bem próximos das lojas que comercializam produtos semelhantes, expondo a concorrência desleal que acontece neste local (figuras 34 e 35).

Figura 34 – Adornos carnavalescos expostos em loja da rua Delamare, no Centro – I.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de: Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 35 – Adornos carnavalescos expostos em lojas da rua Delamare, no Centro – II.



Fonte: Trabalho de Campo, fevereiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Em diálogos com comerciantes⁶⁷ brasileiros que estão instalados na cidade, ouviu-se reclamações da presença destes ambulantes no centro comercial, pois concorrem com as mercadorias que eles oferecem. Para alguns, a relação com os bolivianos permeia o amor e o ódio, pois dependem do consumo do boliviano e, ao mesmo tempo, têm o ambulante boliviano concorrendo na porta de sua loja, com produtos idênticos aos seus, e com menores preços. Esta relação está explícita na fala de alguns comerciantes com os quais se obteve contato durante a pesquisa de campo.

Das entrevistas realizadas, os comerciantes foram unânimes em admitir a importância do consumidor boliviano para que seus estabelecimentos tenham bons rendimentos. Porém, existem adversidades, como pode ser entendido a seguir:

O comércio de Corumbá não seria o mesmo se não tivéssemos os consumidores bolivianos, mas os ambulantes bolivianos atrapalham muito, além da concorrência desleal, enfeiam a cidade dando um aspecto ruim. (Informação verbal)⁶⁸.

A afirmação deixa claro que, apesar do lado positivo como consumidor, o boliviano, o *outro*, ainda é visto com um estereótipo carregado de juízos de valores que julga os bolivianos, imprimindo características negativas, evidenciando nas e pelas diferenças culturais, os motivos da alteridade. É na afirmação da diferença que a identidade finca suas estacas mais primitivas, demarcando fronteiras

⁶⁷ Durante a pesquisa foram tecidos diálogos com oito comerciantes da região central, mas todos solicitaram que não fossem identificados. Expuseram, assim, o que pensam sobre o assunto, e as impressões dos mesmos sobre o tema estão diluídas no texto.

⁶⁸ Entrevista concedida por comerciante de Corumbá, proprietário de Loja na Rua Frey Mariano. [julho2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

(BAIBICH, 2001). Em outro diálogo, um comerciante chegou a afirmar que para ele existe o “*boliviano bom*” e o “*boliviano ruim*”. Quando questionado sobre esta afirmação, respondeu que os bolivianos bons são os compradores no comércio local e, os ruins, são os concorrentes que não pagam impostos e vendem os mesmos produtos que ele, mais barato, na informalidade, estabelecendo uma concorrência desleal. As expressões citadas explicitam um pensamento arraigado entre os comerciantes que não se constroem ao falar desta maneira, demonstrando uma naturalização nesse tipo de construção da ideia do sujeito boliviano. O mais interessante, neste caso, é que este mesmo comerciante é proprietário de uma loja na Bolívia há muitos anos. Vê-se, explicitamente, uma relação discriminatória latente e naturalizada em relação ao boliviano pobre e ambulante, o *boliviano ruim*, pois a este é destinado o tratamento com inferioridade, afinal, ele é boliviano, vindo de um país pobre. Em contrapartida, presenciou-se a entrada de um casal de bolivianos, que veio de Santa Cruz, na loja deste comerciante. Estes, os consumidores, foram tratados muito bem. Compraram, e o pagamento foi feito em dólar; o *boliviano bom*.

O confronto das identidades aflora e as diferenças vem à tona na medida em que o boliviano é interessante ou não para o comerciante brasileiro. Percebe-se que, para os comerciantes brasileiros mais antigos, do centro comercial estabelecido na cidade, onde estão as lojas de redes nacionais, as lojas mais sofisticadas de roupas, calçados, joalherias, o boliviano só é interessante enquanto consumidor, mas o ambulante que está nas esquinas, é abominável.

Este posicionamento vai ao encontro do que diz Baibich (2001):

No sentido de reafirmar a identidade e a pertença a seu grupo é atribuído ao outro (alter) características, também grupais, super generalizadas sobre seu comportamento ou constituição. Estas características são comumente negativas e, quando positivas, carregam consigo uma avaliação negativa. (BAIBICH, 2001, p. 20).

Embora revele-se um empoderamento na maioria dos comerciantes locais, existem também aqueles que dão apoio ao trabalho dos bolivianos ambulantes no centro da cidade. Na entrevista com o chefe da postura, ele afirmou que a fiscalização é dificultada porque alguns ambulantes se escondem em lojas locais que lhes oferecem guarida. Embora não deixe claro quais são estes comerciantes, pode-se atribuir este papel, talvez, aos comerciantes desta região, ligados ao ramo de alimentação, que têm nos ambulantes bolivianos clientela em potencial.

Também foi entrevistado outro perfil de ambulante: os que andam a cidade inteira. Geralmente são mulheres, e sua principal mercadoria é o alho. Estas bolivianas são encontradas em todas as partes da cidade (Figura 36).

Figura 36 – Bolivianas vendedoras de alho pelas ruas de Corumbá-MS.



Fonte: Trabalho de Campo, julho de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Entrevistada, a Senhora A., de 65 anos, declarou fazer este serviço há nove anos, vendendo de 15 a 20 kg de alho por dia. Ela veio de Cochabamba e vive sozinha em Arroyo Concepción. Declarou que a renda para sua sobrevivência sai toda da venda de alho e, se passa um dia sem andar, não tem dinheiro para se sustentar. Afirmou ainda que vende alho somente no Brasil, trazendo o produto de Cochabamba-BO, porque lá não comem alho, pouco consomem. Quando questionada se gostaria de morar aqui no Brasil, a resposta é afirmativa. Revela, porém, não possuir recursos para residir no lado brasileiro. E fala, em espanhol mesclado de português, seu sentimento em relação ao lado de cá: *“Bonito aqui, me gusta aqui, la gente buena, muchos me conocen, a mim me gusta de Brasil”*. Ela segue informando sua situação: vive em uma casa cedida do outro lado, passa o dia inteiro em Corumbá e, quando vem, passa a fronteira tranquila, visto que todos a conhecem e não lhe apreendem a mercadoria. No final da sua entrevista questionou como faria para “sacar” os documentos brasileiros, pois o objetivo de muitos bolivianos é tirar os documentos brasileiros:

A cidadania é um elemento importante na construção das nações modernas e na definição da fronteira entre os incluídos e excluídos de um determinado território nacional. Os indivíduos que ultrapassam um limite territorial de um Estado moderno sem a documentação exigida se transformam não somente em estrangeiros, mas em “irregulares”, “ilegais”, “clandestinos” [...] (ALBUQUERQUE, 2010, p. 209).

Quando perguntado sobre o desejo de possuir documentos brasileiros, a resposta é direta: para andar mais tranquila aqui e ter a assistência caso venha necessitar, principalmente o atendimento de saúde. A Senhora A. declarou que tem aposentadoria boliviana de 350 bolivianos, nos dias atuais, cerca de cento e sessenta reais. Ela vem todos os dias da fronteira e, quando acaba de vender, vai embora; o vem e vai todos os dias é feito de ônibus.

Está claro, na fala desta ambulante, que ela é mais uma boliviana que trabalha no Brasil e deseja ter os direitos que os brasileiros têm, pois ao dizer que quer os documentos, menciona que todos os bolivianos têm, e que ela também quer ter direito aos serviços de saúde e programas sociais.

Ao se inserir na cidade como trabalhadores, mesmo que informais, os bolivianos sentem-se com direitos e querem usufruir dos serviços públicos oferecidos pelo município, mesmo que para isto tenham que ocultar sua verdadeira moradia ou suas próprias origens.

Andando pela cidade, e conversando com os comerciantes bolivianos, percebe-se que aqueles que chegaram recentemente têm foco no comércio e, em geral, armazenam suas mercadorias e moram no mesmo espaço. Muitos declararam que sua casa é do lado de lá da fronteira, mas, como trabalham em Corumbá, do lado de cá, muitas vezes pernoitam na cidade; ou seja, o que consideram como sua casa, o ponto fixo, sua residência, é lá do outro lado. Outros já apresentaram situação diferente: trabalham e moram em Corumbá, mas também têm sua casa do outro lado da fronteira, em Arroyo Concepción, ou Puerto Quijarro, na Bolívia. E, ainda, tem aqueles que vivem, moram e trabalham no mesmo espaço, no Brasil.

Outra situação foi encontrada na pesquisa. O Senhor H., boliviano que veio de La Paz e mora há 17 anos em Arroyo Concepción, declarou que vive e tem sua casa do outro lado, na Bolívia. Mas há um ano veio para o lado de cá e abriu um salão de corte de cabelos masculinos, para aproveitar a variação cambial, e vem a Corumbá somente para atender seus clientes. Ele afirmou estar tirando proveito do valor do dólar para ganhar seu dinheiro. Todos os dias, no período da tarde, abre seu estabelecimento, onde tem os aparatos de um salão de beleza e um espaço reservado contendo uma cama e cozinha conjugada. Disse que, em alguns dias, quando fica trabalhando até tarde, dormem ali mesmo, ele, a mulher, que o acompanha para cozinhar durante o dia, e os dois filhos, que ainda são crianças pequenas. Passa um período na Bolívia, onde trabalha com madeiras em uma marcenaria, e no meio da tarde vem para o lado de cá para abrir o salão. Corumbá é uma oportunidade de ganhar dinheiro; não tem lucros altos, mas ganha o suficiente. Diz ter uma clientela certa porque faz um preço mais baixo do que os cabeleireiros brasileiros; pais que têm vários filhos vêm cortar aqui. Contou que não tem problemas em atravessar os limites entre os dois países, o que faz diariamente, pois está sempre correto com seus documentos. Afirma que se tivesse oportunidade de trabalhar só no Brasil, ficaria do lado de cá para sempre.

Uma peculiaridade deste povo é o culto aos laços familiares e de amizade. Percebe-se uma forte ligação entre muitos deles e as relações de parentesco, e fraternais, são constantemente nutridas. Boa parte das lojas dos bolivianos na cidade pertence à mesma família. Historicamente, estas relações

consistem em uma espécie de ajuntamento de famílias e amigos, atuando como uma forma de proteção ou de fortalecimento da permanência dos mesmos em um território onde eles são estrangeiros. A feira boliviana dos anos de 1950, tratada no capítulo 1 deste trabalho, foi um exemplo desse agrupamento, de manutenção da sua identidade e de fortalecimento perante o outro. E foi assim nos demais movimentos que fizeram e até hoje fazem na cidade.

Atualmente, nos bairros Dom Bosco, Arthur Marinho, Aeroporto, Nossa Senhora de Fátima, Popular Nova, Conjunto Jatobazinho, Jardim dos Estados e Nova Corumbá, ou seja, na borda oeste da cidade, há uma aglomeração significativa de pontos comerciais em posse de bolivianos. Aos poucos, eles foram entrando na área urbana, vindos a chamados de parentes, amigos ou, ainda, procurando serviço e melhores condições de infraestrutura de educação e saúde para a família. A maioria, ligada ao comércio formal, ao comércio de ambulante e às feiras, locais que concentram os bolivianos na comercialização de produtos diversos na cidade de Corumbá.

2.3 As feiras livres e a presença dos bolivianos

As feiras livres começam a ser discutidas na cidade de Corumbá pelo Projeto de Lei Nº 37, em 1943, mas, somente em maio de 1952 é que a Câmara Municipal conseguiu aprovar o mesmo. Embora tenha sido deferido, não se sabe ao certo e nem porque o poder público municipal demorou tanto para sancionar esta lei. As feiras só começaram a acontecer em Corumbá em maio de 1959 e, a princípio, funcionavam em apenas três locais da cidade, contando com cerca de 133 feirantes, que foram aumentando ao longo dos anos (ESPÍRITO SANTO, 2015).

Nesta época, é provável que os bolivianos estivessem presentes nas feiras, pois com o fechamento e desmantelamento da feira boliviana em 1963, alguns certamente procuraram as feiras livres para fazer seu comércio e garantir sua subsistência. Embora alguns estudos se refiram à presença da feira boliviana na rua Joaquim Murtinho até meados dos anos 90 do século XX, as entrevistas e esta pesquisa levaram a crer que os bolivianos não estavam concentrados somente ali; eles estiveram participando praticamente desde o início nas feiras livres de Corumbá, com o fim da feira boliviana da rua Frei Mariano.

As ações de desmantelamento, por parte do poder público municipal, em relação aos espaços de feiras que concentravam bolivianos, provocaram em Corumbá um reordenamento e, com isso, novas territorialidades se constituíram, produzindo espaços na cidade e, conseqüentemente, modificando a geografia local. Pode ser citada aqui a feira boliviana da rua Frei Mariano, em 1963 (tratada no capítulo 1) e a feira Brasbol em 2013, que será abordada mais adiante neste capítulo. Estes movimentos dos bolivianos contribuíram para o aumento do número de feirantes nas feiras livres nos

municípios de Corumbá e Ladário⁶⁹. Atualmente, as feiras livres ocorrem todos os dias na cidade, espalhadas por diversos bairros e, três vezes na semana, no município vizinho. Em todas, predomina a presença dos bolivianos comercializando as mais variadas mercadorias.

Buscou-se junto ao órgão responsável da Prefeitura Municipal de Corumbá dados atualizados sobre os números referentes às feiras. Segundo os dados do Sistema Tributário do Município⁷⁰, atualmente existem 759 feirantes cadastrados, dos quais estima-se que apenas 10%, aproximadamente, sejam brasileiros. Destes, somente 300 feirantes estão ativos e trabalhando nas feiras. Mesmo que todos os brasileiros cadastrados estivessem atuando, ainda assim, eles seriam minoria se comparados ao número de feirantes bolivianos. Esta situação é percebida em qualquer passeio pelas feiras livres da cidade. Os bolivianos dominam a comercialização, vendendo hortifrutigranjeiros, roupas novas e usadas, eletroeletrônicos, produtos *pets*, enfim, vendem de tudo um pouco, assim como nas lojas comerciais de posse dos bolivianos em pontos fixos pela cidade.

Ainda, segundo informações do Sistema Tributário do Município, estes feirantes bolivianos precisam dos mesmos documentos que os brasileiros para operar. A única distinção é a solicitação do Registro Nacional de Estrangeiros (RNE), que opera como documento de identificação do estrangeiro em terras brasileiras. Ademais, é solicitado CPF e comprovante de residência, além das taxas recolhidas, que são as mesmas para os feirantes, sem distinção do brasileiro ou do boliviano. Todos os feirantes são submetidos às leis de fiscalização conforme o Código de Postura do Município e Lei Complementar 100/2006. Estes, renovam seu cadastro perante a Prefeitura Municipal de Corumbá, anualmente. Portanto este número fornecido pelo Sistema Tributário de 759 feirantes é resultado do crescimento anual nos últimos dez anos. No período de 2010 a 2015 foram 408 feirantes cadastrados, e de 2015 a 2020 foram 351. Estes números refletem, sem dúvida, conforme mencionado anteriormente, o episódio do fechamento em Corumbá da feira Brasbol em 2013, quando as feiras livres se tornaram a opção de trabalho de muitos comerciantes bolivianos.

Principalmente ligados à comercialização de hortifrutigranjeiros, os bolivianos dominam as feiras com sua comercialização, conforme mostra a Figura 37. Outra mercadoria predominante são roupas usadas norte-americanas, compradas em fardos em Santa Cruz de La Sierra (Figura 38).

Figura 37 – Barraca de frutas e verduras de bolivianos nas feiras livres de Corumbá-MS.

⁶⁹ Município sul-mato-grossense que é cercado pelo município de Corumbá por todos os lados; as cidades estão muito próximas, praticamente juntas.

⁷⁰ Dados emitidos pelo Sistema Tributário do Município de Corumbá através do Processo Nº 7872/2020 de 10/03/2020.



Fonte: Trabalho de campo realizado em abril de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 38 – Barraca de roupas usadas norte-americanas.



Fonte: Trabalho de campo realizado em abril de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Em entrevista com o Senhor L., presidente da Associação das Feiras Livres, o mesmo afirma que nos últimos três anos, na feira, evoluiu muito a demanda de bolivianos e, sobre esta demanda diz:

Eles começam com uma caixa de alho e vai aumentando, aí vai para uma barraca e isto inchou muito a feira. 99% da feira hoje é constituída por bolivianos, onde a maioria dos feirantes bolivianos vão e voltam todos os dias; eles têm depósitos em Corumbá, alugam locais aqui e deixam a sua mercadoria. Alguns bolivianos fazem

uma MEI (Micro Empreendedor Individual) ajudado pela associação dos feirantes e buscam mercadorias em outros locais, como roupas em São Paulo, Goiânia e Minas Gerais. Apesar disto predominam ainda as roupas que vem da Bolívia, principalmente o brechó de roupas americanas. E o que fomenta a feira em Corumbá são as mercadorias bolivianas, principalmente o hortifrúti. Foi feita uma parceria dos produtores bolivianos da feira com instituições de pesquisa de Corumbá, como a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e a Embrapa Pantanal, que fizeram uma união com os bolivianos no sentido de orientar a produção dentro dos padrões de produção saudável; desta forma, a maior parte das verduras vem das hortas da fronteira, e também tem alguns que compram algumas mercadorias nos assentamentos. O que vem de lá, mais para dentro da Bolívia, é a batata e a cebola. As feiras movimentam, aproximadamente, mil e quinhentos bolivianos por semana em Corumbá, pois cada barraca tem de quatro a cinco pessoas trabalhando e são trezentas. Se os bolivianos saírem das feiras livres elas acabam, na cidade, pois hoje basicamente a feira é dos comerciantes bolivianos. (Informação verbal)⁷¹.

Os bolivianos têm o domínio do comércio exercido nas feiras livres, pois encontram nelas espaço para exercerem sua atividade com fácil instalação, visto que as exigências não são tão dificultosas de serem atendidas. Percebe-se, principalmente nos hortifrutigranjeiros, este domínio.

As barracas dos feirantes bolivianos são sortidas de produtos variando entre frutas, legumes e verduras, garantindo um visual chamativo às feiras livres. Em conversa com os feirantes, descobriu-se que a aquisição destes produtos se dá um tanto na Bolívia e outro tanto da produção de verduras de alguns assentados e quilombolas.

Os poucos feirantes brasileiros estão concentrados basicamente na venda de produtos alimentícios, mas não concorrem com os bolivianos, são em menor número e expõem timidamente sua produção para venda, sem estrutura alguma. Em geral, são pessoas dos assentamentos que trazem sua própria colheita ou produção para venda (Figura 39).

Figura 39 – Feirantes brasileiros vindos dos assentamentos.



Fonte: Trabalho de campo realizado em abril de 2019. Fotos de Maria Cristina Lanza de Barros.

As feiras livres são parte da rotina na vida do corumbaense; são importantes pontos de comércio. Os bolivianos, porém, são detentores da maior parte deste fluxo de recursos que circulam

⁷¹Entrevista com Senhor L. – Presidente da Associação dos Feirantes de Corumbá/MS em julho de 2019.

diariamente pelas comercializações de produtos em Corumbá. Eles são responsáveis pelo funcionamento e sobrevivência das feiras livres; não há feira livre em Corumbá sem bolivianos.

As feiras fazem parte da cultura dos bolivianos. Historicamente se vê estes povos comercializando, trabalhando, e até morando em feiras. Não foi diferente do lado de cá, onde se instalaram. A circulação da maioria dos bolivianos na região fronteira em questão está diretamente ligada ao comércio desenvolvido na cidade.

Muitos dos bolivianos que hoje estão morando nos bairros Dom Bosco, Aeroporto, Nossa Senhora de Fátima, Popular Nova e outras localidades próximas a estes bairros, como o Conjunto Jatobazinho, por exemplo, são remanescentes da feira Brasbol, que funcionava no bairro Dom Bosco e foi fechada no ano de 2013 pelo Poder Público Municipal, em cumprimento a exigências do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, bem como do Corpo de Bombeiros, que apontaram irregularidades no funcionamento da mesma, sobre a qual trata-se a seguir.

2.4 A história se repete: outra feira boliviana é banida e os bolivianos se reorganizam

A ação promovida pelo poder público Municipal em Corumbá, por meio da Lei 1283/93, criou uma feira permanente para comercializar produtos dos assentamentos, atrás do cemitério central, no bairro Dom Bosco. Anos mais tarde, este espaço foi praticamente tomado por comerciantes bolivianos, tornando o local conhecido como a feira Brasbol. Tempos depois, a feira foi novamente regulamentada, beneficiando a implantação do boliviano na cidade para comercialização de artesanatos neste local determinado e cedido por lei pelo município de Corumbá para tal.

Esta ação modificou a paisagem do local e a feira foi aumentando, atraindo para a região um grande número de barracas/lojas dos mais variados artigos, e formou-se um grande aglomerado de bolivianos. Aos poucos, brasileiros foram entrando e também se instalando no local.

Com o passar dos anos, o espaço se transformou em uma feira que vendia os mais variados artigos, desde roupas, brinquedos, celulares, calçados, comidas, peças e ferramentas, e produtos alimentícios. Os bolivianos traziam de tudo para vender naquela feira, e os brasileiros que ali estavam juntos, em sua maioria, comercializavam roupas. Os produtos vendidos pelos bolivianos eram, em sua maior parte, provenientes da Bolívia e sua comercialização burlava qualquer tipo de imposto, estabelecendo uma concorrência desleal com o comércio formal da cidade. Esta condição foi um dos gatilhos para a pressão dos comerciantes brasileiros quanto à sua extinção.

O local se transformou em um aglomerado de barracas que cobriam uma imensidão de bancas que, aos poucos, foram sendo cobertas com edificações de telhas que emendavam umas nas outras. Ali se comercializava de tudo, entre lícitos e ilícitos (Figura 40).

Figura 40 – Foto da extinta feira Brasbol.



Fonte: Acervo particular da pesquisadora; imagem capturada em 2012.

O lugar era impregnado de irregularidades tanto fiscais quanto estruturais, até que no ano de 2013, por determinação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e do Corpo de Bombeiros, além da pressão política da Associação Comercial de Corumbá, o poder público municipal foi impelido a tomar providências em relação aos bolivianos implantados em feiras. Desta vez era a feira Brasbol.

O então prefeito municipal, o Sr. Paulo Roberto Duarte, através do Decreto 1.171, de abril de 2013, criou um grupo de trabalho destinado a discutir e organizar o funcionamento da feira dos comerciantes brasileiros e bolivianos (Brasbol). Esta comissão, em 90 dias, teria que apresentar soluções para esta feira, e seu funcionamento. A intenção, com a criação deste grupo, já era extinguir a feira naquele lugar. Chegou-se à conclusão de que o local era tomado por irregularidades, e o mais correto seria a remoção dos comerciantes de lá. Em julho de 2013, o então prefeito municipal solicita à câmara municipal a aprovação de um projeto de lei, criando o Centro Comercial Popular de Corumbá, e dispendo sobre sua organização e funcionamento, atendendo à Lei 2.328/13.

Tal ação gerou uma revolta muito grande, não só dos brasileiros que ali estavam trabalhando, mas também dos bolivianos que estavam implantados naquele local. Houve diversos protestos e reuniões com os vereadores nas sessões da câmara municipal e em frente à Prefeitura Municipal de Corumbá, com gritos de palavras de ordem contra o então prefeito que, por sua vez, não cedeu às reivindicações por conta da pressão do Ministério Público Estadual e, também, por pressões políticas da Associação Comercial de Corumbá.

Estas manifestações não surtiram efeitos naquele momento e, no mesmo ano, os feirantes foram remanejados daquele lugar. Num primeiro momento, todos os comerciantes foram alocados próximos ao Estádio Artur Marinho, como um primeiro local para atendê-los fora da feira. As inquietações, indignações e protestos continuaram tanto na câmara municipal como no paço municipal. O movimento era encabeçado por bolivianos, brasileiros e palestinos que tinham suas barracas na extinta feira; foram meses protestando. Durante este movimento, já tendo percebido a derrota, muitos comerciantes bolivianos procuraram outros rumos, como o estabelecimento de suas lojas nas ruas, ou montando barracas nas feiras livres da cidade.

Depois de meses de discussões e manifestações se consolidou a negociação de um local particular onde estes comerciantes se juntaram, compraram o terreno, e construíram o Centro Comercial Cidade Branca, que hoje funciona na rua Joaquim Murinho, entre as ruas Firmo de Matos e Luiz Feitosa Rodrigues. Com uma estrutura para instalação de cem lojas, este local foi construído pelos comerciantes, e a prefeitura somente ajudou com serviços de terraplanagem do terreno. Ver Figura 41.

Figura 41 – Centro Comercial Cidade Branca – fachada.



Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

O centro comercial foi erguido e os boxes foram vendidos, segundo informações coletadas em diálogos com os comerciantes brasileiros e bolivianos, no local. A maioria das lojas é de propriedade de brasileiros e palestinos; alguns possuem até quatro boxes e os alugam. Na época da construção, muitos dos bolivianos que saíram da feira Brasbol não detinham poder aquisitivo para comprar um box e, hoje, os bolivianos que estão ali instalados pagam aluguel do local para trabalhar.

A Feira Brasbol tinha o mesmo aspecto das feiras que se tem no território boliviano, onde o típico comércio deste país acontece misturado com os costumes, com a cultura e a culinária. Quando se entrava naquele mar de barracas, a sensação era de estar diante das feiras dos maiores centros da Bolívia, como na feira de Sete Calles ou Bairro Lindo, ambas em Santa Cruz de La Sierra. Embora alguns brasileiros estivessem por lá instalados, aquele local era a reprodução de uma feira boliviana no coração de Corumbá, que se acabou.

E hoje, muitos dos comerciantes bolivianos instalados no centro comercial estão vivendo outra realidade, distante daquela vivida nos tempos da Feira Brasbol. Os comerciantes bolivianos que se instalaram neste centro comercial são os que comercializavam roupas. Aqueles que trabalhavam com produtos alimentícios não ficaram no local e, provavelmente, fazem parte do comércio instalado nas ruas dos bairros da cidade. Portanto, este centro comercial é um local onde predominantemente se comercializam roupas, calçados, bolsas e brinquedos (Figura 42).

Figura 42 – Interior do Centro Comercial Cidade Branca.



Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Embora a estrutura seja melhor, ouviu-se dos bolivianos que o movimento não é o mesmo de outrora, como aquele da feira Brasbol, mas mesmo assim resistem. Também informaram que a

diferença é que hoje, neste centro comercial, trabalham dentro da legalidade e de formalidades exigidas por lei para o comércio funcionar na cidade. Estes comerciantes, que outrora comercializavam em uma feira sem esta preocupação, hoje fazem parte do comércio formal dos bolivianos em Corumbá. E segundo as informações dos mesmos, buscam suas mercadorias nos grandes centros brasileiros.

O local onde funcionava a feira Brasbol foi transformado em uma praça denominada de Praça de Nossa Senhora de Urcupiña, em homenagem aos bolivianos (Figura 43). Acredita-se que esta foi uma tentativa do prefeito da época de se redimir da ação do fechamento da feira.

Figura 43 – Praça Nossa Senhora de Urcupiña – rua Edu Rocha.



Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Contudo, seu esforço foi em vão, pois os bolivianos, detentores de títulos eleitorais⁷² do Brasil, votantes em Corumbá, compareceram na campanha eleitoral seguinte. Agiram durante a campanha eleitoral adesivando seus carros para o adversário do então prefeito. Vieram em massa participar do sufrágio⁷³: eram carros e carros que chegavam às sessões eleitorais cheios de bolivianos para votar. Mais uma vez demonstraram o companheirismo que os mesmos têm entre si.

Vale a pena abrir um parêntese para comentar tal episódio. Aquela eleição foi coisa nunca vista na cidade, um fato exemplar que revelou as diferentes faces das relações das pessoas em situação

⁷² Aos bolivianos, principalmente os nascidos no Brasil, e aos que possuem documentos brasileiros é facultado o direito de adquirir o título eleitoral e participar do sufrágio tanto na escolha dos representantes do Município de Corumbá, bem como nas eleições que escolhem governadores e presidente do Brasil. Embora não existam estudos que confirmem o número, estima-se, segundo agentes da política local, que existam cerca de três mil eleitores bolivianos residentes na região fronteira.

⁷³ Este fato foi presenciado pela pesquisadora.

de fronteira. No dia da votação, logo pela manhã, já no primeiro horário, eram muitos carros com placas bolivianas vindos do outro lado, carregados de pessoas originadas do país vizinho, que desciam em frente aos locais de votação, nas suas referidas sessões eleitorais, e cada vez mais chegavam bolivianos para votar. Este movimento durou o dia todo e, certamente, votaram contra o prefeito que proporcionou o fim da feira Brasbol, candidato à reeleição.

Os bolivianos participam ativamente das eleições em Corumbá. Muitos têm dupla nacionalidade e, por consequência, seu título eleitoral. Mas, o ano de 2016 foi atípico o acontecimento na cidade em relação ao movimento dos vizinhos vindo votar, sendo observado que os bolivianos demonstravam satisfação ao votar. Naquele ano, as urnas deram a resposta a uma ação política contra eles ocorrida três anos antes. Ao final do sufrágio, a surpresa: o então prefeito, candidato à reeleição, terminou não sendo reconduzido ao cargo. Muitas pessoas, inclusive algumas ligadas à política, atribuíram esta derrota aos votos dos bolivianos, que demonstraram, em uma ação conjunta, um companheirismo e união que os identificam. Há quem diga que o então prefeito carrega esta marca em sua vida política até os dias atuais.

Foi tão marcante este movimento na história desta gente na cidade de Corumbá, que os carros com adesivos dos candidatos vencedores circulam até os dias atuais carregando esta estampa como se levassem um troféu da vitória ou da revanche contra alguém que expulsou o povo boliviano daquele local (Figura 44).

Figura 44 – Carro boliviano com adesivo das eleições 2016, circulando até os dias atuais.



Fonte: Trabalho de campo fevereiro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Apesar da desestruturação ocorrida no local da feira Brasbol, parte dos comerciantes bolivianos, que ali estavam, se deslocou com seu comércio para outros endereços na cidade. Uns para as feiras livres, outros para pontos de comércio próximos à praça Nossa Senhora de Urucupiã, onde funcionava a feira. Outros, por fim, retornaram para seu país de origem.

Os que ficaram, reelaboraram seus esquemas de comercialização e de circulação de capital e se reorganizaram. Desta ação, produziram espaços configurando e intensificando na cidade, suas ruas e bairros, uma geografia peculiar. Foi visível na cidade, depois do fechamento da feira Brasbol, o surgimento de vários pontos comerciais de posse de bolivianos vendendo os mais diversos artigos.

Segundo coloca Massey (2008), em sua concepção, espaço é o produto de inter-relações e elas só podem existir num espaço de multiplicidade, onde não há nada dado de forma definitiva. Se o tempo se revela como mudança, então o espaço se revela como interação. Neste sentido, o espaço é a dimensão social não no sentido da sociabilidade exclusivamente humana, mas no sentido do envolvimento dentro de uma multiplicidade. Trata-se da esfera da produção contínua e da reconfiguração da heterogeneidade, sob todas as suas formas – diversidade, subordinação, interesses conflitantes. A mudança requer interação, e essa requer espaço. Deste modo, a multiplicidade é fundamental para a geração da temporalidade; para haver multiplicidade, tem que ocorrer espaço. Assim, o espaço nos oferece a possibilidade da história.

O redimensionamento destes comerciantes é, portanto, fruto das mudanças sofridas ao longo dos anos, apresentando espaços produzidos a partir das inter-relações resultantes em uma nova geografia construída na cidade de Corumbá. O espaço é ressignificado pela política, que dá uma nova forma tanto às identidades quanto às relações espaciais estabelecidas.

O comércio que surge na alameda Joaquim Alcides Pereira (figuras 45 e 46) é de propriedade de bolivianos que eram proprietários de barraca na antiga feira Brasbol, e que, agora, abriram loja de rua e também trabalham nas feiras livres comercializando roupas novas.

Fato semelhante ao que aconteceu na década de sessenta com a Feira Boliviana, ocorreu novamente no ano de 2013, agora numa feira mesclada com bolivianos e brasileiros, mas um lugar que provocou incômodo, principalmente aos comerciantes brasileiros estabelecidos na cidade, que sofriam as consequências de uma concorrência um tanto quanto desleal na venda de produtos, pois neste local não havia uma organização fiscal.

Figura 45 – Comércio estabelecido hoje na alameda Joaquim Alcides Pereira, lateral da praça Nossa Senhora de Urucupiã.



Fonte: Trabalho de Campo, janeiro de 2020. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 46 – Outro ponto comercial próximo à praça, na esquina da alameda Alcides Pereira com a rua Edu Rocha.



Fonte: Trabalho de Campo. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Os espaços produzidos na cidade de Corumbá, por conta da instalação de pontos comerciais de propriedade de bolivianos, cresceram muito depois do ano de 2013, após a extinção da feira Brasbol. Embora muitos dos bolivianos tenham se instalado no Centro Comercial Cidade Branca, na rua Joaquim Murтинho, outros preferiram seguir seu caminho em separado e abriram suas lojas nas ruas da cidade, ou se cadastraram para trabalhar nas feiras livres. Houve um aumento significativo no número de lojas comerciais bolivianas ocupando lugares antes nunca explorados por eles, como nos bairros Guarani, Nova Corumbá e até no Guatós, demonstrando que este comércio exercido pelos bolivianos está em franca expansão na cidade.

Ao andar pelos bairros de Corumbá, nota-se destacadamente os locais do comércio dos bolivianos. Em geral, eles se concentram próximos uns dos outros, formando aglomerados de lojas,

que estendem com suas mercadorias expostas pelas calçadas. Desta forma, produzem espaços na cidade, que se diferenciam pelas características marcantes do comércio dirigido pelos bolivianos.

Além dos bolivianos dedicados ao comércio e ao consumo, Corumbá também detém moradores daquele país, possuidores de certo poder aquisitivo, que estão na cidade por outros motivos, situação detectada também durante a pesquisa. São bolivianos que estão comprando ou alugando casas na área central da cidade. Em entrevista com alguns moradores bolivianos do centro, com este perfil, detectou-se que vieram morar em Corumbá na procura de uma estrutura melhor de saúde, educação para os filhos e aluguéis mais em conta: “aqui se aluga casas melhores por menor preço”, respondeu uma das entrevistadas. As casas onde vivem estes bolivianos, em geral, são residências estabelecidas em locais considerados nobres da cidade, com um padrão de construção diferenciado. Nas entrevistas, não houve relatos que demonstrassem terem sofrido atitudes preconceituosas morando do lado de cá. Aqui vivem e usufruem de toda a infraestrutura que a cidade oferece. Alguns até como usuários de serviços públicos, mas são detentores de um poder aquisitivo que os colocam, perante a visão de alguns, e parafraseando o comerciante entrevistado anteriormente, como os “*bolivianos bons*”.

Em entrevista, a Senhora N., boliviana, esposa de pecuarista na Bolívia, afirmou ter buscado Corumbá pela sua melhor infraestrutura em educação e saúde, em relação às cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, na Bolívia. Disse achar a cidade brasileira mais tranquila do que Santa Cruz de La Sierra e, por estes motivos, optou por morar no Brasil. Reportou também que, morando aqui, ficam mais próximos da estância que tem em Puerto Suarez; assim podem trabalhar do outro lado e usufruir das melhores estruturas que a cidade têm, com mais tranquilidade.

Estes moradores têm um perfil que varia entre pecuaristas, empresários, ex-políticos, profissionais liberais e comerciantes de exportação. São indivíduos ligados aos serviços autônomos, em menor número e, diferentemente dos bolivianos ligados ao comércio de rua, vivem quase que despercebidos na cidade, distintamente dos demais, que estão ligados ao comércio, que se caracterizam pela maneira de organizar espaços que vão formando novas territorialidades e transformando a geografia da cidade.

Ao longo da história, as relações entre os bolivianos e a cidade de Corumbá vão se estabelecendo. Elas são recheadas de acertos e desacertos políticos que, por vezes, coloca esta gente à prova. Os mesmos demonstram sua resiliência e persistência em existir e habitar um lugar onde buscam, na maioria dos casos, sua sobrevivência. A cidade brasileira tão próxima à Bolívia se apresenta como um lugar de oportunidades, onde vários cidadãos bolivianos vêm em busca de emprego, sobrevivência e melhores condições de vida. Nesta busca, estabelecem relações espaciais com o *outro*, no dia a dia, e estas, por sua vez, dão forma nova às identidades.

A presença destes imigrantes na cidade e seu movimento são permeados de uma simultaneidade de história que está explicitada nas geografias produzidas em Corumbá.

Entre conceitos e preconceitos, os bolivianos são vistos como bons e ruins por aqueles que pensam somente na economia da cidade. O boliviano consumidor do comércio em geral é o bom, pois salva, de uma certa forma, a economia local; ao passo que o boliviano que sobrevive de suas vendas é o concorrente, é o ruim para o comércio local de brasileiros. O de melhor poder aquisitivo se torna importante figura no comércio local, pois não concorre, consome.

2.5 O Boliviano Consumidor: o “*boliviano bom*”

Corumbá vive momentos de euforia em seu comércio ocasionado pelo consumo dos bolivianos, que se mantém há alguns anos, devido à alta do dólar resultante da crise no Brasil. Desde 2014, quando se instala uma crise econômica no Brasil⁷⁴ causada pela instabilidade política vivida pelo governo, ocorre a desvalorização das *comodities*, e erros na política macroeconômica. Esta situação culmina em recessão, desemprego, aumento de juros e inflação, queda no comércio e no consumo das famílias, reforçados pela alta do dólar e conseqüente desvalorização da moeda corrente no país, o real. Enfim, o país sucumbiu em índices temerosos para sua economia e estabilidade. Suas conseqüências foram sentidas em todos os cantos do Brasil, mas em menor escala no comércio de Corumbá.

Se ao final da década de 90, no século XX, e início dos anos 2000 vimos uma corrida de brasileiros tirando proveito do câmbio favorável, o panorama pós-crise econômica de 2014, deu vezes aos bolivianos de se beneficiarem com a desvalorização da moeda brasileira, o real, ocasionada pela alta do dólar. Fluxo sentido não somente na região fronteira, como também pelos bolivianos que deram entrada no país⁷⁵ legalmente e seguiram Brasil a dentro.

Corumbá, ao contrário de outros locais no Brasil, não sentiu, nos anos de 2014 a 2019, a crise econômica no seu comércio. Não ocorreu fechamento de lojas; pelo contrário, algumas franquias e lojas escolheram aquele momento para sua instalação na cidade, como as Lojas Americanas e Casas Bahia, por exemplo. O que se viu no comércio foi um fluxo elevado de bolivianos consumindo de

⁷⁴ Todas as vezes que o dólar sobe na cotação, o real se desvaloriza, o poder de compra do brasileiro dentro da Bolívia diminui. A história mostra os bolivianos como consumidores assíduos em Corumbá, e dos anos de 2014 até os dias atuais, os bolivianos têm se tornado os principais consumidores da cidade. O câmbio favorável e a pouca oferta de produtos industrializados na Bolívia são fatores que contribuem para a procura do comércio brasileiro, principalmente na fronteira.

⁷⁵ Segundo informações da Delegacia de Polícia Federal em Corumbá – DPF/CRA/MS, no período de 2015 a 2019, a migração de bolivianos para o Brasil cresceu muito em relação a outros períodos. Neste período, foi mais do que o dobro da entrada de brasileiros na Bolívia. No ano de 2018, por exemplo, entraram 71.141 bolivianos no Brasil, dos quais a maioria seguiu para São Paulo em busca de emprego. Aí também estão embutidos os turistas bolivianos que tem buscado os destinos brasileiros como locais para seu lazer e descanso. (Ofício n. 11/2020/DPF/CRA/MS de 04 de março de 2020).

tudo que era oferecido em todas as lojas, não só os fronteiriços, como também os vindos de Santa Cruz de La Sierra e até de La Paz.

Por todas as lojas se encontravam brasileiros e bolivianos dividindo os espaços do consumo, não só nas lojas de grandes redes, mas também em outras lojas frequentadas pela população corumbaense de maior poder aquisitivo, lá também estavam os consumidores bolivianos. Um encontro que, se para alguns consumidores brasileiros não agradou, para os lojistas foi muito bem-vindo. Presenciou-se, no centro comercial da cidade, cenas que anteriormente só se via do outro lado, na Bolívia: pessoas comprando eletroeletrônicos e os carregando pelas ruas. Compravam móveis, colchões, roupas, calçados, brinquedos, tudo que o comércio ofertava era atrativo aos consumidores bolivianos – que se mesclavam nas ruas durante o dia todo e, à noite frequentavam os restaurantes locais, dos mais simples aos mais sofisticados - novamente estão juntos e misturados aos brasileiros corumbaenses e turistas de outros locais do Brasil.

Este fluxo é sentido até os dias atuais, pois a balança cambial continua a impulsionar o aumento no poder de compra dos bolivianos, uma vez que os mesmos utilizam o dólar em sua economia. Por consequência, está havendo também uma valorização do peso boliviano em relação ao real, que, no momento, está com o menor câmbio visto nos últimos vinte anos. Esta variação cambial é o pêndulo que impulsiona as relações entre os dois países, Brasil e Bolívia, onde a demanda, seja de brasileiros ou de bolivianos, cresce à medida que o câmbio favorece.

A associação comercial de Corumbá e a prefeitura municipal não possuem um levantamento dos reflexos desse *boom* na economia do município, quanto à geração de empregos e aumento da arrecadação tributária. Contudo, não é preciso nenhum diagnóstico para entender e comprovar essa inversão de consumo na fronteira, com a alta da moeda norte-americana. Basta frequentar o comércio corumbaense e verificar *in loco* o movimento e a circulação de bolivianos comprando.

Fato veiculado e comentado nas redes sociais nos meses de junho e julho de 2019 (Figura 46), demonstra, pelos diálogos, o espanto sentido por uns com a intensificação do fluxo de bolivianos na cidade de Corumbá. Há aqueles que demonstram satisfação e gratidão por eles estarem na cidade movimentando o comércio e comprando e, até mesmo, os insatisfeitos, que pela expressão parecem se incomodar com o fato da cidade estar cheia de bolivianos. A pergunta de uma internauta deixa bastante claro o que já afirmamos nesta pesquisa anteriormente, que não existe Corumbá sem bolivianos, pois ela pergunta, se referindo aos comentários ali expostos: “Até hoje vocês não acostumaram com isto?” Como se esta situação sempre existisse e não fosse deixar de existir. A internauta (por conhecimento da pesquisadora) se trata de uma pessoa que pertence a uma classe social elevada. Ela é uma boliviana que se casou com um brasileiro da alta sociedade corumbaense e que, na época, chocou a família porque ela era boliviana. Depois, como ela mesma relata, descobriu

que na família rica do marido tinham tios bolivianos que só falavam castelhano, com costumes diferentes dos dela que era a boliviana nova da família. Isto soou como um salvo conduto para ela, aos preconceitos que, talvez, tenha sentido (Figura 47).

Outro comentário que ratifica a importância do boliviano consumindo no comércio da cidade é quando outra internauta escreve que faz tempo que é o boliviano que vem dando sustentação ao comércio corumbaense, numa demonstração de reconhecimento da importância destes consumidores para o comércio da cidade de Corumbá (Figura 47).

Figura 47 – Postagens extraídas das redes sociais e seus respectivos comentários.



Fonte: Pesquisa nas redes sociais junho e julho/2019. Impressão de tela de Maria Cristina Lanza de Barros.

Em outra postagem, que se refere ao movimento de turistas na cidade, os comentários transparecem que o boliviano fronteiriço é colocado como turista, como se ele não estivesse aqui pela cidade com maior frequência, demonstrando o anteriormente citado sobre a questão do corumbaense não se reconhecer como fronteiriço (Figura 48). Este movimento ao qual estão se referindo, acontece em épocas de câmbio favorável aos bolivianos. Praticamente todos os dias os bolivianos estão na cidade, do lado de cá, consumindo. Não são turistas, são fronteiriços que fazem parte do ir e vir deste lugar de limites e participam ativamente da cidade não só como consumidores do comércio local.

Figura 48 – Postagens extraídas das redes sociais e seus respectivos comentários.



Fonte: Pesquisa nas redes sociais junho e julho/2019. Impressão de tela de Maria Cristina Lanza de Barros.

Além das redes sociais, os sites de notícias locais ressaltam em suas matérias o aquecimento das vendas no comércio de Corumbá, desde que o dólar começou a aumentar de preço em relação à moeda brasileira⁷⁶, como podemos comprovar por esta reportagem do Diário *online* de 11 de agosto de 2015 intitulada “Com a alta do dólar, bolivianos aquecem vendas no comércio de Corumbá”:

Com a alta do dólar, o comércio na Bolívia anda parado e com poucos consumidores brasileiros. No entanto, os bolivianos estão aproveitando a desvalorização do Real para adquirirem produtos com maior qualidade no Brasil. Produtos de cama, mesa e banho, além de calçados e roupas têm atraído bolivianos por causa dos preços que estão agora para eles mais acessíveis. O comércio de Corumbá tem esquentado com a vinda desses estrangeiros que não apenas compram para si, mas para revenda também⁷⁷.

Kamila Trindade Souza Colombo, gerente comercial de uma loja especializada em calçados masculinos, afirmou que os bolivianos estão ajudando bastante nesse período de crise econômica vivida no Brasil. A empresa, que fica no centro de Corumbá, tem muitos clientes assíduos de Corumbá

⁷⁶ O sistema econômico da Bolívia tem praticamente duas moedas: o peso boliviano e o dólar americano. O peso boliviano está praticamente atrelado ao dólar e sua variação, nos últimos 18 anos, tem estado entre 6,70 e 6,90 bolivianos por dólar, pois a política do Banco Central Boliviano não deixa aumentar nem diminuir esta cotação. Então, se o dólar sobe, o peso valoriza, e se o dólar cai, o peso desvaloriza. Todas as vezes que o dólar altear de preço, a moeda boliviana, o peso, se valorizará perante a moeda brasileira, o real, elevando assim o poder de compra dos bolivianos no Brasil.

⁷⁷ Disponível em: <http://www.diarionline.com.br> - de 11 de agosto de 2015. Acesso em setembro de 2019.

e Ladário, mas atualmente está vendendo de 60% a 70% de seus produtos para consumidores bolivianos. “Eles compram em quantidade muito alta. Levam um produto em 8 ou 9 unidades, compram para fazer a revenda dos nossos produtos; acredito que pela qualidade e isso nos ajuda bastante. Como nós tivemos agora no mês dos pais várias promoções, eles aproveitaram também”, afirmou.

A gerente comercial disse que alguns bolivianos que já adquiriram CPF brasileiro estão, inclusive, comprando no crediário. Eles também adquirem muitos produtos à vista. “Eles já são frequentes; todo mês estão aqui para comprar nossas mercadorias”, afirmou Kamila. Ela acredita que a desvalorização do real e a alta do dólar têm influenciado nas compras dos estrangeiros. “Para a gente comprar lá, não compensa tanto quanto eles comprarem aqui, então eles conseguem comprar um produto bom por um custo acessível e o revendem por um custo onde eles conseguem obter um lucro maior”, explicou.

Para o presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Corumbá, Otávio Philbois, o consumo dos bolivianos “é muito importante para a cidade neste momento em que o dólar está valorizando a moeda dos moradores da Bolívia; eles engrossam o volume de vendas porque se tornam consumidores que encontram bastante atração nos preços, devido à força da moeda que eles usam”. Philbois afirmou que o fato de os bolivianos começarem a usar o crediário em Corumbá “é muito bom para o comércio.” (GALVÃO, 2015, p. 1-2).

A situação reportada anteriormente por um site local da cidade de Corumbá perdura na atualidade no comércio local, pois a moeda americana, o dólar, só tem aumentado seu valor em relação ao real, aumentando cada vez mais o poder de compra dos vizinhos bolivianos.

O comportamento do comércio local se dá em função dos novos consumidores, os comerciantes, que anunciam vendas no atacado e varejo em espanhol para atrair os consumidores bolivianos (Figura 49).

Figura 49 – Loja localizada na rua Frey Mariano, principal rua do comércio de Corumbá.



Fonte: Trabalho de Campo. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros, 2019.

O fluxo de bolivianos no comércio brasileiro, na fronteira entre Corumbá e Puerto Quijarro, tem suscitado manchetes em jornais de alcance estadual e de outras regiões do Estado de Mato Grosso do Sul. A reportagem do *Jornal online*, do *Correio do Estado*, em 03/08/2019, intitulada “Consumidores da Bolívia ‘salvam’ comércio de Corumbá”, descreve que:

O comércio de Corumbá nunca faturou tanto em um período de recessão e incertezas na economia brasileira. O boliviano quebrou a sazonalidade que existia no comércio, que passou a ter movimento o ano todo e não está sofrendo tanto com essa crise. Com isso, a cidade atraiu grandes lojas e muitos empresários querem investir em hotelaria e outros setores. A cidade ganhará seu primeiro hipermercado, do grupo atacadista Mega, que atua em Campo Grande, Costa Rica e Chapadão do Sul. O empreendimento de R\$ 15 milhões está sendo construído no bairro Popular Velha e vai gerar 100 novos empregos diretos.

“Ninguém faz um investimento desse sem pesquisa de mercado”, diz, animado, o presidente da Associação Comercial de Corumbá, Lourival Vieira Costa. “O boliviano segurou o nosso comércio com a inversão do fluxo de consumo na região, embora exista sempre essa gangorra em função do dólar”, cita. “Hoje, estamos recebendo compradores de outras cidades da Bolívia, como La Paz e Santa Cruz. Realmente estamos vivendo um momento especial.”

O empresário e presidente da Federação das Associações Empresariais do Estado (Faems), Alfredo Zamlutti, afirma que o comércio de Corumbá estaria falido sem o boliviano. Presidente da associação comercial local por 11 anos, ele estima que 70% do giro financeiro se deve ao consumidor vizinho, que aqueceu também o setor imobiliário e toda a cadeia de serviços. “Mesmo discriminado, o boliviano tem sido o ‘salvador da pátria’ do comércio de Corumbá.” (ANDRADE, 2019, p. 1-2).

Outra matéria recente comprova a importância dos bolivianos para o comércio de Corumbá por conta do episódio do fechamento da fronteira por problemas políticos internos na Bolívia, quando

o turismo e o comércio de Corumbá sentiram seus reflexos. O fato foi reportado por um site de uma região econômica importante do Estado de Mato Grosso do Sul, a cidade de Dourados. A reportagem foi veiculada pelo site Dourados News em novembro de 2019, intitulada “Fechada há 16 dias, fronteira Bolívia/Brasil gera prejuízos a Corumbá”:

Fechada há 16 dias, a fronteira da Bolívia com o Brasil, próximo à cidade de Corumbá, já causa prejuízos em torno de R\$ 5 milhões no setor econômico no município sul-mato-grossense.

Segundo a Associação Comercial e Industrial de Corumbá, a cidade brasileira também sente o reflexo das manifestações por conta da reeleição de Evo Morales na área do turismo. Alguns bolivianos já cancelaram as viagens para o Pantanal e eles não são mais vistos na região.

Conforme o gerente comercial de uma loja de roupas, Marco Antônio Borges de Oliveira, as vendas estão paradas pela falta dos principais clientes. Ele conta que os cabides estão lotados de vestimentas e o caixa vazio.

"Corumbá sem o boliviano fica um pouco complicada. 40% das vendas é um número muito significativo para uma loja da nossa proporção e a gente sente bastante", explicou.

O empresário Rubens Fernandes, também lamenta sobre a atual situação por conta do fechamento da fronteira que interfere diretamente no comércio da cidade brasileira: “tudo é realizado em cima do fluxo de vendas, se esse fluxo cai, automaticamente a empresa começa a ter alguma dificuldade para honrar com seus compromissos.”

Segundo a empresária do ramo de turismo, Raquel Amaral Ribeiro, o setor também já sente o reflexo das manifestações do país vizinho. Ela conta que turistas bolivianos deixaram de viajar para Corumbá e estão cancelando pacotes de viagens.

"Foi o segundo grupo nosso que desmarca, justamente por não conseguir atravessar a fronteira. Essa instabilidade de não saber se vão poder voltar [para a Bolívia], é uma insegurança muito grande", lamenta. Manifestações na Bolívia (G1, 2019, p. 1-2).

O movimento dos bolivianos no comércio local sempre esteve, e estará, atrelado à variação cambial entre a moeda nacional, o peso boliviano e o dólar americano. A variação da cotação do dólar americano que faz elevar o preço da moeda nacional em relação ao peso boliviano, e vice-versa, é o grande fiel da balança deste movimento comercial estabelecido entre Brasil e Bolívia, mais especificamente na região fronteira.

Os jornais locais também noticiaram o episódio do fechamento da fronteira e suas consequências para o comércio local, com matéria intitulada “Com fronteira fechada, prejuízos no comércio de Corumbá já chegam a quase R\$ 5 milhões”:

O impasse político na Bolívia está afetando não só a economia daquele país, mas também o comércio de Corumbá, que faz fronteira com as cidades de Arroyo Concepción, Puerto Quijarro e Puerto Suárez. O município pantaneiro ainda recebe bolivianos de cidades mais distantes, como Santa Cruz de La Sierra, pela rodovia Bioceânica.

Em tempos de crise econômica, são os estrangeiros que ajudam a movimentar as vendas dos lojistas corumbaenses, mas com a fronteira fechada há 17 dias, o prejuízo só aumenta.

Conforme a Associação Comercial e Industrial de Corumbá (ACIC), o comércio tem deixado de faturar R\$ 300 mil por dia, principalmente nos setores de vestuário, calçados e alimentos. Essas quedas são sentidas diretamente nas lojas da região

central da cidade. A empresária Elizabeth Bento da Silva, proprietária de uma loja de calçados, localizada na rua Treze de Junho afirmou ao **Diário Corumbaense** que as vendas no atacado e varejo caíram 40%.

“Só não caíram mais porque alguns bolivianos que vivem na fronteira podem cruzar a pé e vêm comprar. Mas além desse público, eu atendo também excursões que chegam de ônibus aqui em nossa cidade, que saem da Bolívia, e compram por atacado. Realmente sentimos muito a queda no movimento”, falou a empresária Elizabeth Bento.

O presidente da ACIC, Lourival Vieira Costa, informou que os prejuízos do lado brasileiro já chegam a quase R\$ 5 milhões. “Fora o comércio, outro setor que também está parado é o das transportadoras. São mais de 40 aqui em Corumbá. São motoristas, funcionários e os próprios caminhoneiros que ficam parados devido a essa situação do lado boliviano”, disse Lourival. (CABRAL, 2019, p. 1-2).

Esta matéria, veiculada na imprensa local, demonstrava os prejuízos que já se faziam sentir com 17 dias de fronteira fechada. Ao todo, foram 32 dias de protestos que culminaram na saída do Presidente Evo Morales, renunciando ao mandato por pressão popular, que camuflou, aos gritos nas ruas, uma articulação política golpista⁷⁸. Eram problemas internos da Bolívia que se refletiram diretamente do lado de cá.

O período de fechamento da fronteira impactou o comércio local e foram visíveis os reflexos desastrosos na economia de Corumbá. As exportações e os transportes pararam e afetaram diretamente a economia de outras localidades do Brasil e, embora não sejam objeto desta pesquisa, vale a pena ressaltar, porque é mais um setor onde os bolivianos atuam muito. Centenas de carretas carregadas de produtos para exportação permaneceram paradas pela cidade (Figura 50), segundo relato do empresário Senhor J. A. S., dono de uma exportadora que, em entrevista, declarou que pelos seus cálculos e com a experiência que tem no ramo, os prejuízos para exportação neste período de fechamento da fronteira foram de cerca de 500 mil reais por dia.

Foram dias em que se pôde perceber a importância do comércio feito com os bolivianos através da exportação. Os prejuízos vultosos causados por esta greve tiveram reflexos em diversos setores de serviços da cidade de Corumbá, tanto formal quanto informal, pois os dividendos gerados pelo comércio de exportação são hoje, na cidade, uma fonte importante de geração de renda e empregos.

Figura 50 – Pátio de um dos estacionamentos particulares em Corumbá: carretas que transportam produtos de exportação para Bolívia.

⁷⁸ Em entrevista à Revista Fórum, o ex-presidente Evo Morales disse que foi vítima de um golpe e explica como os políticos de oposição se articularam para construir este golpe. Falou também que os mesmos estavam trabalhando para atender aos interesses do presidente dos EUA na América Latina. ([https://Revista Fórum.com.br/noticias](https://RevistaFórum.com.br/noticias) – Acesso em: 11 de junho de 2020).



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

O fechamento da fronteira, além dos reflexos desastrosos na economia, foi um momento carregado de simbolismo que foi muito emocionante ver *in loco*. Todos os obstáculos colocados no limite dos dois países (montes de terra, corrente com cadeado, caminhão atravessado na rua), ao mesmo tempo que cessavam o ir e vir, marcavam as páginas da história política boliviana. O visto naqueles dias, neste lugar, era a expressão de algo muito maior e de articulações políticas que estavam modificando os rumos daquele país. No limiar dos dois países, foi colocada uma corrente com um cadeado, embora as pessoas passassem por baixo da corrente. Mas aquela cena deu um sentido muito forte ao que foi este fato da história boliviana. A colocação de um cadeado simbolizando a maior das fronteiras que pode existir, o impedimento do ir e vir, expressava que aquele momento era só deles. O trânsito, ainda permitido, era de pessoas, mas simbolicamente ninguém saía e ninguém entrava (figuras 51 a 55).

Figura 51 – Limites territoriais Brasil-Bolívia fechados por questões políticas internas da Bolívia. Novembro de 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 52 – Outro registro do fechamento dos limites territoriais Brasil-Bolívia por questões políticas internas da Bolívia. Novembro de 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 53 – O simbolismo do cadeado que trancou a passagem entre os dois países.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 54 – A circulação na divisa dos dois países somente de pessoas.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 55 – Caminhão boliviano fechando a passagem, carregado de dizeres que clamavam democracia.



Fonte: Trabalho de Campo, novembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Os reflexos do fechamento da fronteira também foram sentidos nas feiras⁷⁹, principalmente nas barracas que comercializam hortifrutigranjeiros trazidos da Bolívia. Estas não tinham como passar seus produtos pois todos os acessos foram bloqueados; eram estes os espaços que se encontravam vazios nas feiras livres em Corumbá no referido período.

A variação cambial se configura como a mola propulsora dos movimentos e das relações entre os dois países, Brasil e Bolívia. Fica claro que a demanda, seja de brasileiros ou de bolivianos, cresce à medida que o câmbio favorece a compra e a aquisição de bens, empregos, lazer ou investimentos, aproveitando-se do que o outro lado tem a oferecer no momento oportuno em que o câmbio propicia a um ou a outro ter mais benefícios.

Estas relações, que acontecem entre pessoas, tornam-se responsáveis pela produção de geografias em ambos os lados. Se fortalecem e se estreitam os laços criando estranhamentos e, neste movimento, o outro vai se consolidando e impondo sua presença; vai, aos poucos, se inserindo na realidade do país vizinho.

⁷⁹ A partir das observações de campo feitas nesta pesquisa e com diálogos travados com moradores locais e feirantes, percebeu-se que, no fechamento da fronteira, o maior prejuízo, sentido nas feiras pelos bolivianos, foi no comércio de hortifrutigranjeiros, que não tinham como passar, diferentemente das outras mercadorias comercializadas por bolivianos nas feiras, que não tiveram prejuízo algum. Este episódio do fechamento da fronteira confirmou outra realidade que se vive em Corumbá, que é o número de casas alugadas por bolivianos para estoque de mercadorias (roupas), principalmente nos bairros Dom Bosco e Aeroporto. Esta é uma maneira dos comerciantes e feirantes bolivianos driblarem a fiscalização.

A presença dos bolivianos é uma constante no território brasileiro e reforça, no dia a dia, os laços de pertencimento como fronteiriços. Ao se instalarem na cidade, os bolivianos além de produzirem o espaço com características peculiares, buscam ter uma vida legalizada. De posse das documentações básicas como CPF, RG e Título Eleitoral, partem em busca de beneficiar-se dos direitos oferecidos pelo poder público no Brasil e, o mais almejado por 80% dos entrevistados é a saúde. É constante a presença de bolivianos usufruindo de programas sociais, utilizando vagas de escolas públicas e do aparato da saúde pública brasileira. Uma vez documentados, são reconhecidos como cidadãos com dupla cidadania.

Para entender como estes vizinhos se utilizam dos serviços públicos do lado de cá, bem como o rompimento das fronteiras e os possíveis conflitos com os beneficiários brasileiros, tomou-se como objeto de estudo a utilização da saúde pública pelos bolivianos, por ter sido detectado em pesquisa que este é o serviço mais almejado por estes fronteiriços. Assim, no capítulo a seguir, discute-se a situação da saúde pública no município de Corumbá, em relação à presença dos beneficiários bolivianos e seus possíveis conflitos.

3. O ATENDIMENTO NA SAÚDE PÚBLICA AO BOLIVIANO: UM SONHO, UMA REALIDADE QUE ROMPE FRONTEIRAS E GERA CONFLITOS

A geografia que se desenha em Corumbá pela presença dos bolivianos é resultante da vivência cada dia mais crescente destes fronteiriços na cidade. Uma vez instalados do lado de cá, buscam, além do trabalho, estar em situação legal, obtendo seu CPF, RNE e título eleitoral, para, além de viverem como cidadãos legalizados, terem direitos e acesso à cidadania.

Durante o levantamento em campo para a construção desta pesquisa, nas entrevistas realizadas com bolivianos residentes, ou não, em Corumbá, percebeu-se que um dos desejos manifestados pelos entrevistados, em sua totalidade, era ter a documentação brasileira. Quando indagados porque esta vontade de ter tais documentos, as respostas se dividiram em: 12% - ter tranquilidade de viver na cidade; 8% - ir e vir dos dois lados; e 80% dos entrevistados responderam ter direito a saúde pública. A saúde é, sem dúvida, o serviço público de maior anseio dos bolivianos residentes, ou não, na cidade de Corumbá-MS.

Neste capítulo, se discutirá a importância para os bolivianos do acesso à saúde pública brasileira. Este é o serviço público almejado por quase todos que chegam para aqui viver e para outros que estão do outro lado do limite. O viver no limiar e as melhores condições de atendimento que o Brasil dispõe são quesitos favoráveis para que eles se desloquem e procurem ter direito a este atendimento. Desse modo, entender como se dá este acesso, quais as fronteiras, e os possíveis conflitos que a presença destes fronteiriços pode gerar, é o foco desta discussão.

Aqui, o recorte será restrito à utilização dos serviços de saúde no processo de produção da cidade de Corumbá, mas outros serviços, como a educação, por exemplo, também são alvos dos anseios dos bolivianos da fronteira e apresentam relevância no processo de produção da cidade.

Partindo desta premissa, busca-se compreender como se dá a construção desta territorialidade através do uso dos serviços de saúde, os conflitos e as aproximações gerados na cidade, e quais são os caminhos que os bolivianos, que vivem do lado de cá e do outro lado, o fronteiriço⁸⁰, percorrem para se utilizar da saúde pública no Brasil.

A presença de bolivianos utilizando-se destes serviços é uma discussão frequente na cidade de Corumbá. Se comparada às cidades bolivianas vizinhas, Puerto Quijarro e Puerto Suarez, Corumbá é, atualmente, dotada de uma melhor infraestrutura para atendimento e assistência à saúde pública,

⁸⁰ Fronteiriço é o sujeito que vive na fronteira, que está na fronteira e é o responsável pelas interações de escala local entre as sociedades que se avizinham.

tornando-se um atrativo para um fluxo considerável de bolivianos que vivem do outro lado. Sobre esta infraestrutura na Bolívia, buscou-se informações com o médico brasileiro Dr. E. M., residente em Corumbá/MS, que cursou medicina na Bolívia, fez residência na Santa Casa de Corumbá e, atualmente, atende nas cidades vizinhas da Bolívia. Sobre esta infraestrutura comentou:

Nas cidades bolivianas de Puerto Suarez e Puerto Quijarro, a infraestrutura é muito ruim; os atendimentos são feitos na maioria somente nos casos de baixa e média complexidade, os de alta complexidade tem que direcionar para Santa Cruz ou mandar para Corumbá, dependendo da urgência. Os dois hospitais existentes, um em cada cidade não tem Unidade de Terapia Intensiva (UTI), fato que já demonstra que os casos mais graves não têm condições de atender. A infraestrutura da saúde nesta região fronteiriça boliviana é extremamente precária. Os médicos se formam cirurgões gerais e médicos generalistas, então nós temos em sua maioria médicos generalistas (clínico geral) e obstetra, não tem médicos aqui nas cidades fronteiriças da Bolívia com especialidades como urologista, ortopedista, neurologista; todos estes atendimentos são feitos por clínico geral ou cirurgião. Não se compara a estrutura que se tem em Corumbá com a estrutura que temos lá na Bolívia. Aqui em Corumbá, apesar de precária, também é infinitamente melhor. Além de que lá, as consultas são cobradas, 20 bolivianos, e os remédios não são gratuitos. A saúde lá é de graça somente para crianças de até seis anos, mulheres grávidas e idosos acima de sessenta anos. Apesar de ter a lei da gratuidade, ela ainda não funciona para todos. Aqueles que podem recorrer à saúde em Corumbá, assim o fazem; lá na Bolívia o atendimento se dá aos mais carentes e menos informados. (Informação verbal)⁸¹.

Além de uma infraestrutura melhor, a procura pela saúde também ocorre pela gratuidade oferecida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Embora na Bolívia já haja um sistema similar, nem todos os serviços são gratuitos, como vimos na fala do médico citada acima.

As Unidades Básicas de Saúde (UBS), a Unidade de Pronto Atendimento (UPA), a Santa Casa, e o Pronto Socorro da cidade de Corumbá, têm sido palco de convivência de diferentes culturas e identidades, reforçadas pela presença dos bolivianos que são vistos pelos usuários brasileiros como o *outro*. Os conflitos de diferenças e alteridade afloram nestes espaços revelando esta *situação de fronteira*⁸². Constata-se, na fala da beneficiária do SUS, a Senhora R. S.⁸³, moradora do Bairro Guatós, que diz que quando precisa de atendimento de saúde, frequenta a Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município pela proximidade de sua casa. Ela tem apenas uma filha de 14 anos e disse que está impossível ir à UPA, sempre lotada, muita gente. Quando foi perguntada sobre a presença dos bolivianos, ela prontamente respondeu: “Eles são os que lotam o atendimento, semana passada precisei ir lá levar meu marido e estava cheio deles, parecia que eu estava lá na feirinha da

⁸¹ Entrevista concedida por telefone pelo Dr. E. M. [setembro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

⁸² A realidade fronteiriça deve ser compreendida como um lugar de conflito e alteridade entre nós e os outros, e como um espaço de várias temporalidades. A fronteira em movimento é formada a partir de diferentes frentes (demográfica, econômica, pioneira e etc.) que entram em conflito e obedecem distintas visões de mundo e tempos históricos diferenciados, que Martins (1997) denomina de *situações de fronteira*.

⁸³ Esta é uma das beneficiárias entrevistadas nesta pesquisa, as demais são citadas no item 3.2 deste capítulo.

fronteira. Eles deveriam ficar lá no país deles, ir no hospital lá, e não vir tirar o pouco que temos aqui.” (Informação verbal)⁸⁴.

Este depoimento reforça as fronteiras humanas, onde os bolivianos são tratados como estrangeiros, gente de outra nação, e não como seres humanos. Este posicionamento de que os bolivianos tiram o espaço e o lugar dos brasileiros no atendimento à saúde pública é a impressão passada por outros entrevistados sobre esta situação em Corumbá. Os atendimentos cotidianos feitos para os pacientes oriundos da Bolívia, assim como para o boliviano que se instala na cidade, se dão pelas Unidades Básicas de Saúde (UBSs) espalhadas pelos bairros, que são a ponta da rede de Saúde Pública do Município, desde que estes tenham o cartão do Sistema Único de Saúde (SUS).

O cartão SUS trata de forma igualitária brasileiros e bolivianos, e, uma vez de posse do mesmo, não há mecanismos de identificação entre os pacientes que chegam nas UBSs. Além destes atendimentos na ponta da rede pública, com o cartão SUS, existem também os atendimentos de urgência que são encaminhados diretamente ao pronto-socorro, onde o cidadão consegue ser atendido sem o cartão, e este serviço é garantido aos estrangeiros. Trata-se de atendimentos que, em geral, são de média e alta complexidade (urgência e emergência). O mesmo é garantido a todos os cidadãos que chegam ao atendimento emergencial, tenham ou não o cartão SUS.

Aos bolivianos é assegurado atendimento por tratados celebrados entre os dois países, o que acaba se tornando um direito, mas a prerrogativa de atendê-los ou não ainda é do dirigente municipal da Saúde (BRANCO, 2013). Na gestão pública do Município de Corumbá (2016-2020), o posicionamento humanitário do secretário de saúde assegurava atendimento a todos. Além de encontrar acolhimento pelo poder público municipal, os bolivianos contam com melhores condições de atendimento e curta distância; estes fatores os fazem recorrer, em casos de urgência de média e alta complexidade, ao Brasil, pois muitas vezes não existe tempo para direcioná-los a Santa Cruz de La Sierra, capital do Departamento de Herman Bush, na Bolívia, distante 680 quilômetros da fronteira. Nestes casos, Corumbá se apresenta como a única oportunidade de um tratamento melhor e mais próxima, quando os pacientes se dirigem diretamente para o pronto-socorro e Santa Casa. Lembra-se que eles não precisam ter cartão SUS porque são amparados pelos acordos estabelecidos entre Brasil e Bolívia.

Desde sua implantação, pela Lei no. 8.080 de 19 de setembro de 1990, o Sistema Único de Saúde tem a emissão dos seus cartões acontecendo no município, não se levando em conta um controle numérico da expedição do mesmo a estrangeiros, sejam bolivianos ou de outra nacionalidade, bastando apenas apresentar os documentos exigidos, principalmente comprovantes de

⁸⁴ Entrevista concedida pela Senhora R. S. [fevereiro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

endereço na cidade brasileira. A facilidade para tal se deu durante muitos anos, pois, de certa forma, os tratados entre os dois países desenhavam o direito a este serviço público para o boliviano. Por isto, hoje, este atendimento ao boliviano se torna um problema financeiro e de sobrecarga ao sistema de saúde pública brasileiro, uma vez que os repasses à saúde dos governos estadual e federal, se dão pela estimativa populacional dos censos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que não computa os usuários bolivianos moradores do outro lado, embora comprovem residência no Brasil. A fronteira, nos repasses financeiros para a saúde, é morta, mas ela aflora cotidianamente quando se expõe a sobrecarga do sistema, inchado pelo uso dos bolivianos, principalmente os residentes do outro lado.

A situação de fronteira que se dá na cidade, possibilita o encontro entre bolivianos e brasileiros e se torna palco de relações, aproximações e conflitos destes que passam a utilizar serviços públicos conjuntamente. Assim, um dos temas relevantes, definido para o estudo deste trabalho, foi o da utilização dos serviços de saúde pública.

3.1 Saúde Pública - Os usuários “estrangeiros”

A construção da territorialidade da cidade de Corumbá, que se dá através do uso dos serviços de saúde, fundamenta-se em diversos fatores referentes a esse setor nos dois países, e por tratados entre os mesmos.

A procura pelo atendimento na saúde pública do município de Corumbá acontece por bolivianos que, em sua maioria, são residentes da cidade, e também pelos que residem do outro lado do limite, nas vizinhas cidades bolivianas. Este ir e vir entre os diferentes territórios proporciona ao fronteiriço a possibilidade de usufruir o que os dois lados oferecem e de participar na construção da geografia da cidade. No atendimento à saúde não tem sido diferente, porém nele também existem barreiras a serem contornadas.

Haesbaert (2014) denomina esta dinâmica de condição “transidentitária”, que permite ao fronteiriço acionar mais de uma identidade territorial, pois este ir e vir, ou este trânsito entre diferentes territórios, permite usufruir dois ou mais territórios ao mesmo tempo, dependendo das estratégias de poder que estiverem em jogo. A possibilidade de trânsito entre diferentes territórios e/ou da vivência, concomitantemente, de múltiplas territorialidades, de certa forma, representa também a chance do que o autor denomina de "contornamento" de certos limites ou fronteiras territoriais designadas por ele de "transterritorialidade", ou seja, dinâmicas territoriais complexas da contemporaneidade:

Ora somos requisitados a nos posicionar perante uma territorialidade, ora perante outra, como se os nossos marcos de referência e controle espaciais fossem

perpassados por múltiplas escalas de poder e de identidade. Isto resulta em uma geografia complexa, uma realidade multiterritorial. (...) pode-se dizer que as identidades pós-modernas são também, num sentido geográfico, “transterritoriais”. (HAESBAERT, 1999, p. 183).

Desse modo, isto é vivenciar uma condição de passagem constante entre fronteiras, limites, espaços socialmente reconhecidos e territórios. Este modo de vida, que consiste em viver no limite, pode ser uma condição de existência, uma maneira de driblar situações difíceis e usufruir do que os dois lados oferecem. Além disso, é transpor as barreiras e os limites constituídos no processo de construção dos Estados-nações que surgem como a conformação territorial e temporal do modo de produção capitalista, onde se estabelecem fronteiras políticas e culturais em relação a outras nações, afirmando as identidades nacionais e prevalecendo o raciocínio da diferença conflituosa (ALBUQUERQUE, 2005).

Vive-se atualmente neste espaço fronteiro, nesta situação colocada por Haesbaert (1999), pois a precariedade do sistema de saúde⁸⁵ dos municípios limítrofes com Corumbá, no oriente boliviano, faz com que a procura ao atendimento destes serviços pelos moradores do país vizinho seja constante. Esta busca também se salvaguarda em acordos⁸⁶ feitos entre os dois países permitindo e amparando-os nesta questão. A existência destas parcerias oficializadas entre os dois países, são desconhecidos pela população brasileira e até mesmo por alguns ocupantes de cargos de direção de setores da saúde do Município de Corumbá. Essa desinformação provoca o estranhamento quanto ao uso dos serviços públicos de saúde pelos bolivianos. Ainda, segundo o secretário de saúde da atual

⁸⁵ Foram também entrevistados três estudantes brasileiros de medicina, que estudam na Universidade em Puerto Quijarro/BO, denominados médicos provincianos, ou seja, médicos estagiários do curso de medicina que terminaram sua residência e atuam durante um ano prestando serviços para o governo boliviano, para obtenção de informações sobre o sistema de saúde na Bolívia e compará-lo com o brasileiro, nesta região fronteira. Estas informações estão no item 3.4 deste capítulo e as mesmas complementam a entrevista citada anteriormente com o médico generalista E. M.

⁸⁶ **1 - Decreto 5541 de 19 de setembro de 2005** – Firma acordo entre o governo do Brasil e o governo da Bolívia sobre facilitação para o ingresso e trânsito de seus nacionais em seus territórios, de 08 de julho de 2004, firmado em Santa Cruz de La Sierra. Este decreto é resultante do acordo firmado entre Brasil e Bolívia em La Paz em 15 de agosto de 2005. Objetivo do acordo é o de promover a integração socioeconômica dos nacionais dos dois países que se encontram em situação migratória irregular no território de seus respectivos países, com interesse de fortalecer o relacionamento amigável entre os dois países. No item 6 deste acordo encontra-se a seguinte redação:

Direitos Reconhecidos

- i. As Partes adotarão as medidas necessárias para instruir as instituições envolvidas na aplicação deste Acordo, a fim de não impor requisitos que impliquem desconhecimento dos direitos reconhecidos aos nacionais das Partes.*
- ii. Os imigrantes regularizados e na forma deste Acordo gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos às mesmas obrigações de natureza laboral em vigor para os trabalhadores nacionais do Estado receptor e da mesma proteção no que se refere à aplicação das leis relativas à higiene e à segurança do trabalho.*
- iii. O presente Acordo será aplicado sem prejuízo de outras normas bilaterais ou multilaterais vigentes entre as Partes e que resultem mais favoráveis aos interesses dos imigrantes.*

2 - Decreto Nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009 – Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004.

3 - Acordo Interinstitucional Internacional Subscrito entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde do Estado Plurinacional da Bolívia em Matéria de Cooperação em Saúde na Fronteira, firmado em outubro de 2017.

gestão, 2016-2020, os bolivianos se interessam em fazer estes acordos somente para ter acesso e direito ao SUS.

Ao procurar por estes serviços, os bolivianos, moradores tanto da cidade, como do país vizinho, são considerados estrangeiros. Como tal, encontram a principal barreira ao acesso a toda rede de atendimento, que é o cartão SUS. Embora os acordos estabelecidos entre os dois países deixam subentendido que existem direitos reconhecidos aos nacionais da outra parte, ainda é na emissão deste passaporte do atendimento à saúde que os bolivianos encontram a fronteira que, por vezes, os impedem de ter acesso ao sistema público de saúde no Brasil.

Aos que residem em Corumbá se torna mais fácil, uma vez que têm endereço fixo e, assim, conseguem tirar os demais documentos requisitados para tal. Mas, os bolivianos fronteiriços que vivem do outro lado, ao buscar o cartão SUS usam de subterfúgios para driblar as barreiras, principalmente o comprovante de residência fixa no Brasil. Ou seja, na maioria dos casos eles participam de tramas com outros bolivianos, ou até mesmo com brasileiros, que lhes emprestam o endereço, podendo assim ter acesso a toda a estrutura gratuita de saúde do município e aos atendimentos feitos pela rede de atenção básica como portadores de cartões SUS. Nesta situação se encontram um elevado número de bolivianos e, com isso, estima-se que este número ultrapasse milhares de cartões SUS expedidos. O secretário de saúde do município confessou não saber ao certo qual seria este montante. Reside, nesta situação um dos conflitos, pois quando o boliviano passa a fazer parte dos pacientes da saúde pública sem morar no município, os repasses de recursos, estaduais e federais, recebidos não computam a sua presença como usuário de tal. No censo do IBGE são 112 mil habitantes versus o número de cartão SUS, ultrapassando a casa dos 140 mil emitidos, segundo o secretário de saúde do município. Um número muito superior ao de habitantes da cidade, ocasionando um déficit na saúde pública de Corumbá.

Até o ano de 2014, o boliviano tinha acesso mais facilmente a este benefício, pois de posse de seu CPF, emitido nas agências dos correios e um comprovante de endereço, que facilmente conseguia com outros bolivianos ou conhecidos que vivem na cidade, adquiria o documento de acesso ao atendimento de saúde pública. Durante anos as emissões destes cartões ocorreram desta forma, para que o boliviano utilizasse deste benefício, aumentando a demanda, e agravando os problemas dos recursos disponibilizados ao município, para suprimento dos atendimentos à saúde pública. Além desta situação, existem também aqueles que nasceram do lado de cá e possuem registro de nascimento brasileiro, mas moram do lado de lá. São os cidadãos que tem dupla nacionalidade a um só tempo, os denominados de “*doble chapa*” (MÉLO, 2004, p.134).

O Senhor J. M., boliviano, morador em Puerto Quijarro, caminhoneiro, entrevistado na cidade de Corumbá-MS, quando indagado sobre o cartão SUS, prontamente abre a carteira e o exhibe com um sorriso e diz: “Eu tenho meu cartão SUS, consegui fazer quando morava em São Paulo, uso ele aqui em Corumbá sempre que preciso ir ao médico; nem vou em médico em Puerto Quijarro, lá não tem médicos bons e nem remédios gratuitos. Se tenho o cartão SUS, então venho aqui.” (Informação verbal)⁸⁷.

Percebe-se que o problema é complexo, pois além dos cartões expedidos por aqui, ainda vêm os expedidos fora desta região fronteiriça. Buscando solucionar, ou pelo menos tentando controlar a situação, a Resolução Nº 02 de 04 de Dezembro de 2014, da Secretaria Municipal de Saúde, que normatiza o cadastramento no Sistema de Saúde no Município de Corumbá, adotou medidas para coibir a expedição do benefício aos estrangeiros não residentes no Brasil. Acerca disso, procurou-se a secretária de Saúde da época, gestão 2012- 2016, Senhora D. R., e a mesma nos informou:

Esta atitude se deu por conta de denúncias apresentadas na Secretaria de Saúde do Município, na época, de comércio de documentos (comprovantes de residência) para facilitar ao boliviano não residente na cidade este benefício, e pelo fato do número de cartões SUS emitidos no Município estar muito além do número de habitantes estimados pelo IBGE. Por isto tomamos providências tentando fechar esta torneira aberta na saúde do município de Corumbá e tentar começar a controlar esta situação. (Informação verbal)⁸⁸.

Percebe-se que é um problema que vem se arrastando sem controle algum. Esta Resolução normatizou a exigência do registro no Sistema Nacional Migratório (SISMIGRA), documento emitido pela Polícia Federal aos imigrantes com residência comprovada no Brasil. Esta foi uma tentativa de coibir a emissão destes cartões aos bolivianos que não residem na cidade, tentando impor restrições, limites e amedrontar os indivíduos que emprestavam comprovantes de residência.

Segundo os dirigentes da saúde da atual gestão, o efeito da Resolução coibiu momentaneamente os registros, mas não atingiu os objetivos. Este fato foi comprovado no levantamento feito nos dois últimos anos com dados dos cartões SUS emitidos para bolivianos⁸⁹, onde percebe-se concentração de bolivianos em endereços únicos, em diversos bairros, demonstrando que a prática de outrora, o uso de endereços “emprestados”, persistiu.

Haesbaert (2014) diz que esta é a arte do "contornamento" de certos limites ou fronteiras territoriais. A barreira para acesso a toda rede de atendimento público e gratuito de serviços de saúde

⁸⁷ Entrevista concedida pelo Senhor J. M. [agosto 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

⁸⁸ Entrevista concedida, via telefone, pela Senhora D. R. [abril 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

⁸⁹ Estes dados estão trabalhados e apresentados no item 5.3 - O cartão SUS, a chave para a entrada do boliviano no Sistema de Saúde no Município de Corumbá-MS, que trata especificamente deste assunto.

na cidade de Corumbá – o Cartão SUS – é contornada e driblada para usufruir do que o outro lado oferece. Além do atendimento local, para ter acesso ao de alta complexidade, é necessário se deslocar para capital do Estado de Mato Grosso do Sul ou para outras cidades.

É contornando e driblando os problemas que encontram pela frente que conseguem ainda ter acesso ao benefício e usufruir do sistema de saúde pública no Brasil. Esta situação foi verificada nas declarações da Senhora L. V., moradora do Puerto Quijarro:

Tenho uma irmã, em Santa Cruz de La Sierra, que está com câncer e buscamos meios de fazer o cartão SUS dela para que o oncologista de Corumbá a encaminhasse para a cidade de Barretos-SP, para dar seguimento ao seu tratamento de quimioterapia e radioterapia gratuito pelo SUS, porque na Bolívia é tudo pago, não existe tratamento de câncer gratuito aqui, como no Brasil. (Informação verbal)⁹⁰.

Questionada como obteve o comprovante de endereço para tal, informou que foi através de um amigo boliviano que reside em Corumbá. Fizeram um contrato de aluguel, como se sua irmã residisse na cidade, tiraram a permissão na Polícia Federal, no SISMIGRA e, assim, conseguiram o cartão SUS. Transpuseram a fronteira do Sistema Único de Saúde brasileiro.

Desta maneira, bolivianos se tornam usuários da saúde pública na cidade brasileira, ultrapassando os limites territoriais, driblando a fronteira que os impede de ter acesso à mesma, e dando corpo a uma situação de fronteira e a produção do espaço em Corumbá, estabelecendo relações sociais no encontro e confronto com o *outro*, que revelam alguns conflitos. Os fronteiriços procuram meios de sobrevivência e usufruto do que o outro lado oferece de melhor, escapando das amarras dos limites criados pelo Estado-Nação, criando uma geografia da fronteira.

A matéria publicada no periódico local, Correio de Corumbá, em 2017, intitulada: “Bolivianos que não moram em Corumbá, conseguem Atestado de Residência e carteira do SUS?”; denuncia um esquema de venda de comprovantes de endereços para emissão de cartão SUS, o que levanta suspeitas da participação de funcionários do próprio hospital, que recebiam propinas para facilitação do processo:

É um verdadeiro absurdo essa situação ilegal! Até onde chegou a saúde de Corumbá, onde as dificuldades para o atendimento de brasileiros já são grandes, imaginem só com essa invasão de bolivianos em nosso Sistema, onde postos, UPA, e praticamente 30% dos leitos atualmente são ocupados por eles que residem no país vizinho.

Comenta-se largamente que algum funcionário do Hospital de Corumbá seria o responsável, pelo encaminhamento da solução para legalizar o ilegal, ou seja, esquentar comprovantes de residência dos Hermanos que moram em Puerto Quijarro, Puerto Suares [sic] e em outras localidades da Bolívia. Segundo se comenta pela cidade, a conta de luz (Energisa), às vezes é cedida por algum morador de Corumbá, que leva o seu \$\$\$ e depois é levada para o elemento

⁹⁰ Entrevista concedida pela Senhora L. V. [abril de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Puerto Quijarro, 2020.

que atende este setor na Santa Casa local, que por sua vez, também exige um agrado por fora na faixa de R\$ 150,00 para dar a legalidade à concessão de tudo que os brasileiros recebem do SUS, inclusive vagas nos leitos hospitalares, aos moradores do lado de lá da fronteira.

Como leigo, indago: essa manobra escusa não se caracteriza como falsidade ideológica dos dois lados envolvidos? E lembrando mais uma vez que segundo os comentários, o tal funcionário que faz o encaminhamento para que os bolivianos tenham os mesmos direitos dos brasileiros, estaria faturando na faixa de R\$ 150,00 por cada comprovante de luz esquentado...

E que fique bem claro: nada contra os irmãos bolivianos que têm residência fixa em Corumbá e Ladário, que aqui trabalham e são muito bem vindos [sic] por todos nós. Sou contra dar os mesmos direitos para os que moram na Bolívia e são enviados ao nosso hospital para tomarem os lugares dos que aqui vivem. Que o presidente boliviano faça investimentos em Quijarro e Porto Suarez, num grande hospital.

E que nenhum “boca de burro”⁹¹ sem noção, fique falando ou escrevendo tentando tampar o sol com a peneira citando cartas e tratados ou que os invasores possuem os mesmos direitos. Vai um brasileiro fazer o mesmo que esses bolivianos atrevidos aprontam aqui em Corumbá com transporte clandestino, afrontando o comércio corumbaense e burlando a saúde pública, pra ver o que acontece. (YUNES, 2017, p. 1-2).

A reportagem expõe não só uma denúncia sobre a emissão dos cartões do SUS, bem como expressa sentimentos racistas ao tratar os bolivianos como invasores e atrevidos, evidenciando os conflitos que se afloram no sistema de saúde e no modo de pensar de muitos corumbaenses. Os sentimentos externados demonstram o quanto é recorrente no dia a dia do fronteiro a questão do Estado-Nação, onde a afirmação das identidades nacionais é uma constante que reforça as hierarquias nacionais e a supremacia econômica que sobrepõe sobre o *outro*. Os termos “intruso” e “invasores” demonstram um sentimento de pertença característico na afirmação das identidades nacionais, pois revelam aí as fronteiras do humano (MARTINS, 1997), ficando evidente que os bolivianos são tratados aqui como bolivianos e não como seres humanos, onde prevalecem os limites nacionais.

Haesbaert (2014) aponta que viver “no limite”, ou “nas fronteiras”, seguramente é viver nas incertezas entre o legal e o ilegal, a exceção e a regra. O capital se reproduz pela recriação da diferença e, com ela, constitui novos limites e fronteiras no interior do próprio território por ele incorporado:

De certa forma se vivemos hoje no limite significa, em primeiro lugar, ser dotado de mobilidade, pois o limite-fronteira, nesse caso não é estabelecido apenas para controlar, conter, deter, mas também para ser transposto, contornado, transgredido, enfim “usufruído”, já que, de algum modo, muitas vezes pode tornar-se o próprio *locus* central da nossa vida e, ao propor diferenças, incita-nos mais diretamente a enfrentá-las e/ou partilhá-las. (HAESBAERT, 2014, p. 274).

Tem-se ainda, que:

A transterritorialidade é a manifestação de uma multiterritorialidade em que a ênfase se dá no estar-entre, no efetivamente híbrido, produzido através dessas distintas territorialidades. [...] Destaca-se a própria transição, não no sentido de algo

⁹¹“Boca de burro” é uma expressão muito utilizada na cidade de Corumbá quando se quer menosprezar a inteligência de alguém. Quando se refere a uma pessoa chamando-a assim, quer dizer que a mesma é desentendida do assunto, não sabe nada sobre a temática (qualquer que seja) em questão.

temporário, efêmero e/ou de menor relevância, mas no sentido de "trânsito", movimento e do próprio "atravessamento" e imbricação territorial - não um simples passar por, mas um estar entre. (HAESBAERT, 2014, p. 285).

Essa mobilidade se refere aos movimentos entre lugares, dotados de significação, e territórios moldados no interior de específicas relações de poder. Não é fácil distinguir quais são os limites territoriais de ação de uma e de outra modalidade de poder; quem domina e quem está na situação de subordinado. A vivência no limite, numa situação de multi/transterritorialidade, não significa que a presença da fronteira seja condição para cessar o movimento, até porque, além de uma linha divisória que delimita, a fronteira é um lugar de encontro e de desencontro; é o espaço onde se depara com o "outro" e, neste encontro, há uma redefinição de sujeitos, seja pelo aprofundamento que se faz sobre as nossas peculiaridades ou pelo questionamento colocado pelo olhar do *outro* que impõe, ao mesmo tempo, indagações e conflitos, reafirmações e relativizações (HAESBAERT, 2014).

O fato de poder usufruir de dois territórios, ao mesmo tempo, pode ser considerado um recurso ou uma vantagem. A oferta gratuita de atendimento de saúde praticada no Brasil, através do Sistema Único de Saúde (SUS), estimula o movimento na fronteira de Corumbá, no Brasil com Puerto Quijarro e Puerto Suarez, na Bolívia, pois age como um atrativo, impulsionando a mobilidade populacional na mesma. A mobilidade humana sempre ocorreu, seja por razões de instinto, de necessidade, de fuga, de busca, e existiu em diferentes épocas, locais, contextos e finalidades. Este movimento, no século XXI, se dá em busca não só do emprego, mas do pleno emprego; da moradia digna; da saúde integral; do acolhimento, solidariedade e dignidade no próprio país e no outro país também (BÜHRING, 2013).

Os limites, as barreiras entre os estados nacionais, são caracterizados por uma profunda dinâmica entre espaços e as inter-relações sociais promovidas. Neste movimento, que lhes é peculiar, e na perspectiva de integração, ganham uma redefinição de espaço-lugar: a fronteira, que tem sentimento de pertença, um lugar que possa chamar e reconhecer como seu, que lhe seja próprio a fim de que possa estabelecer relação de identidade. É um local que se firma em vínculos coletivos e afetivos, representa-se pelos sujeitos que nela convivem, como uma sociedade de fronteira, onde a natureza dos grupos que a compõem é sempre diversa, mas a identidade do lugar se une, se funde e se converge em um lugar próprio daqueles que passam a ocupá-lo (BÜHRING, 2013).

A movimentação dos transfronteiriços, por sua vez, se dá em função de interesses concretos e particulares, como acontece na busca ao atendimento à saúde em Corumbá, que reforçam ou negam os limites territoriais estabelecidos entre as nações. Esse encontro entre pessoas de diferentes nacionalidades, em situação de vulnerabilidade, constrói olhares sobre o *outro* e este é visto, neste caso, como o intruso e a ameaça. Nesse processo é reforçado o distanciamento cultural e social entre os dois povos.

Na cidade de Corumbá são evidentes os conflitos surgidos na rede de atenção básica de saúde, como visto nas entrevistas citadas e na matéria de um periódico local. Ali estão expostos alguns dos conflitos que acontecem quando o boliviano usa do aparato de saúde do lado de cá.

Com a pandemia da Covid-19 (desde meados de março de 2020), mediante o temor e medo instaurados com os números crescentes de óbitos divulgados pela mídia brasileira, o pânico se instalou na cidade de Corumbá. O governo boliviano fechou a fronteira entre os dois países: não entravam brasileiros e nem bolivianos que estivessem do lado de cá. Já o Brasil manteve o entendimento de cidades gêmeas e permaneceu com suas fronteiras abertas. Conseqüentemente, o trânsito de pacientes oriundos de Puerto Suarez continuou permitido, gerando discussões sobre o risco de contaminação que estes pacientes representavam. As ambulâncias bolivianas circulavam constantemente na cidade e isto suscitou matérias em jornais da região. O momento externava preocupação com as condições de saúde da cidade e de ter de dividi-las com os bolivianos.

O site de notícias *Folha MS*, no dia 23 de março de 2020, com a reportagem de Erick Silva intitulada “Bolívia proíbe entrada de brasileiros, mas mantém envio de pacientes para tratamento de saúde em Corumbá”, falou sobre o não fechamento da fronteira para entrada dos bolivianos no Brasil (SILVA, 2020). A notícia dava ênfase para pacientes que estavam sendo trazidos para atendimentos nos hospitais de Corumbá, alegando que tal prática poderia comprometer o atendimento de corumbaenses. A matéria também chamava à atenção para o número de leitos de UTI disponíveis na cidade: “Os dez leitos de UTI disponíveis na cidade e que podem salvar vidas da população corumbaense, podem ser consideravelmente reduzidos, tendo em vista o constante atendimento de urgência ao qual recorre a população boliviana” (SILVA, 2020). A reportagem apurou que, em relação aos leitos de UTI, de cada 10, de 3 a 4 estão sempre ocupados por pacientes bolivianos. A entrevista realizada com médicos atuantes no hospital de Corumbá, segundo a reportagem, afirma que o fluxo de ambulâncias que chegavam com doentes continuava o mesmo com a fronteira fechada. O atendimento aos cidadãos estrangeiros, no caso os bolivianos, se estendia por todos os setores da Santa Casa. A reportagem abordou também os custos destes pacientes ao hospital, que, segundo relato de médicos, os casos, em sua maioria, apresentavam estado grave e demandavam elevada receita, com a disponibilização de medicamentos de última geração e procedimentos de alta complexidade, além de longa recuperação dentro da unidade. Isto tudo acontecia sem contrapartidas do governo boliviano, com os custos deste tratamento recaindo sobre os contribuintes brasileiros. Por fim, a reportagem conclui:

Mas a chegada de uma pandemia, reacende o alerta de que a benevolência brasileira e o apelo pelo atendimento humanitário, realizado sempre de maneira unilateral, poderá custar ainda mais caro aos brasileiros que poderão arcar com a própria vida em caso de superlotação das unidades, como já ocorre até em países considerados de “primeiro mundo”. (SILVA, 2020, *online*).

A reportagem enfatizou que o ir e vir deveria ser cessado, uma vez que o governo boliviano havia fechado e impedido a entrada de brasileiros em território boliviano. Postada nas redes sociais, esta reportagem, recebeu comentários que expressavam a indignação e a ira dos cidadãos corumbaenses com a situação do salve-se quem puder, no precário sistema de saúde da cidade fronteiriça de Corumbá⁹².

Apesar de todos os tratados e acordos feitos entre os governos do Brasil e da Bolívia, as relações se dão mesmo entre as pessoas que, informadas ou não, acabam externando sua indignação e estranhamento na presença do boliviano, o *outro*, deixando claro e evidente a presença dos limites nacionais, impondo fronteiras entre brasileiros e bolivianos, principalmente nos casos em que se veem obrigadas a dividir o pouco que têm com eles, que não têm praticamente nada.

O último acordo, o Acordo Interinstitucional Internacional Subscrito, entre o Ministério da Saúde da República Federativa do Brasil e o Ministério da Saúde do Estado Plurinacional da Bolívia em Matéria de Cooperação em Saúde na Fronteira, firmado em outubro de 2017 - é específico à saúde pública na região de fronteiras entre o Brasil e a Bolívia - versa sobre o aparato de saúde nas regiões fronteiriças. As decisões e diretrizes estão a cargo de grupos de trabalho mistos, brasileiros e bolivianos, ligado à saúde pública das fronteiras e, nesta região, segundo o atual Secretário Municipal de Saúde, não tem dado certo, pois:

Depois da homologação do referido acordo, foi feita apenas uma reunião e nada foi para frente, porque a Bolívia não compareceu nos encontros de trabalho. Segundo este gestor, ficou claro que os bolivianos só querem desfrutar do SUS no Brasil, por isto fomentaram este acordo, pois até agora, abril de 2020, nada andou. (Informação verbal)⁹³.

Apesar da saúde ter se destacado nas discussões bilaterais, ainda que a passos curtos, e tenha sido objeto de acordos que propõem ações conjuntas entre o Brasil e a Bolívia para atendimento das demandas da região, infelizmente não houve efetivação, pois poderiam levar ao rompimento de barreiras impostas pelo Estado-Nação, uma vez que versam por entendimentos e investimentos entre os dois países.

3.2 O Sistema Único de Saúde e sua condição de funcionamento em Corumbá-MS

No século XX foi produzido o modelo de saúde preventiva, que destaca para o Estado o dever de proporcionar aos seus cidadãos os serviços básicos de saúde, conforme preconiza a Organização Mundial de Saúde (OMS). No ano de 1986, na 8ª Conferência Nacional da Saúde, pela primeira vez a coletividade foi chamada a participar, e a saúde foi incluída na Constituição Federal de 1988,

⁹² Descrita no item 3.2 deste capítulo: O Sistema Único de Saúde e sua condição de funcionamento em Corumbá-MS.

⁹³ Entrevista concedida pelo *Secretário Municipal de Saúde* [abril 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2020.

confirmando as resoluções da conferência de saúde, que, em seu artigo 196, diz: “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.” (BRANCO, 2009, p. 86).

Conforme a Constituição Federal de 1988, a “Saúde é direito de todos e dever do Estado” (BRASIL, 1988). Anteriormente, o sistema público de saúde somente prestava assistência aos trabalhadores vinculados à Previdência Social, provendo acesso aos serviços hospitalares de uma parcela de aproximadamente 30 milhões de pessoas, cabendo o atendimento aos demais cidadãos às entidades filantrópicas ou clínicas particulares. Diante o aporte da constituição, surge o novo ideário de saúde da população brasileira, requerendo profundas mudanças no sistema de atendimento à saúde no Brasil (BRASIL, 2002).

As mudanças ocorridas na década de 1990 no Sistema de Saúde no país colocaram em choque as disparidades regionais e as desigualdades entre Brasil e Bolívia. O sistema de saúde, neste período, foi redimensionado passando a ser totalmente gratuito, e a grande preocupação passa a ser a garantia de um sistema centrado nos princípios doutrinários da universalidade, equidade, integralidade e participação popular na formulação e gestão da política de saúde, organizado a partir de uma rede de serviços regionalizada, hierarquizada e descentralizada (BRANCO 2009).

No SUS, a responsabilidade pela saúde deveria ser descentralizada até o município, ou seja, deveriam ser fornecidas aos municípios condições gerenciais, técnicas, administrativas e financeiras para exercer esta função. Para que valha o princípio da descentralização, existia a concepção constitucional do mando único, onde cada esfera de governo seria autônoma e soberana nas suas decisões e atividades, respeitando os princípios gerais e a participação da sociedade (BRASIL, 2002).

No ano de 1990, o sistema de saúde brasileiro sofreu modificações, e a Lei nº. 8.080, de 19 de setembro de 1990, deu origem ao Sistema Único de Saúde (SUS). Seus princípios fundamentam-se na universalização dos serviços com a saúde, sendo um direito de todas as pessoas, devendo ser garantida pelo Estado a todos os cidadãos, independentemente de sexo, raça, ocupação ou outras características sociais ou pessoais.

A equidade visa diminuir as desigualdades, promovendo maior investimento às áreas de maiores necessidades, e a integralidade busca o atendimento a todas as pessoas, através da integração de ações de promoção da saúde, prevenção de doenças, tratamento e a reabilitação. Também pressupunha a articulação da saúde com outras políticas públicas, assegurando o desempenho entre diferentes áreas correlatas à saúde. Foi um marco histórico e social no Brasil (BRANCO, 2013).

Cada esfera do governo teria sua parcela de contribuição e responsabilidade para que o SUS funcionasse bem, e a União, através do Ministério da Saúde, ficaria como o principal financiador da rede pública de saúde, com metade de todos os gastos com o sistema financiados pelo governo federal, a quem também competiria a função de planejar, elaborar normas, avaliar e utilizar instrumentos para o controle do SUS.

Aos estados e municípios, caberia contribuir com a outra metade dos recursos para cobertura dos custos. O gestor estadual aplicaria recursos próprios, inclusive nos municípios - e os repassados pela União - aplicaria as leis federais, formularia suas próprias políticas de saúde, coordenando e planejando o SUS no estado, sendo responsável pela organização do atendimento à saúde em seu território. Finalmente, aos municípios caberia a execução das ações e serviços de saúde na esfera do seu território, aplicando além dos recursos próprios, os oriundos do estado e da União. Teria a autonomia de formular suas próprias políticas em saúde, além de aplicar as diretrizes estaduais e federais. Enfim, ao município caberia o planejamento e a coordenação do SUS para garantir atendimento pleno à sua população.

O SUS surge com um caráter inovador, correspondente a um processo social, sua estrutura arrojada coloca em xeque interesses antes irrelevantes na política de saúde no Brasil. Este novo sistema de saúde brasileiro passa de um modelo de atenção curativa à demanda, para um modelo de atenção integral à população. A lei afirma categoricamente, em seu artigo 2º, que a saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício (BRASIL, 1990).

A saúde contemplada pelo Sistema Único de Saúde (SUS) possui como características a universalidade, a equidade e a integralidade dos serviços de saúde, o que garante gratuidade ao atendimento a todos os cidadãos portadores do Cartão SUS, retirados nas Unidades Básicas de Saúde. A oferta do atendimento é gratuita e o sistema é definido pelo governo federal da seguinte forma:

O Sistema Único de Saúde (SUS) é um dos maiores e mais complexos sistemas de saúde pública do mundo, abrangendo desde o simples atendimento para avaliação da pressão arterial, por meio da Atenção Primária, até o transplante de órgãos, garantindo acesso integral, universal e gratuito para toda a população do país. Com a sua criação, o SUS proporcionou o acesso universal ao sistema público de saúde, sem discriminação. A atenção integral à saúde, e não somente aos cuidados assistenciais, passou a ser um direito de todos os brasileiros, desde a gestação e por toda a vida, com foco na saúde com qualidade de vida, visando a prevenção e a promoção da saúde.

A gestão das ações e dos serviços de saúde deve ser solidária e participativa entre os três entes da Federação: a União, os Estados e os municípios. A rede que compõe o SUS é ampla e abrange tanto ações quanto os serviços de saúde. Engloba a atenção primária, média e alta complexidade, os serviços urgência e emergência, a atenção hospitalar, as ações e serviços das vigilâncias epidemiológica, sanitária e

ambiental e assistência farmacêutica. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, c2013-2021, *online*).

Os princípios da “Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde”, apresentada no site do governo federal, trazem informações para que todos os cidadãos conheçam seus direitos na hora de procurar atendimento de saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006). O documento reúne os seis princípios básicos de cidadania que asseguram ao brasileiro o ingresso digno nos sistemas de saúde, seja ele público ou privado.

Todo cidadão tem direito ao acesso ordenado e organizado aos sistemas de saúde.
Todo cidadão tem direito a tratamento adequado e efetivo para seu problema.
Todo cidadão tem direito ao atendimento humanizado, acolhedor e livre de qualquer discriminação.
Todo cidadão tem direito a atendimento que respeite a sua pessoa, seus valores e seus direitos.
Todo cidadão também tem responsabilidades para que seu tratamento aconteça da forma adequada.
Todo cidadão tem direito ao comprometimento dos gestores da saúde para que os princípios anteriores sejam cumpridos. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2006).

Embora sejam estes os princípios básicos da saúde e o enunciado diga que é para garantir o ingresso digno nos sistemas de saúde ao brasileiro, na cidade fronteira de Corumbá estes princípios atendem aos brasileiros, mas, ao mesmo tempo, se aplicam, de uma forma generalizada, à expressão “todo cidadão”. O SUS, em Corumbá, atende não só os usuários do Brasil, como também os bolivianos que procuram atendimento, dando duplo entendimento e sentido ao direito à saúde na fronteira, apontando para a universalização do acesso a todos os indivíduos, indistintamente. Esta demanda vinda do país vizinho acarreta sérios problemas no aparato de saúde, como citado anteriormente na fala do secretário de saúde, principalmente em relação aos custos.

Verifica-se ainda no artigo Nº 35 da Lei 8.080/1990 que cria o SUS, a previsão de combinações de critérios para o estabelecimento de valores a serem transferidos a estados, Distrito Federal e municípios, como o perfil demográfico da região e o perfil epidemiológico da população a ser coberta. Foi estabelecido no § 2º que nos casos de estados e municípios sujeitos a notório processo de migração, os critérios demográficos mencionados na respectiva lei serão ponderados por outros indicadores de crescimento populacional (BRANCO, 2013), o que de fato não acontece.

Apesar de ficar evidente que se refere aos casos de limites territoriais com outros países, os indicadores demográficos utilizados pelo governo federal ainda são os levantamentos censitários dos municípios feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Isto ocasiona problemas aos atendimentos dos fronteirões, pois o ministério repassa uma verba baseada no número de habitantes do município e não computa a população fronteira que é atendida, como pode ser

constatado na entrevista com o Dr. R. L., Secretário de Saúde do Município de Corumbá, em 2021, que traz as seguintes considerações a respeito da questão dos repasses feitos pelo Ministério da Saúde:

Hoje a saúde opera com um montante de 140 mil pessoas sendo que o município só tem 112 mil habitantes [...] vem um recurso para 112 mil habitantes, e atende 140 mil cartões SUS; esta diferença se eu for dividir com o número de habitantes que eu tenho que atender ele vai aumentar, o gasto em saúde por habitantes vai aumentar. O que é gasto em saúde hoje por habitante no município? Garante a saúde do cidadão hoje? Eu tenho o mesmo gasto em compra de material, de remédios, de serviços em especialidades, de RH, é o mesmo gasto que eu tenho em outras cidades como Campo Grande e Dourados por exemplo, ele é muito maior, um especialista aqui sai o dobro do valor, então o custeio desta saúde é muito maior, sai muito maior. E lá no Ministério da Saúde esta divisão por habitantes é feita de uma maneira só, não respeitando as peculiaridades de cada região, e principalmente a parte de fronteira, você sabendo que tem um fluxo grande e que a cidade depende dela mesma. (Informação verbal)⁹⁴.

As conversas com os dirigentes da saúde em Corumbá revelam que são notórias as dificuldades que a saúde enfrenta pela deficiência não só no seu aparato, mas também pela escassez de recursos para atingir o atendimento pleno como prevê o Sistema Único de Saúde. A cidade de Corumbá contava em 2021, com 26 unidades básicas de saúde, com suas respectivas equipes para o desenvolvimento da atenção básica, e recentemente implantou mais duas unidades que ainda estão funcionando sem os devidos registros e alvarás. Enquanto aguardam a legalização burocrática, estas duas unidades já estão em funcionamento devido à demanda.

A implantação das unidades básicas de saúde no município ocorreu em bairros que possuem uma maior demanda pelos serviços de saúde, mas não levou em conta o número de habitantes bolivianos que ali residem especificamente. Se o indivíduo boliviano estiver instalado e com residência fixa, passa a ser computado como morador da cidade, sendo incluído na demanda específica da região/bairro. O que diversifica e altera os atendimentos nos postos de saúde são os bolivianos não residentes da cidade, que burlam o sistema para impressão de seus cartões SUS e acessam os serviços sem integrarem cálculo da demanda social da região que frequentam.

A Unidade Básica de Saúde (UBS) é a ponta da rede. Os primeiros atendimentos são feitos nestas unidades e posteriormente encaminhados a outros setores, caso o paciente necessite de atendimento de média e alta complexidade. A cidade conta ainda com a Santa Casa, com um pronto-socorro e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), onde todos os portadores de cartão SUS podem procurar atendimento e também os estrangeiros sem cartão SUS.

⁹⁴ Entrevista concedida pelo Dr. R. L. [setembro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

Pelas carências estruturais do sistema de saúde em Corumbá, a presença de bolivianos provoca conflitos com os brasileiros, pois aumenta o número de pessoas que procuram pelos serviços e muitos entendem os bolivianos como intrusos, e até os responsabilizam pela baixa qualidade dos serviços.

Dezesseis entrevistas foram realizadas com mulheres e homens usuários do sistema público de saúde, moradores dos bairros da borda oeste da cidade. Neste processo buscou-se delinear as situações advindas da presença dos bolivianos nas UBS. Todos os entrevistados demonstraram insatisfação e, como as respostas foram similares, optou-se por um recorte que expressasse o ideário comum do tom das conversas engajadas. A Senhora C. P., moradora do bairro Dom Bosco, mãe de cinco filhos, sendo duas ainda crianças, com cinco e três anos, respectivamente, relatou:

Quando meus filhos maiores eram crianças eu ia nos postos; tinha bem menos pessoas, agora a gente vai no posto e fica quase o dia inteiro até ser atendido, cheio de gente e a maioria são bolivianos, às vezes estão bem sujos. Os médicos demoram para consultar e, se durante o tempo que a gente está lá, chegar alguma emergência da Bolívia, eles são atendidos na frente. Algumas vezes, quando tenho dinheiro, prefiro levar meus filhos no médico particular do que ficar lá no posto de saúde; é muita gente, muitos bolivianos. E tem faltado remédios, eu acho que é porque os bolivianos estão pegando também. (Informação verbal)⁹⁵.

Esta senhora, que trabalha como doméstica, deixou claro que dá preferência ao uso do sistema privado de saúde do que ir nas UBS lotadas. Questionada sobre o uso do sistema público de saúde pelos bolivianos, diz que isto muito atrapalha, principalmente porque eles fazem uso dos remédios ofertados gratuitamente, não sobrando o suficiente para muitos dos brasileiros.

Já a Senhora E. M., moradora do bairro Aeroporto, disse:

Eles atrapalham porque às vezes não conseguimos pegar fichas por conta deles. Mas se eles atrapalham tanto porque que dão este cartão do SUS para eles? Se eu for lá do outro lado no hospital deles tenho que pagar pelo atendimento. Então deveria atender, mas cobrar; pelo menos ajudavam na saúde daqui. (Informação verbal)⁹⁶.

A jovem R. P., que faz tratamento dentário na Unidade Básica de Saúde Ernesto Sassida, no bairro Dom Bosco, relata ter ido toda semana ao posto, e agora não está tão cheio por conta da pandemia, mas que todas as vezes que vai para seu atendimento avista bolivianos aguardando para serem atendidos. Perguntada se a presença dos estrangeiros atrapalha o seu uso do sistema de saúde, respondeu que não, visto que eles estão lá em busca de atendimento médico, enquanto ela, odontológico. Sua fala sem rispidez ou reclames devido ao uso do sistema por bolivianos é justificada pela diferença de assistência procurada por ambos, no momento.

⁹⁵ Entrevista concedida pela Senhora C. P. [janeiro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

⁹⁶ Entrevista concedida pela Senhora E. M. [janeiro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

Buscou-se um morador antigo do bairro Popular Nova e beneficiário do sistema público de saúde, o Senhor A. C., e quando indagado sobre a presença dos bolivianos na UBS do bairro respondeu:

No posto Breno aumentou muito, os bolivianos são atendidos como nós. Recebem a consulta e os remédios como qualquer outro corumbaense. E quando chegam passando mal são atendidos na frente de todos. Eu acho que a prioridade deveria ser do brasileiro, porque afinal a gente mora aqui, eles estão vindo e pegando o lugar da gente. (Informação verbal)⁹⁷.

Estas falas expõem os conflitos que a presença do *outro* causa no atendimento da saúde brasileira, a presença deles é notada e, por vezes, incomoda aqueles que pensam que deveriam ser prioridade.

Já o Senhor A. F., morador do bairro Guarani nos relatou, em entrevista, que o posto do bairro dele é muito frequentado por bolivianos e que eles disputam as vagas de atendimento, os remédios e as vacinas com os moradores e beneficiários daquele local. Em tom de insatisfação, deixou claro que estes beneficiários não deveriam ser atendidos gratuitamente: “Estes bolivianos estão aqui na cidade ganhando dinheiro com seus comércios, não empregam ninguém, vendem suas mercadorias sem dar nota fiscal e fazem o que quer. E ainda tem que ter atendimento de saúde de graça, deveria cobrar deles.” (Informação verbal)⁹⁸.

A essência destes discursos carrega os conflitos gerados com a presença do *outro*. Os brasileiros notam a presença dos bolivianos como usuários do sistema de saúde pública e se sentem incomodados por reconhecerem no atendimento do estrangeiro, um certo tratamento de prioridade que lhes rouba o acesso a um serviço tão fundamental.

O acesso ao Sistema Único de Saúde passa a ser também um serviço do qual o boliviano fronteiriço usufrui, uma vez que para utilizá-lo basta ter o cartão SUS. Para dificultar ou tentar dar legalidade à emissão do cartão SUS a estrangeiros e, em particular aos bolivianos, passou-se a fazer exigências. Mas, apesar destas novas exigências, a situação é problemática quando se refere a esta questão. Somente nos anos de 2018 e 2019, a secretaria de saúde do município passou a controlar os cadastros com mais rigor, mas ainda não tem o controle sobre a situação.

3.3 O cartão SUS a chave para a entrada do boliviano no sistema de saúde do Município de Corumbá-MS

A proximidade, uma estrutura melhor de atendimento, e a gratuidade do sistema favorecem a vinda da população boliviana que demanda atenção à saúde ao Brasil, buscando, assim, resolver as

⁹⁷ Entrevista concedida pelo Senhor A. C. [janeiro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

⁹⁸ Entrevista concedida pelo Senhor A. F. [fevereiro de 2020]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

desigualdades em saúde decorrentes da divisa territorial e da fragilidade do sistema de saúde do país de origem.

O Secretário de Saúde do Município de Corumbá estimou a existência de aproximadamente 140 mil cartões SUS na cidade. Outros funcionários da secretaria de saúde do município disseram que este número é maior, ou seja, havia uma discrepância entre o número de habitantes e o número de cartões SUS de, aproximadamente, 30 mil cadastros. Segundo os dirigentes da saúde, os cartões estão distribuídos entre estrangeiros e turistas, havendo alguns óbitos, mas afirmaram que, embora não tivessem um controle numérico, a maioria seria de bolivianos. Estas informações, ainda que subjetivas, provieram de fontes dirigentes da saúde do município, assumindo-se que seus locais de fala se sustentam com o conhecimento dos funcionamentos da pasta.

Na tentativa de ter números mais precisos e não informações subjetivas foram tomadas como base de análise os dois últimos anos, 2018 e 2019, os quais são referência de controle da secretaria de saúde. Ainda não há um cadastro para controle e nem mapeamento destes cartões emitidos, apenas foram guardadas as cópias de todos os processos de emissão dos cartões SUS feitos a estrangeiros nos últimos dois anos.

Ao manusear estes cadastros, percebe-se que, apesar de toda investida da secretaria de saúde do município em regulamentar a situação, ainda há, por parte dos bolivianos, na tentativa de superar as barreiras construídas pelo Estado-Nação, um forjamento de documentos no que se refere aos comprovantes de endereços.

Existem endereços na cidade que abrigam até quinze beneficiários de cartões SUS, todos com o comprovante da mesma residência. O mais interessante nestes casos, é que o detentor do nome das contas de energia, água ou telefone emite, inúmeras vezes, declarações afirmando que aquele boliviano, ou aquela boliviana mora naquele endereço. Situação recorrente quando o titular destas contas é também boliviano. Reforça-se o antes dito de que há uma solidariedade, um companheirismo e corporativismo entre eles. Em relação a estes endereços, muitos titulares das contas são brasileiros, e nem sempre as declarações de residência podem ser consideradas verídicas, pois elas são emitidas para várias pessoas com nomes bem diferentes e sem nenhuma evidência de parentesco.

O fato do envolvimento de brasileiros corrobora com a denúncia do Jornal Correio de Corumbá, citada anteriormente neste capítulo, de que a comprovação de residência gere vantagens ao informante. O que chama atenção é que, em muitos casos, é dada comprovação de residência a um boliviano sem um contrato de locação para corroborar com a veracidade dos fatos. A residência do

indivíduo se confirma, por vezes, com uma declaração digitada ou feita de próprio punho com firma reconhecida em cartório. A secretaria de saúde aceita este documento sem dar conta, ou não, de sua autenticidade, e os cidadãos que o assinam, principalmente os brasileiros, também não dão conta da infração que estão cometendo, ou talvez se façam de rogados para negociar este documento.

No ano de 2018, iniciou-se um trabalho na Secretaria de Saúde do Município de Corumbá para obtenção do quantitativo de cartões SUS emitidos para estrangeiros, mais especificamente para bolivianos. Atualmente, estão sendo feitos no Núcleo de Informações em Saúde (NIS), separadamente. Os técnicos da secretaria compilaram que nos anos de 2018 e 2019 foram emitidos 991 cartões SUS a estrangeiros, sendo 723 para bolivianos, conforme a tabela a seguir, feita com base no manuseio realizado por esta pesquisadora nos formulários e documentos para emissão destes cartões SUS.

Quando se fala em estrangeiro, ali está o boliviano. É assim que este é denominado pelos técnicos da Secretaria de Saúde do Município de Corumbá, mesmo quando se referem àqueles que vivem aqui no Brasil, reforçando as diferenças impostas pelos limites do Estado-Nação.

Os comprovantes de endereços que validam a emissão destes cartões SUS estão distribuídos pelos bairros da cidade de Corumbá: são contas das concessionárias de energia, água, telefone ou declarações de residência dos titulares das contas. Durante o manuseio destes 723 processos, percebeu-se uma duplicidade de endereços nos mesmos em que aparecem também os casos de famílias inteiras se cadastrando no mesmo endereço; famílias de até dez pessoas.

Dois endereços, dos que estão sobrecarregados, com acúmulo de processos de pessoas com nomes totalmente diferentes, um no bairro Dom Bosco e outro no Aeroporto, foram visitados e, quando procurados, notou-se que os indivíduos que os utilizaram em seus processos não residem no local informado.

Os endereços indicados para emissão do cartão SUS aparecem em quase todos os bairros da cidade e nem sempre são de casos como relatamos acima. Existem endereços fornecidos nos quais os moradores residem mesmo neles - percebe-se pelas características do processo e pelo próprio comprovante que anexam – e, em geral, estão no nome do requisitante do cartão SUS. Foram averiguados, em campo, dez endereços e constatamos que são, de fato, moradores bolivianos que estão lá.

Tabela – Número de cartões SUS expedidos a Bolivianos por bairro nos anos de 2018 e 2019.

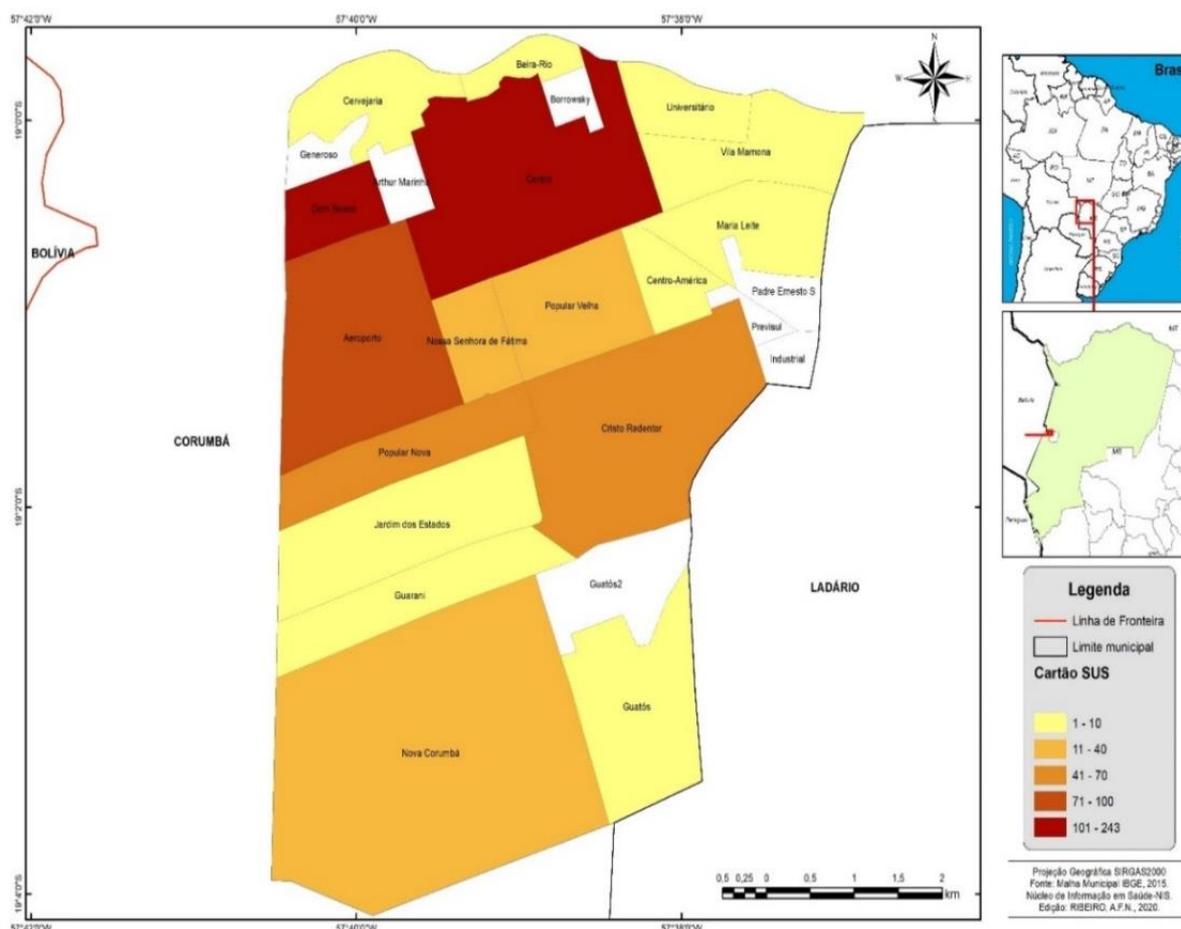
| BAIRROS | QUANTIDADE DE CARTÕES SUS |
|----------------|----------------------------------|
| Dom Bosco | 243 |
| Centro | 117 |

| | |
|---|----|
| Aeroporto | 91 |
| Cristo Redentor | 63 |
| Popular Nova | 61 |
| Popular Velha | 39 |
| Nova Corumbá | 24 |
| Nossa Senhora de Fátima | 15 |
| Maria Leite | 10 |
| Guarani | 9 |
| Universitário | 8 |
| Jardim dos Estados | 7 |
| Guatós | 7 |
| Centro América | 3 |
| Vila Mamona | 1 |
| Beira Rio | 1 |
| Cervejaria | 1 |
| Presidiários bolivianos (homens e mulheres que estão no sistema penitenciário cumprindo pena no Brasil) | 23 |

Fonte: Arquivo documental da Secretaria Municipal de Saúde de Corumbá-MS, 2018 e 2019.

Coincidentemente, os bairros de maior número de endereços indicados são os bairros onde estão concentrados um maior número de comerciantes e moradores bolivianos: Dom Bosco, Centro, Aeroporto, Popular Nova e Cristo Redentor são os que mais se destacam (Figura 56).

Figura 56 – Distribuição dos cartões SUS emitidos por bairro.



Fonte: Malha Municipal, IBGE, 2015.

De posse do cartão SUS, os bolivianos têm acesso a toda rede de atendimento oferecida, de baixa, média e alta complexidade, tanto no Município de Corumbá como em outros municípios do Brasil, caso necessitem de transferência por gravidade do quadro de saúde, por exemplo. Sobre o atendimento dos bolivianos, a Coordenadora do Serviço Municipal de Auditoria em Saúde, Senhora. M. G., informou que:

Os atendimentos aos bolivianos são feitos diretamente nas redes de urgência e emergência; quanto aos atendimentos da atenção básica e média complexidade que seriam as consultas especializadas, ou até os atendimentos de alta complexidade, se faz necessário o cartão SUS, pois o decreto de 2014 do município de Corumbá é base para as documentações necessárias para o estrangeiro se regularizar. E basicamente os documentos são: CPF, comprovante de residência e o antigo registro nacional de estrangeiro, que agora é o registro de imigrante. A responsabilidade da confecção do cartão SUS no município está centralizada em um único local que é no Núcleo de Informação em Saúde do Município. Devido a umas denúncias que aconteceram sobre a venda dos cartões SUS para quem tinha um login para fazer o cadastramento do cartão [de que] estava[m] vendendo este cartão para estrangeiros. Aí resolveu-se centralizar a emissão dos cartões para estrangeiros em um único local. (Informação verbal)⁹⁹.

⁹⁹ Entrevista concedida pela Sra. M. G. [julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

Quando perguntado à Senhora. M. G. se a secretaria de saúde do município tem noção de quantos cartões SUS o município emitiu para bolivianos aqui na fronteira, a resposta foi:

Não, nós já tentamos ter acesso a este banco de dados, mas o sistema da base de dados do cartão SUS não possibilita acesso aos relatórios. Não se consegue puxar esta informação, por este motivo que começamos a juntar a partir de 2018 centralizados aqui, e toda vez que é feito um cartão SUS, é tirada uma cópia e a entregam para auditoria para que possamos começar a ter uma possibilidade de gerar algum tipo de relatório para fazer algum tipo de análise, seja ela para quantificar, ou para conferir se estes estrangeiros residem nestes endereços ou não, atividade que ainda não foi desenvolvida; nós ainda estamos na fase de juntar os cartões para ver como vamos trabalhar com isto. (Informação verbal)¹⁰⁰.

Existe um certo temor da equipe de auditoria em sair nas ruas conferindo endereços e/ou vistoriando para averiguação. Eles temem represálias nos bairros pelos próprios bolivianos ou até mesmo de alguns brasileiros que são coniventes com situações que podem ser ilegais em relação à emissão dos cartões do SUS.

Segundo a coordenadora entrevistada, a base de dados é centralizada no Ministério da Saúde e não tem nenhuma plataforma que viabilize a consulta dos mesmos. Diz ainda que falta interesse do ministério em quantificar estes cartões emitidos para estrangeiros, primeiro porque as áreas de fronteira são menores que outras áreas do Brasil e, também, porque os interesses das áreas de fronteira são diferentes dos demais lugares. Em entrevista, a Senhora M. G., Coordenadora do Serviço Municipal de Auditoria em Saúde seguiu dizendo que:

A secretaria de saúde tem o interesse em conseguir fazer esta identificação na rede no geral para conseguir identificar quantos são estes estrangeiros e quais os bairros que eles estão mais centralizados para desenvolver alguma atividade. A atividade basicamente seria para tentar de alguma forma identificar o estrangeiro e, a partir desta identificação, deste estrangeiro regularizado no município, você conseguiria ver onde eles estão andando na rede, assim se conseguiria traçar um perfil epidemiológico destes estrangeiros, uma coisa interessante para o próprio município que tem uma possibilidade de se organizar frente a este tipo de atendimentos. Esta organização que pretendemos fazer no município seriam os atendimentos desenvolvidos e seria também uma forma de conseguir qual tipo de financiamento seria trabalhado pra isto. (Informação verbal)¹⁰¹.

Quanto aos recursos que são repassados para o município, oriundos do governo federal, para atendimento e fomento das ações de saúde pública, a coordenadora ressalta a importância do levantamento de dados que poderiam servir de justificativa para reivindicar mais recursos junto ao Ministério da Saúde:

Hoje dentro da legislação, mais especificamente na Lei 8080, que fala do financiamento sobre o SUS, ela traz alguns critérios a serem utilizados para se ter uma noção do financiamento do município e tem vários critérios elencados na lei, e, por enquanto, o único critério que está sendo usado é o perfil demográfico da região;

¹⁰⁰ Entrevista concedida pela Sra. M. G. [julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

¹⁰¹ Entrevista concedida pela Sra. M. G. [julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

o que inviabiliza estes estrangeiros porque muitos deles desenvolvem atividades pendulares, moram na Bolívia, vem aqui trabalham na região de Corumbá informalmente e entram no município, passam o dia, e voltam para o outro lado da fronteira, acaba que eles não têm residência fixa aqui e o perfil demográfico é com base em quem está residindo aqui; eles acabam não entrando então no censo do IBGE que norteia os repasses para os municípios. O perfil é *per capita* e o recurso a ser repassado por região, então se o financiamento é *per capita* e você tem uma população flutuante de mais ou menos trinta ou quarenta mil pessoas estas pessoas não residem e acabam não fazendo parte deste financiamento. É isto que acontece, temos uma torneira aberta na saúde em Corumbá. (Informação verbal)¹⁰².

Segundo Branco (2013), no Brasil não há um marco regulatório único para tratar do direito do estrangeiro ao sistema de saúde brasileiro, nem normas e regras aplicáveis a todas as cidades de fronteira, no que diz respeito à saúde. Verifica-se que, mesmo não havendo previsão, há demanda da população fronteiriça por atendimento, dando origem a conflitos, já que não há estimativa legal. Assim, como existem municípios que atendem a essa demanda, outros regulamentam este atendimento, como é o caso de Corumbá, e, dependendo do nível de complexidade, outros simplesmente se recusam a esse atendimento. A decisão acaba sendo do gestor local:

[...] o gestor passa a exercer um poder discricionário, dependendo da “pressão” que ele sofre, e do seu conceito de “solidariedade”, pois não há jurisprudência quanto ao direito do estrangeiro fronteiriço ao Sistema Único de Saúde, bem como aporte de recurso estadual ou federal para que o município fronteiriço atenda essa demanda. (BRANCO, 2013, p. 935).

Percebeu-se, em conversa com o atual Secretário de Saúde do Município, a visão humanitária da gestão, declarando que a sua orientação era a de não recusar o atendimento ao paciente boliviano, tanto o que tem o cartão SUS, como aqueles que chegam até o pronto-socorro sem este documento.

A grande preocupação dos gestores brasileiros em cidades limítrofes com outros países, e não é diferente no Município de Corumbá, é referente à capacidade financeira para atender essa demanda, uma vez que o recurso recebido é *per capita*, ou seja, por número de habitantes residentes no município segundo estimativas do IBGE, ficando, portanto, fora da contagem não só o estrangeiro fronteiriço, bem como o brasileiro residente do outro lado da fronteira.

Assim, o sistema de saúde do município recebia, em 2019, um repasse referente a 112 mil habitantes e operava a saúde com cerca de 140 mil cartões SUS. Este excedente, o déficit, vai para a conta dos cofres municipais e, dependendo do período, entra nos recursos municipais, oscilando em razão do número de atendimentos no mês para usuários bolivianos com cartão SUS, somados aos atendimentos daqueles que, mesmo sem o referido documento, procuram os pronto atendimentos.

¹⁰² Entrevista concedida pela Sra. M. G. [julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

3.4 O atendimento do boliviano na Santa Casa e pronto-socorro

Além dos pacientes bolivianos que possuem o cartão SUS, existe também a demanda que vem do país vizinho para atendimento no pronto-socorro e na Santa Casa. Estes, mesmo sem portarem o cartão, encontram atendimento, conforme diretriz da gestão municipal. De acordo com o relato de um médico brasileiro, formado na Bolívia, já houve caso em que o atendimento foi negado, mas é raro isto acontecer, e, quando acontece, o fronteiroço que tem seu atendimento negado, não tem meios para reivindicá-lo, cabendo a ele o caminho de volta.

Ainda que a Constituição Federal dita expressamente em seu Art. 196 que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, nem todos os gestores públicos têm esse mesmo entendimento; muitos divergem na interpretação da lei. A questão reside em quem são esses “todos” citados pela constituição? Todos os cidadãos brasileiros ou todas as pessoas que procuram o sistema de saúde? Todos os brasileiros natos e naturalizados e também o estrangeiro residente no Brasil? E o estrangeiro fronteiroço deve ser tratado de forma diferenciada pela sua condição de fronteiroço? E em qual situação deverá ser assegurado o atendimento a esse estrangeiro fronteiroço? A diversidade de interpretação gera conflitos, pois estes atendimentos dispensados aos fronteiroços acarretam dificuldades financeiras ao município, pois nem o estado, nem a União reconhecem essa assistência, não repassando recursos correspondentes a essa demanda nem ressarcimento dos mesmos. Um relato da diretoria da Santa Casa informou que os valores gastos nestes atendimentos são glosados e cabem ao município arcar com estas despesas.

Os pacientes estrangeiros, que não possuem o cartão SUS, acometidos de alta complexidade são mandados de volta para Bolívia, tendo que procurar tratamento em cidades bolivianas. Campo Grande (capital do estado de Mato Grosso do Sul) não aceita a transferência de estrangeiros que não possuam o cartão SUS, porém há exceções. Conforme nos relatou o secretário de saúde, alguns casos de necessidade extrema são mandados para a capital em razão da questão humanitária que direciona ações da gestão atual.

Assim, a falta do cartão SUS gera insegurança e em meio à situação confusa relacionada ao atendimento na saúde pública brasileira. O estrangeiro boliviano se vê, por vezes, nas mãos de alguns profissionais médicos oportunistas, cobrando atendimentos e procedimentos que, aos brasileiros, são oferecidos gratuitamente dentro do sistema de saúde - prática esta ilegal - sendo fato relatado em entrevista com alguns bolivianos sobre o atendimento que recebem. Um dos casos relatados foi da Senhora S. C. que contou o que ocorreu durante a busca de atendimento para sua filha gestante:

O médico me disse que se a criança não fosse retirada poderia morrer, só que para retirá-la naquele instante seria cobrado o serviço; eu paguei por fora e em dinheiro

ao referido “doutor” para ter o atendimento e o procedimento feito dentro do hospital público, porque senão minha neta morreria. (Informação verbal)¹⁰³.

Quando perguntado do porquê de não ter prestado denúncia, respondeu ter medo de cair em descrédito por ser boliviana. Em agosto de 2019 teve publicidade o caso de um médico que foi autuado, com cassação de seu registro para atendimentos pelo SUS, por cobranças irregulares de cirurgias. Não foi o mesmo médico do relato da boliviana entrevistada, mas as duas histórias corroboram com a existência destas práticas criminosas, das quais inúmeros bolivianos já podem ter sido vítimas. Este atendimento, que entrou pelo pronto-socorro, além de ter sido pago diretamente ao profissional, foi mais um dos que engrossaram as despesas que glosam na Santa Casa. Outros bolivianos relataram a ocorrência de preconceitos sofridos, oriundos do fato de serem estrangeiros, exemplificando a abordagem feita anteriormente neste texto, sobre os conflitos e as situações de fronteira.

Os dados foram obtidos junto ao setor de faturamento do Hospital Santa Casa de Corumbá, os quais apontaram que os pacientes bolivianos são atendidos por diversas causas: partos, falta de ar, acidentes, fraturas e alguns casos que precisam ser encaminhados para Unidade de Terapia Intensiva (UTI). Os casos mais graves, em geral, são trazidos de ambulância do Hospital de Puerto Suarez. Os dados levantados neste setor mostram que a procura tem crescido ano a ano e que a quantidade atendida ultrapassa cem pacientes por ano. A Senhora A. L., chefe do faturamento do Hospital Santa Casa, reportou, em entrevista concedida, que:

Estes prontuários são glosados, ou seja, não são pagos pelo SUS, porque estes pacientes chegam ao pronto-socorro e são atendidos sem portar o cartão SUS. São pacientes que o pronto atendimento e o pronto-socorro e a alta complexidade atendem sem exigir o cartão. Os pacientes denominados estrangeiros, geram despesas que glosam no orçamento do hospital porque o SUS não repõem, ficando para o município resolver o déficit causado por estes pacientes. Isto se constitui em uma torneira aberta para as finanças do hospital, chegando anualmente a custos que variam entre 60 e 80 mil reais/ano, dependendo da complexidade dos atendimentos podem ultrapassar 100 mil reais por ano. (Informação verbal)¹⁰⁴.

Pesquisa feita junto a este setor do hospital apontou que nos anos de 2017 e 2018 foram aproximadamente 300 pacientes atendidos, na condição de estrangeiros, dos quais 95% dos casos eram bolivianos que se dirigiram ao atendimento do pronto-socorro pelos mais diversos casos.

Para entender por que esta procura se dá, buscou-se, através de entrevista com profissionais da saúde que atuam nas cidades fronteiriças bolivianas como médicos provincianos¹⁰⁵, dados sobre o funcionamento do aparato de saúde nestas cidades, corroborando com o que disse o médico que atua

¹⁰³ Entrevista concedida pela Senhora S. C. [junho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

¹⁰⁴ Entrevista concedida pela Senhora A. L. [julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

¹⁰⁵ Os médicos provincianos são estagiários do curso de medicina que terminaram sua residência e atuam durante um ano prestando serviços para o governo boliviano.

na Bolívia, Dr. E. M., citado anteriormente neste capítulo. Constatou-se que em Puerto Quijarro existe apenas o Hospital Municipal Príncipe da Paz, de 1º nível, onde são realizadas não mais que consultas ginecológicas, pediatria e clínica geral. Em Arroyo Concepción existe o Prosalud, Posto de Saúde da Província de Herman Bush, que possui um pequeno centro cirúrgico para pequenas intervenções e quatro leitos para internação, com atendimentos somente de baixa complexidade. A maior estrutura de saúde pública na região está em Puerto Suarez, onde existem quatro unidades básicas de saúde que atendem casos de baixa complexidade, e o Hospital Municipal San Juan de Dios, um hospital de 2º nível, que abrange várias especialidades. Nele são realizadas pequenas e médias cirurgias em seu único centro cirúrgico, que, apesar de ser um hospital de segundo nível, mesma classificação que a Santa Casa de Corumbá, possui uma estrutura de atendimento muito menor, não tendo Unidade de Terapia Intensiva e seus recursos são muito escassos. Em entrevista, o médico provinciano A. H. explicou porque optam por trazer os pacientes a Corumbá:

Somente em último caso os pacientes vêm; só quando não existem mais medidas a serem tomadas por lá e, principalmente, quando o caso não suporta uma viagem longa até Santa Cruz de La Sierra, aí Corumbá se apresenta como a opção melhor e mais próxima de salvar estas vidas que estão em tal situação. (Informação verbal)¹⁰⁶.

A procura pelo Sistema Único de Saúde brasileiro ainda é atrativo para os bolivianos, embora a Bolívia tenha implementado a gratuidade na saúde pública através do Decreto Supremo 3813 de 27 de fevereiro de 2019. A gratuidade, porém, ainda é gradativa e não atinge todos os procedimentos e pessoas, conforme versa em seu artigo terceiro: “*Artículo 3 (atención em salud) - Las atenciones em salud universal y gratuita, com base em produtos de saludcomenzará a prestar-se de maneira progressiva a partir del primer dia del mês de marzo de 2019.*” (BOLÍVIA, 2019).

Várias alterações nas leis bolivianas¹⁰⁷ que versam sobre a saúde aconteceram nos anos de 2018 e 2019, e modificaram a Lei nº 475 de 30 de dezembro de 2013, estabelecendo em seu capítulo III que a gratuidade ao atendimento de saúde se dá para determinados grupos: mulheres grávidas, durante a gestação e após seis meses do parto, crianças menores de cinco anos, mulheres e homens com mais de 60 anos, mulheres em idade fértil e pessoas incapazes.

Percebe-se, assim, que o atendimento gratuito do sistema de saúde boliviano se restringe a um grupo de pessoas, fato que torna o SUS brasileiro, onde a gratuidade é para todos, muito atrativo. Embora tenham ocorrido modificações, o SUS boliviano, com princípios semelhantes aos do

¹⁰⁶ Entrevista concedida pelo médico provinciano A. H. [outubro de 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

¹⁰⁷ Lei 475 de 30 de dezembro de 2013 – *Ley de Prestaciones de Servicios de Salud integral del Estado Plurinacional de Bolívia*; alterada pela Lei 1069 de 28 de março de 2018. Ambas modificadas pela Lei 1152 de fevereiro de 2019 e pelo Decreto Supremo nº 3813 de 27 de fevereiro de 2019, que estabelecem as regras atuais de funcionamento da saúde gratuita no país. As modificações na Lei 475 de 30/12/2013 e suas alterações foram todas feitas no governo de Evo Morales Ayma.

brasileiro, está sendo paulatinamente implantado e não são todos os tipos de assistência que tem gratuidade; pouco ainda foi avançado. O segundo relato do médico E. M., diz que:

O SUS continua ainda funcionando da mesma maneira, onde somente as crianças até seis anos, mulheres grávidas e idosos com mais de sessenta anos que não pagam e recebem remédios gratuitos, os demais todo pagam consulta. Levam suas receitas para comprar os remédios. E se o caso do paciente for grave que tenha que ser transferido para Corumbá ou para Santa Cruz pagam pela ambulância. (Informação verbal)¹⁰⁸.

Esta discrepância entre o SUS brasileiro e o boliviano, somados à precariedade no aparato de assistência à saúde de Puerto Quijarro e Puerto Suarez, na Bolívia, atuam como fatores de fomento à procura pelo atendimento no Brasil, seja através da corrida pelo cartão SUS, ou pelo atendimento direto no hospital e pronto-socorro. Embora acordos vigentes entre os dois países existam, ainda não se tem, de fato, ações que amenizem este problema nas zonas fronteiriças do Brasil, em particular nesta região em discussão. Trata-se de um problema antigo, tópico de diversas discussões, mas que ainda está longe de ser resolvido.

Já houve investidas por parte do governo brasileiro na tentativa de sanar o problema nas cidades fronteiriças, com a criação do Projeto Integrado de Saúde das Fronteiras (SIS Fronteiras), em 2005, cujo objetivo era estruturar o aparato de saúde nos municípios de fronteira, a fim de ampliar a capacidade de atendimento nos mesmos. Corumbá foi contemplada com as três fases de repasses de recursos do projeto, tendo sido feitas algumas melhorias como aquisições de materiais, veículos e reformas no aparato da saúde do município. Mas ainda se encontra muito aquém do necessário para o atendimento do fluxo da demanda local e dos moradores do outro lado. Este programa funcionou apenas no período dos três repasses e, desde 2009, não houve mais nenhum aporte oriundo do mesmo, nenhum tipo de recurso específico para fronteiras oriundo do governo federal, para cobertura da demanda boliviana por serviços desta natureza, fato que tem gerado custos consideráveis ao orçamento municipal.

O fluxo constante de pacientes fronteiriços para o município de Corumbá, as tentativas e os subterfúgios por eles usados para conseguir o acesso ao SUS, reforçam a ideia de que a fronteira é uma área liminar, onde se forjam modos de vida particulares, na medida em que configuram dinâmicas sociais próprias de cidades fronteiriças compreendidas a partir daqueles que vivem nessas regiões.

A procura ao atendimento de saúde no município de Corumbá pelos fronteiriços bolivianos é um exemplo do que Haesbaert (2014) discute sobre a dinâmica das fronteiras, principalmente quando

¹⁰⁸ Entrevista concedida pelo médico provinciano A. H. [outubro de 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

trata do que denomina de arte do “contornamento”, ou seja, o saber transitar pelas fronteiras sociais e jogar com as identidades, passando de um lado a outro um saber que se transforma em recursos para inventar possibilidades de vida e de formas de vida:

Ato de circundar, de rodear, é também uma "arte" usada por aqueles que desenvolvem uma habilidade especial em "transitar entre fronteiras" (do legal e do ilegal, do deter-se e do avançar...) São populações que vivem "contornando" dois grandes riscos, o da morte violenta e o de ficar subordinado à caridade ou ao assistencialismo alheio. (HAESBAERT, 2014, p. 288).

São as vantagens e os trunfos que os fronteiriços possuem por viver no limiar e poder usufruir dos dois lados. A busca pelos serviços de saúde pública impõe várias fronteiras que são contornadas e transpostas no cotidiano desta gente que se insere do lado de cá, acreditando que muitas são as possibilidades e os direitos deles enquanto fronteiriços. Direitos estes garantidos, muitas vezes por terem nascido do lado brasileiro, por terem conseguido tirar os documentos brasileiros, cuja a principal batalha é a conquista do cartão SUS que, além da abertura das portas ao atendimento local, também lhe insere em outras regiões do Brasil, com atendimento a casos de alta complexidade. com gratuidade. Conseguir tirar seu cartão SUS é, para o boliviano, principalmente os não residentes em Corumbá, transpor a maior de todas as fronteiras que encontram na saúde pública brasileira.

Apesar de todo o trabalho de humanização feito pelos dirigentes da saúde pública municipal, existem relatos de pacientes oriundos da Bolívia que são tratados com diferença, fato que reforça a existência de uma barreira invisível, a fronteira do humano.

Conforme nos relatou a Senhora S. C., moradora de Puerto Quijarro, feirante,

Precisei procurar o Pronto-socorro para levar meu filho que estava mal e lá esperamos horas para ser atendida. Quando fui atendida me chamavam de “thoca”¹⁰⁹. Eu não sou “thoca”, eu falava para a enfermeira que mesmo assim continuava me chamar assim. Eu não gosto que me tratem assim. (Informação verbal)¹¹⁰.

O fato de tratar a mãe do paciente desta forma demonstra descaso, despreparo, e é desumano. O preconceito implícito no trato destes pacientes fortalece a identidade brasileira e cria situações constrangedoras e conflituosas na referência ao *outro*; a condição de nação inferior está presente nesta relação. A médica provinciana, Dr^a S. H., também residente na Santa Casa de Corumbá, relatou, que presencia muitas humilhações e desfeitas com pacientes bolivianos e que alguns médicos alegam que não gostam de atendê-los porque são “sujos”. Falta também empenho dos gestores em realizar um diagnóstico preciso da situação dos atendimentos, quantificando e qualificando os atendimentos aos estrangeiros oriundos da fronteira Brasil-Bolívia.

¹⁰⁹ “Thoca” significa loira, mas muitos corumbaenses têm a mania de chamar as bolivianas nas feiras, no comércio e nas ruas de thoca. Para alguns, uma maneira carinhosa, para outros pejorativa.

¹¹⁰ Entrevista concedida pela Senhora S. C. [setembro 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

Esta situação vivenciada nas cidades de fronteira, sobre o atendimento da saúde pública, em particular no Município de Corumbá, é histórica e sempre foi desfavorável, tanto para o município, que tem seu orçamento aquém das necessidades do atendimento à saúde pública, quanto para o estrangeiro que procura o atendimento, favorecido pelo alto grau de permeabilidade do Brasil com a Bolívia e pela gratuidade do Sistema Único de Saúde (SUS). No entanto, os atendimentos das populações flutuantes têm enfrentado contratempos, como o entendimento de alguns dirigentes municipais, quanto ao direito à saúde no atendimento do estrangeiro pelo SUS. Ele é sempre colocado como peso para os orçamentos do município e, em muitas situações, discriminado pelos próprios usuários brasileiros, como o *outro* que toma o lugar, que estorva, externando claramente preconceitos.

As tentativas de reverter esta situação nas últimas décadas, têm se mostrado pouco eficaz, pois as ações não acontecem no tempo necessário. Apesar da iniciativa do SIS Fronteira, dos acordos feitos entre o Brasil e a Bolívia, pouco se avançou na questão da saúde nesta região fronteiriça.

Nas entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo com os gestores da administração do município de Corumbá, em 2021, ficou claro que os mesmos não têm conhecimento do número exato de quantos bolivianos possuem cartão SUS no município, principalmente dos pacientes que não vivem na cidade e são oriundos da Bolívia.

Nas unidades básicas de saúde, o paciente apresenta seu cartão SUS. Mesmo o atendente notando que ele é estrangeiro, este paciente não é quantificado como tal, e é atendido como um usuário brasileiro; perante o cartão SUS eles são iguais. Não existe, no município, um cadastro do estrangeiro que é atendido pelo SUS na ponta da rede de atendimento. O único cadastro que a saúde tem diz respeito aos anos de 2018 e 2019. O despreparo da administração municipal e dos atendentes da saúde se revela. Apesar dos usuários bolivianos declararem ser residentes em Corumbá, deveria existir algum mecanismo para dimensionar o atendimento ao estrangeiro, isto é, serem cadastrados como estrangeiros atendidos pelo SUS. Isto causa indignação, uma vez que demonstra não só o despreparo, como também o descaso por parte da administração com a saúde e com os atendimentos ao fronteiriço, ignorando as peculiaridades das cidades de fronteira. Medidas como a da emissão da Resolução nº 02 de 04 de Dezembro de 2014, da Secretaria de Saúde do Município, começaram a controlar a emissão de cartões SUS, que teve uma significativa diminuição em virtude das exigências feitas. Mas estas normas ainda não foram suficientes para implantar no município o controle do número de bolivianos atendidos. Segundo o secretário de saúde municipal, Dr. R. L.:

A possibilidade de integração entre os sistemas de saúde Brasil-Bolívia é colocada como remota por conta dos poucos recursos para a saúde, o que complicaria ainda mais a situação financeira de Corumbá; e pela diferença de atendimento do sistema de saúde boliviano, que embora esteja implantando o SUS, alguns atendimentos ainda são pagos, enquanto no Brasil é totalmente gratuito. Os gestores alegam também as dificuldades por conta das diferenças culturais e por falta de compromisso

dos dirigentes bolivianos em cumprir os acordos feitos entre os dois países. (Informação verbal)¹¹¹.

Esta situação ainda está longe de ser resolvida, ou talvez não tenha resolução, e vai sendo empurrada enquanto não for feita uma força tarefa pelos órgãos competentes no sentido de promover encontros entre dirigentes dos dois países e discutir a situação fronteiriça, criar políticas públicas brasileiras e bolivianas no sentido de avançar nos atendimentos dos serviços de saúde tanto no Brasil, quanto na Bolívia. É uma situação que deve ser tratada politicamente. Lamentavelmente, alguns membros da classe política da cidade, bem como alguns legisladores municipais, se mostraram preocupados não com a situação precária do atendimento e a falta de leitos hospitalares, mas sim, com discussões e legislações que dificultam o atendimento aos fronteiriços desta localidade, mostrando um despreparo e um desconhecimento sobre as dinâmicas cotidianas e as reais necessidades de uma cidade fronteiriça.

Ações e políticas públicas na área de saúde devem estar presentes na agenda orçamentária nacional de uma maneira descentralizada, resultando em ações sociais mais dinâmicas através das experiências concretas que são verificadas nas regiões fronteiriças, buscando suprir as dificuldades enfrentadas pelos municípios fronteiriços. Percebe-se que o Estado não cumpre o que está escrito na lei, deixando muito a desejar no propósito do atendimento da saúde em áreas de fronteiras, uma vez que há a previsão, na própria lei, para a situação dos fluxos migratórios. Investir em projetos sociais, implantar políticas públicas locais e eficientes são medidas necessárias para buscar a implementação de atendimento igual aos desiguais.

O ir e vir do migrante boliviano em busca da gratuidade e melhores condições de assistência à saúde, transpõe os limites estabelecidos pelos Estados-nações, entre o Brasil e a Bolívia, mas as fronteiras são deslocadas para dentro das unidades básicas de saúde como o pronto-socorro e a Santa Casa de Corumbá, se apresentando em vários episódios desta procura. O direito à saúde é uma garantia indissociável do direito à vida, e a negação do atendimento a esses estrangeiros fere não apenas os princípios constitucionais como também os tratados firmados pelo Brasil, na Convenção Americana sobre Direitos Humanos (BRASIL, 1992), do qual o Brasil é signatário, e que estabelece, em seu artigo 4º, item 1: “Toda pessoa tem o direito de que se respeite sua vida.” (BRANCO, 2013).

Enquanto os agentes políticos municipais, estaduais e federais não olharem com diferença a dinâmica das cidades de fronteira em relação a outras, em especial no atendimento à saúde pública, a situação será cada vez mais precária. Os representantes políticos não devem e não podem considerar a fronteira apenas como limite territorial e político, como uma linha estática. A fronteira tem vida

¹¹¹ Entrevista concedida na Secretaria de Saúde do Município de Corumbá [setembro de 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.

própria, é um lugar de existência e de moradia, construída pela dinâmica dos fronteiriços e suas peculiaridades. Atualmente, as fronteiras são perceptíveis na cidade de Corumbá, pois onde tem a presença do *outro*, ali estão as fronteiras, sendo que elas já ultrapassaram os limites territoriais, principalmente na saúde pública.

E é na perspectiva da integração entre os dois países, da integração fronteiriça, firmando vínculos coletivos e afetivos, que a saúde tem que ser tratada. Neste aspecto, as discussões ainda são incipientes. Embora os acordos estabelecidos se apresentem como os primeiros passos, não possuem eficácia e nem são suficientes para dar conta da expressão que o problema representa na região fronteiriça.

Este movimento em função da busca ao atendimento à saúde é uma das molas propulsoras da mobilidade na região fronteiriça em questão, pois transpõe a linha divisória que delimita os dois países, já que a divisa não é condição de cessá-lo e a fronteira é lugar de encontros e desencontros, espaço onde *um* se depara com o *outro*, e, neste encontro de diferentes, surgem as indagações e os conflitos.

Os preconceitos e os maus tratos, as cobranças indevidas por fora, são elementos que muitas vezes levam alguns bolivianos de maior poder aquisitivo, ou aqueles que têm alguma reserva financeira, a procurarem diretamente atendimento em clínicas ou no hospital privado em Santa Cruz de La Sierra ou, até mesmo, em Corumbá, onde afirmam ser bem atendidos, conforme nos relatou a Senhora O. S., feirante e residente em Puerto Quijarro:

Eu uso a saúde em Corumbá, mas tenho ido naquele hospital novo ou na Clínica Samec, onde pago pelo atendimento e sou bem atendida; tenho cartão do SUS, mas está muito difícil conseguir consulta tem que ir de madrugada pegar ficha e eu não tenho tempo, preciso vir nas feiras. (Informação verbal)¹¹².

Ressalta-se que, enquanto no sistema de saúde pública ele é visto como um problema, na saúde privada, o boliviano é visto como um trunfo nos rendimentos. Recentemente inaugurado, o Hospital da CASSEMS se preparou para atender este cliente particular, dando visibilidade em suas instalações, sendo ali acolhido e bem-vindo (figuras 57 e 58).

Figura 57 – Indicação de sanitários – Hospital CASSEMS Corumbá-MS.

¹¹² Entrevista concedida pela Senhora O. S. [julho 2019]. Entrevistador: Maria Cristina Lanza de Barros. Corumbá, 2019.



Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 58 – Porta da sala de curativos – Hospital CASSEMS Corumbá-MS.



Fonte: Trabalho de Campo, setembro de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Conversamos com um dos dirigentes administrativos do referido hospital, o Senhor W. E., que nos informou que o mesmo é equipado para receber tanto o paciente brasileiro quanto o boliviano. Por isto pensaram nas placas informativas para melhor acolherem os fronteiriços da Bolívia que os procuram. Os bolivianos que têm recursos, com opção de recorrer à saúde em Santa Cruz de La Sierra, formam a clientela que este hospital objetiva atrair, uma vez que está bem mais próximo e com instalações modernas.

Apesar de sempre estar lado a lado com os pacientes brasileiros, no sistema privado não há reclamação alguma pelo atendimento, pois nele o boliviano paga.

Nesta ciranda, mesmo encontrando os limites impostos pelas condições de acesso à saúde pública, os bolivianos, neste caso, buscam usufruir os benefícios dos dois territórios ao mesmo tempo, se valendo de recursos e direitos que acreditam ter. Garantem o seu atendimento na saúde pública, modificam toda uma situação desenhada para atendimento da cidade, que é vista pelos dirigentes nacionais apenas como brasileira e não como fronteiriça.

Esta gente nunca deixou de estar na cidade de Corumbá. Desta forma, os bolivianos vão ao longo do tempo ocupando espaços, driblando as dificuldades, buscando o almejado desejo de ter os documentos brasileiros e o cartão SUS, e assim, vão se inserindo no sistema de saúde do qual passam a participar por contornar as fronteiras que se apresentam, e uma nova territorialidade acaba se desenhando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o primeiro momento que esta pesquisa foi pensada, a ideia basilar foi a de discussão das fronteiras presentes na cidade de Corumbá-MS, produzidas na relação entre brasileiros e bolivianos, não uma fronteira com limites territoriais, mas a fronteira do humano, como aponta Martins (1997), enaltecida pelas diferenças da identidade que o *outro* carrega, herdada pela formação do seu Estado-Nação, com o diferente não sendo visto como humano, mas como o *outro*, o de uma outra nação, o inferior. Durante a construção deste trabalho, metodologias híbridas foram utilizadas para que os dados levantados elucidassem com maior proximidade a realidade e, desse modo, diálogos e entrevistas deram o tom do estudo, somadas à corroboração de bibliografia e documentos que traziam contribuição significativa à análise, reflexão e conclusão.

Sempre ligados ao comércio, às feiras e à prestação de serviços, os bolivianos estão dia após dia participando da produção da cidade e, ao chegarem a Corumbá, enfrentam as fronteiras impostas, mas as transpõem, especialmente aquelas estabelecidas por uma identidade nacional. Assim, rompem as fronteiras e, ao mesmo passo, produzem fronteiras. Desta forma, o espaço fronteiriço é socialmente construído a partir de seus moradores, que reforçam os laços ao ultrapassarem as barreiras nacionais, produzindo cotidianamente geografias na cidade.

É impossível andar por Corumbá e não sentir-se no limite de dois países, pois a geografia desenhada na cidade reporta ao lugar de fronteira, onde o *outro* está presente. A presença dos bolivianos é uma constante e o fluxo cada vez maior se revela na ocupação dos espaços pela cidade.

Depois de quase três séculos de existência, desde que foi fundada como um vilarejo, Corumbá continua sendo a terra de oportunidades para muitos vizinhos bolivianos. Eles se instalam do lado de cá, no Brasil, ocupando, produzindo e imprimindo uma nova geografia, notada principalmente nos bairros da borda oeste da cidade, que concentram o maior número de seu comércio e, conseqüentemente, um elevado contingente de residentes. Os imigrantes bolivianos estão em constante movimento e se constituem como parte integrante da cidade, produzindo lugares diferenciados, introduzindo costumes e manifestações culturais. Mesmo com as fronteiras estabelecidas, e apesar delas, participam da produção da cidade de Corumbá, sendo o fronteiriço boliviano aquele que ocupa espaços do lado de cá e enfrenta as fronteiras que surgem além dos limites territoriais.

Estes sujeitos buscam Corumbá para se instalar, trabalhar e usufruir de serviços públicos como saúde e educação. Muitos vêm, trabalham, e voltam para Bolívia. Seja de que modo for, enfrentam os obstáculos que as diferenças identitárias lhes impõem: as fronteiras do humano, onde são tratados como os *outros*, os inferiores, os estrangeiros, os bolivianos. Este tratamento, ou esta relação, é assim desde que o boliviano está aqui, do lado de cá, e apesar disto eles resistem. Ao concluir este trabalho, pode-se seguramente afirmar que não existe Corumbá sem bolivianos, pois os mesmos sempre estiveram presentes neste lugar, quando ainda não era uma cidade.

A convivência deles sempre foi recheada de conflitos e diferenças. Mas, apesar desta convivência pouco amistosa, os bolivianos não se abalaram e não se deixaram abater, ousando mais e mais em relação ao território vizinho, o lugar do *outro*. Dos diálogos, constatou-se que todos que aqui chegam tem como objetivo, além de trabalhar, obter sua documentação brasileira, portar os documentos que lhe concedem tranquilidade de trânsito e acesso aos serviços públicos brasileiros. O mais almejado, dentre variadas classes sociais entrevistadas, é a saúde pública brasileira, na qual buscam acolhimento, mas são sempre tratados como estrangeiros. Para acesso a tal necessitam do cartão SUS, a maior barreira para que os mesmos se utilizem do benefício da saúde gratuita e, apesar de todas as dificuldades, o número de cartões expedidos aos denominados estrangeiros ainda é elevado, e os dirigentes da saúde pública no município não conseguem ter controle sobre a expedição destes cartões, ou da quantidade de beneficiários advindos do país vizinho.

A confirmação do companheirismo (ou protecionismo) que os bolivianos têm uns com os outros, se demonstram no processo de emissão dos cartões SUS, visto o fornecimento dos comprovantes de endereços dos que residem no Brasil para uso irregular daqueles que residem na Bolívia, forjando uma possível residência brasileira, para prover acesso ao tão objetivado cartão.

Esta emissão de cartões, sem controle, dia a dia, promove um inchamento do sistema de saúde pública no município. Uma vez emitidos os cartões, o atendimento se dá para todos na ponta da rede de atendimento à saúde, pois os profissionais não são orientados ou treinados para diferenciar brasileiros ou bolivianos. Mas este tratamento igualitário aparece somente na esfera burocrática, pois nas relações humanas, os bolivianos são tratados como bolivianos, estrangeiros, os que vêm de um país hierarquicamente inferior ao Brasil. Apesar de todo esforço da administração pública em ser humanitária nos atendimentos aos bolivianos, os relatos dos mesmos, durante a construção desta pesquisa, expõem situações nada humanitárias acontecendo na saúde pública, onde as fronteiras erigem-se a todo momento e em todas as direções em que tentam se inserir como beneficiários de um sistema que, os bolivianos residentes no país vizinho, acreditam ter direito.

Este é um controle que acredita-se ser impossível precisar, mas as estimativas deveriam existir como documentos a serem levados até os governos federais e estaduais, de ambos os países, para comprovar que os recursos repassados a uma cidade fronteiriça jamais poderiam ser controlados pelos censos populacionais. Tal prática, o uso dos censos populacionais, desqualifica o rico ir e vir da região fronteiriça, um lugar ímpar. Nos recursos federais e estaduais direcionados à saúde de Corumbá, a fronteira não existe, precarizando o sistema.

A história desta região mostra que viver em Corumbá é compartilhar o espaço com os vizinhos. Embora alguns segmentos da sociedade ainda não aceitem a denominação de morar na fronteira, lançando seus olhares aos bolivianos como se eles fossem intrusos, sua presença é algo permanente, eles estão aqui e em crescente número de pessoas e de estabelecimentos,

Ora “atrapalhando”, como pensam alguns, ora salvando a economia, ora usufruindo e ora sendo atração turística, os bolivianos, hoje, estão mais inseridos do que muitos imaginam na cidade de Corumbá. Eles ocupam os espaços com a aquisição de propriedades, com seus comércios, com barracas nas feiras, com a utilização da saúde, com a frequência nas escolas, com a inserção da sua cultura e, mesmo, nos sufrágios eleitorais para escolha dos dirigentes políticos.

Desse modo, brasileiros e bolivianos se misturam em ambos os lados dos limites territoriais, nas cidades fronteiriças, mas a presença dos bolivianos na cidade de Corumbá é maior e mais perceptível. Esta situação é visivelmente percebida pela nova geografia que está se desenhando em alguns bairros, principalmente naqueles onde estão estabelecendo seus comércios, mas também aparecem em outras localidades da cidade onde estão adquirindo propriedades e construindo moradias. Cotidianamente se esbarra e se cruza com bolivianos andando pela cidade de Corumbá, às vezes com suas vestes características, outras não; mas a simples presença deles reforça todos os dias que aqui o outro convive lado a lado.

A presença dos bolivianos em Corumbá é visivelmente crescente, notada no comércio formal, como comerciantes; no informal, como ambulantes; nas feiras, como feirantes; nas casas, como moradores; andando pelas ruas da cidade; como consumidores (no período da realização deste estudo, a variação cambial favorecia a presença do consumidor boliviano no Brasil). Eles frequentam todos os tipos de estabelecimentos comerciais e é comum entrar em lojas de grifes, salões de beleza mais requintados da cidade, cafés, restaurantes, e encontrar bolivianos. Enfim, os vizinhos estão por todas as partes da cidade e nas mais diversas camadas sociais. Eles deslocam-se por toda a cidade, nas ruas, nas praças, nas lojas, nos restaurantes, nos salões de beleza, vivendo, usufruindo, comprando e vendendo mercadorias (figuras 59 a 63).

Figura 59 – Bairro Nossa Senhora de Fátima.



Fonte: Trabalho de campo junho de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 60 – Bairro Jardim dos Estados.



Fonte: Trabalho de campo junho de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 61 – Pedinte boliviana que cotidianamente fica na porta dos bancos.



Fonte: Trabalho de campo junho de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 62 – Boliviana caminhando pelas ruas centrais do comércio.



Fonte: Trabalho de campo junho de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Figura 63 – Uma manhã de agosto na Rua Major Gama, área central.



Fonte: Trabalho de campo agosto de 2019. Foto de Maria Cristina Lanza de Barros.

Em cada local que eles são notados, seja pelas suas características físicas, vestes, maquiagem, ou pela língua, são percebidos pelas suas diferenças e estas criam as fronteiras que se dão dentro do espaço urbano da cidade de Corumbá. Os costumes e os hábitos tão diferentes dos habitantes locais colocam este povo sempre na condição de excluído ou rejeitado. As desigualdades são marcadas pelas origens nacionais dos mesmos, seja em que camada social for, onde eles estiverem são sempre vistos como os bolivianos, reforçando as fronteiras humanas afloradas da convivência. Existe outra fronteira a ser transposta todos os dias, que não mais aquela do limite entre os dois países.

Concluindo a pesquisa proposta, reitera-se que não existe Corumbá sem bolivianos, pois este é e sempre foi para eles um lugar de oportunidades. Estão historicamente instalados do lado de cá, produzindo espaços, lugares e em constante movimento. Os bolivianos são parte integrante da cidade e vivem sempre na busca de melhores condições de vida e/ou sobrevivência, através do trabalho, seja formal ou informal, participam da produção da sua geografia e, apesar das fronteiras que se estabelecem nesta construção, estão integrados, a produzem e dela fazem parte.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras em movimento e identidades nacionais: A imigração brasileira no Paraguai.** 2005. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. **Fronteiras e Identidades em movimento: Fluxos migratórios e disputa de poder na fronteira Paraguai-Brasil.** Cadernos CERU, série 2, v. 19, n. 1, junho 2008.
- ALBUQUERQUE, J. L. C. **A dinâmica das fronteiras: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.** São Paulo: Annablume, 2010.
- ALVES, G. L. **Mato Grosso e a História: 1870-1920 – Ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para hegemonia do capital financeiro.** Boletim Paulista de Geografia, São Paulo: AGB, n. 61, p. 5-82, 1985.
- AMARAL, M. R. **Formação da Fronteira Brasil-Bolívia e o Tratado de Roboré.** 157 p. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá, 2013.
- ANDERSON, B. **Comunidades Imaginadas.** Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, S. **Consumidores da Bolívia “salvam” comércio de Corumbá.** 2019. Disponível em: <https://www.correiadoestado.com.br/economia/consumidores-da-bolivia-salvam-comercio-de-corumba/358028/>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- BAENINGER, R. (Org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas: Núcleo de Estudos de População -Nepo/Unicamp, 2012.
- BAIBICH, T. M. **Fronteiras da Identidade: o auto-ódio tropical.** Curitiba: Moinho do Verbo, 2001.
- BAIRRISMO. *In: DICIO*, Dicionário Online de Português. Porto: 7 Graus, 2020. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/bairrismo/>. Acesso em: 25 jun. 2020.
- BARROS, M. C. L. – **A história da disciplina de Geografia nas décadas de 1930 e 1940: A fisionomia do Estado controlador.** 2000. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2000.
- BARTH, F. Grupos étnicos e suas fronteiras. *In: POUTIGNAT, P.; STREIFF-FENART, J. Teorias da etnicidade.* São Paulo: Edunesp, 1998. p. 187-227.
- BENTACOR, G. T. Las fronteras em un contexto de câmbios: la vida cotidiana em ciudades gemelas Rivera (Uruguay) y Sant’ana do Livramento (Brasil). **Ateliê Geográfico**, v. 2, n. 3, p. 18-42, 2008.
- BENEDETTI, A. Lugares de frontera y movilidades comerciales en el sur sudamericano: una aproximación multiescalar. *In: COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). Fronteiras em Foco.* Campo Grande: UFMS, 2011.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade.** Petrópolis: Vozes, 1985.
- BHABHA, H. K. Disseminação – o tempo, a narrativa e as margens da nação moderna. *In: O local da cultura.* Tradução: Myriam Ávila, Eliana Lourenço de Lima Reis, Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 198-238.
- BOLÍVIA. **Decreto Supremo 3813 de 27 de febrero de 2019.** Disponível em: <https://www.lexivox.org/norms/BO-DS-N3813.html>. Acesso em: 15 jun. 2020.

- BOLÍVIA. **Ley 475 de 30 de dezembro de 2013** – Ley de Prestaciones de Servicios de Salud integral del Estado Plurinacional de Bolívia.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **O professor pesquisador**: introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. 136 p.
- BRANCO, M. L. **O SUS na fronteira e o direito**: Em que medida o estrangeiro tem direito ao SUS. 2009. Monografia (Especialização em Direito Sanitário) – Fiocruz, Brasília, 2009.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, Senado Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 10 jul. 2019.
- BRASIL. **Lei nº 8080: 30 anos de criação do Sistema Único de Saúde (SUS)**. 2020. Disponível em: <http://bvsmis.saude.gov.br/ultimas-noticias/3295-lei-n-8080-30-anos-de-criacao-do-sistema-unico-de-saude-sus>. Acesso em: 02 jan. 2020.
- BRASIL. **Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990**. Brasília, DF, 1990. Disponível em: https://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm. Acesso em: 07 dez. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 5.541 de 19 de setembro de 2005** – Firma acordo entre o governo do Brasil e Governo da Bolívia sobre facilitação para o ingresso e trânsito de seus nacionais em seus territórios. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/D5541.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.541%2C%20DE%2019,8%20de%20julho%20de%202004.. Acesso em: 12 mai. 2019.
- BRASIL. **Decreto nº 6.737, de 12 de janeiro de 2009**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Decreto/D6737.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%206.737%2C%20DE%2012,8%20de%20julho%20de%202004. Acesso em: 18 mai. 2019.
- BRASIL. **Decreto 678, de 6 de Novembro de 1992**. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d0678.htm. Acesso em: 19 abr. 2021.
- BRASIL. **Decreto nº 86.715 de 10 de dezembro de 1981**. Brasília, DF. Disponível em: <http://www2.mre.gov.br/dai/estrangeiros.htm>. Acesso em: 20 jul. 2019.
- BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria de Programas Regionais. **Proposta de Reestruturação do Programa da Faixa de Fronteira**. Brasília: Ministério da Integração Nacional, 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria n. 1.560 de 29 de agosto de 2002**. Institui o Cartão Nacional de Saúde - CARTÃO SUS e dá outras providências. Brasília, DF, 2002.
- BÜHRING, M. A. **Direitos humanos e fundamentais, migração na fronteira Brasil e Uruguai**: uma análise dos déficits do direito social à saúde da mulher nas cidades gêmeas: Santana do Livramento – BR/Rivera e Chuí-BR/Chuy-UR. Porto Alegre, 2013.
- CABRAL, L. Com fronteira fechada, prejuízos no comércio de Corumbá já chegam a quase R\$ 5 milhões. 2019. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=113393>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- CASTELLS, M. **O poder da Identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CORREA, W. B. **A fronteira Oeste**. Ed. UFMS, Campo Grande, 2005.
- CORUMBÁ. **Resolução nº 02, de 04 de dezembro de 2014**. Normatiza o Cadastramento no Sistema Cartão Nacional de Saúde no Município de Corumbá. Corumbá, MS, 2014. Disponível em: <http://do.corumba.ms.gov.br/legislacao/corumba/289/2014/12>. Acesso em: 18 ago. 2019.

- COSTA, E. A. Os bolivianos em Corumbá-MS: construção cultural multitemporal e multidimensional na fronteira. **Cadernos de Estudos Culturais**, v. 4, p. 17-33, 2012.
- COSTA, E. A. Mexe com que? Vai para onde? Constrangimentos de ser fronteiriço. In: COSTA, E. A.; COSTA, G. V. L.; OLIVEIRA, M. A. M. (Org.). **Fronteiras em Foco**. Campo Grande: UFMS, 2011.
- COSTA, E. A. Mobilidade e fronteira: as territorialidades dos jovens de Corumbá, Brasil. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, n. 9, p. 65-83, 2013.
- COSTA, E. A. As Fronteiras da Identidade em Corumbá-MS: significados, discursos e práticas. In: **Série Fronteiras, Caderno Estudos Fronteiriços**. Ed. UFMS, vol. 2, p. 69-97, Campo Grande, 2010.
- CUCHE, D. **A noção de cultura nas ciências sociais**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- DINIZ, W. L. C. **Los Hermanos Bolivianos**: Representações nos jornais de Corumbá-MS (1938 – 1999). 2014. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas/USP, São Paulo, 2014.
- DONNAN, H.; WILSON, T. M. **Border approaches**: anthropological perspectives on frontiers. Lanham: University Press of América, 1994.
- ESPÍRITO SANTO, A. L. **A comercialização de produtos agrícolas em Corumbá-MS**: Propostas para o fortalecimento da agricultura familiar e da feira livre. 2015. Dissertação (Mestrado em Estudos fronteiriços) – UFMS. Corumbá, 2015.
- FERREIRA, C. M. P. G.; MARIANI, M. A. P.; BRATICEVIC, S. I. As múltiplas fronteiras presentes no atendimento à saúde do estrangeiro em Corumbá. **Brasil Saúde**. Soc. São Paulo, v. 24, n. 4, 2015, p. 1137-1150.
- FLYNN, D. K. "We are the border": identity, exchange, and the state along the Benin-Nigeria border. *American Ethnologist*, 1997.
- FOUCHER, M. **Obsessão por fronteiras**. São Paulo: Radical Livros, 2009.
- G1. **Fechada há 16 dias, fronteira Bolívia/Brasil gera prejuízos a Corumbá**. 2019. Disponível em: <https://www.douradosnews.com.br/noticias/economia/fechada-ha-16-dias-fronteira-bolivia-brasil-gera-prejuizos-a-corumba/1115592>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- GALVÃO, C. **Com a alta do dólar, bolivianos aquecem vendas no comércio de Corumbá**. 2015. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=78448>. Acesso em: 26 fev. 2020.
- GIDDENS, A.; SUTTON, P. **Conceitos essenciais da sociologia**. São Paulo: Ed. UNESP, 2016.
- GIDDENS, A. **Modernity and Self-Identity**: Self and Society in the late Modern Age, Cambridge: Polity Press, 1991.
- GIMÉNEZ, G. Território, cultura y identidad. La región sociocultural. In: BARBERO M. B.; ROCHE, F. L.; ROBLEDO A. I. **Cultura y Región**. Facultad de Ciências Humanas. Centro de Estudios Sociales. Colômbia, 2000.
- GOETTERT, J. D. **Fronteiras**: quando o “paraíso” e o “inferno” moram o lado. Identidades, imagens e gentes por entre Ponta Porã (Mato Grosso do Sul, Brasil) e Pedro Juan Caballero (Amambay, Paraguai). Dourados: Ed. UFGD, 2017.
- GRIMSON, A. **Pensar fronteras desde las fronteras**. Caracas: Nueva Sociedad, 2000.
- HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDHAL, Z.; CORRÊA, R. L. (org.) **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 1999. P.169-190.

- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006, p. 337-372.
- HAESBAERT, R. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Porto Alegre: UFRGS, 2004.
- HAESBAERT, R. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de insegurança e contenção. 1. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2006.
- HALL, S. **As culturas nacionais como comunidades imaginadas**. São Paulo: DP&A Editora, 2003.
- HOUSE, J. W. The frontier zone: A conceptual problem for policy makers. **International Political Science Review**, v. 1, n. 4, 1980.
- IBGE, Recenseamento do Brasil de 1872. Mato Grosso. *In*: SENA, D. M. O cotidiano do estrangeiro num lugar cosmopolita: Corumbá, 1870-1888. **Saeculum - Revista de História**. João Pessoa, jul/dez 2012.
- IBGE, **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010>. Acesso em: 06 mai. 2019.
- ITO, C. A. **Corumbá**: o espaço da cidade através do tempo. Campo Grande: Ed. UFMS, 2000.
- JESUS, A. D. **Redes da migração haitiana no Mato Grosso do Sul**. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal da Grande Dourados, 2020.
- LOPEZ, F.; BEATRIZ NIETO, D.; ARIAS, C. 2010. Relaciones entre el concepto de movilidad y la ocupación territorial de Medellín. **Rev. EIA. Esc. Ing. Antioq** [online], n. 13, p. 23-37, 2010.
- MACHADO, L. O. Limites, fronteiras, redes. *In*: STROHAECKER, T. M.; DAMIANI, A.; SCHAFFER, N. O.; BAUTH, N. DUTRA. V. S. (org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB, 1998.
- MAMIGONIAM, A. Inserção de Mato Grosso ao mercado nacional e a gênese de Corumbá. **Revista Geosul**, Florianópolis, 1996. ISSN 2177-5230.
- MARTINS, J. S. **Fronteira**: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Hucitec, 1997.
- MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2008.
- MATOS J. S.; SENNA A. K. História Oral como fonte: problemas e métodos. **Historiæ**, Rio Grande, v. 2, p. 95-108, 2011.
- MEIHY, J. C.; HOLANDA, F. **História Oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2018.
- MELLADO, L. A. Aproximaciones a la idea de nación: convergencias y ambivalencias de una comunidad imaginada. **Alpha**, Osorno, n. 26, 2008.
- MÉLO, J. L. B. Fronteiras: da linha imaginária ao campo de conflitos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 1, n.1, 2004.
- MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Carta dos direitos dos usuários da saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006. (Série E. Legislação de Saúde). Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/biblioteca/livros/cartaaosusuarios02.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2021.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Sistema Único de Saúde (SUS): estrutura, princípios e como funciona**. c2013-2021. Disponível em: <https://antigo.saude.gov.br/sistema-unico-de-saude>. Acesso em: 02 jan. 2020.

MONDARDO, M. L. **Os períodos das migrações: territórios e identidades em Francisco Beltrão/PR.** 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós Graduação em Geografia, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2009.

NETO, A. F. O.; MARTINS, R. F. Interações e distanciamentos na fronteira – Análise qualitativa das festas religiosas em homenagem à padroeira da Bolívia, em Corumbá – Brasil, e suas afirmações identitárias. **Revista Interd. em Cult. e Soc. (RICS)**. São Luís, v. 4, n. 1, 2018.

OEA. **Convenção Americana sobre Direitos Humanos.** Costa Rica, 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/Basicos/Portugues/c.Convencao_Americana.htm. Acesso em: 02 ago. 2019.

OLIVEIRA G.; CORONATO M. **Como o Brasil entrou, sozinho, na pior crise da história.** Reportagem publicada na edição 926 da Revista Época, 04/04/2016.

OLIVEIRA, R. C. **Identidade, Etnia e Estrutura Social.** Livraria Pioneira Editora, São Paulo, 1976.

OPS. ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Perfil del Sistema de Salud de Bolivia.** Washington, 2008.

PERES, R. G. Presença boliviana na construção de Corumbá – Mato Grosso do Sul: espaço de fronteira em perspectiva histórica. *In*: BAENINGER, Rosana (Org.). **Imigração boliviana no Brasil.** Campinas: Núcleo de Estudos de População, 2012.

QUEIROZ, P. R. C. **As curvas do trem e os meandros do poder: o nascimento da estrada de ferro Noroeste do Brasil (1904-1908),** Campo Grande: Editora UFMS, 1997.

QUEIROZ, P. R. C. **Uma ferrovia entre dois mundos: a E.F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século 20.** Campo Grande: Ed.UFMS, 2004.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993.

RENOLDI, B. Movimiento de Fronteras. Experiencias Cotidianas de habitar y transitar em los limites de Argentina, Brasil e Paraguay.p. 181-202. *In*: HERNÁNDEZ A. H.; CAMPOS-DELGADO A. (Coord.) **Líneas, límites y colindancias – Mirada a las fronteras desde América Latina.** 1. ed. Tijuana: El Colegio de La Frontera Norte, 2015. 348 p.

SANTOS, M. **Território e cidadania: o espaço do cidadão.** 2. ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SAYAD, A. **A imigração ou os paradoxos da alteridade.** São Paulo: Edusp, 1998.

SENA, D. M. O cotidiano do estrangeiro num lugar cosmopolita: Corumbá. **Saeculum – Revista de História.** João Pessoa, p. 1870-1888, 2012.

SILVA, E. **Bolívia proíbe entrada de brasileiros, mas mantém envio de pacientes para tratamento de saúde em Corumbá.** 2020. Disponível em: <https://folhams.com.br/capa/bolivia-proibe-entrada-de-brasileiros-mas-mantem-envio-de-pacientes-para-tratamento-de-saude-em-corumba/>. Acesso em 05 abr. 2020.

SILVA, G. J. A respeito de migrações e estigmas: indígenas Camba-Chiquitano na fronteira Brasil-Bolívia, segunda metade do século XX. **Revista de História Unisinos.** São Leopoldo, v. 15, n. 2, 2011.

SILVA, G. J. A Bolívia, a Chiquitania e as populações indígenas em um mosaico étnico e cultural. **Revista de Estudos e Pesquisa sobre as Américas.** Brasília, v. 6, n. 2, 2012.

SILVA, T. T. (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

SUAREZ RIGLOS, M. (coord.) **Puerto Quijarro passado y presente.** Santa Cruz de La Sierra: Governo Autónomo Departamental de Santa Cruz, 2011. Disponível em: http://issuu.com/nanchin/docs/puerto_quijarro_ Acesso em: 13 de out. 2019.

THOMSON, A. Histórias (co)movedoras: História Oral e estudos de migração. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2002.

TORRES FILHO, E. T. **O Gasoduto Brasil–Bolívia: Impactos Econômicos e Desafios de Mercado**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, p. 99-116, Jun. 2002.

TURNER, F. **The significance of the frontier in American History**, 1998. Disponível em: [https://source books. Fordham.edu/mod/1893 turner.asp](https://sourcebooks.fordham.edu/mod/1893turner.asp). Acesso em: 08 mar. 2019.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

WINCALENDAR. **Virgem de Urkupinha**. 2019. Disponível em: <https://www.wincalendar.com/pt/Virgem-de-Urkupinha>. Acesso em: 27 nov. 2019.

YUNES, F. **Bolivianos que não moram em Corumbá conseguem Atestado de Residência e carteira do SUS?** 2017. Disponível em: <http://www.correiodecorumba.com.br/?s=noticia&id=27108%22>. Acesso em: 23 fev. 2020.



MARIA CRISTINA LANZA DE BARROS

OS BOLIVIANOS DO LADO DE CÁ

ALÉM DO LIMITE, A PRODUÇÃO DE FRONTEIRAS NA CIDADE DE CORUMBÁ-MS

